



elecnor

CONTAS ANUAIS E
RELATORIO DE GESTÃO

2015

CONTAS ANUAIS
E RELATÓRIO
DE GESTÃO
2015



ÍNDICE

AUDITORIA	▼	04
INFORMAÇÃO ECONÔMICA DO GRUPO ELEC NOR	▼	07
RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO	▼	15
RELATÓRIO DE GESTÃO	▼	107
INFORMAÇÃO ECONÔMICA DA ELEC NOR, S.A.	▼	119



Júlio César Leal

Tradutor Público e Intérprete Comercial
Matrícula JUCEB nº 023 – CGA 227.023/001-08
Tradução número 3.780/2016, folha 378, Livro 01-A

Eu, Júlio César Leal Pereira, Tradutor Público e Intérprete Comercial da JUCEB, em conformidade com o Decreto Federal nº 13.609 de 21 de outubro de 1943, Instrução Normativa nº 84 de 29 de fevereiro de 2000 do Deptº. Nacional de Registro do Comércio (DNRC) e Resolução nº 05 de 1º de março de 2005 da Junta Comercial do Estado da Bahia, CERTIFICO que este documento foi traduzido do **espanhol** para o **português**, de acordo com as **cópias digitais** que me foram apresentadas no dia 14 de março de 2016, sendo a respectiva tradução registrada sob o número 3.780/2016, folha 378, do livro 01-A. Constavam apostos, ao longo do documento, os respectivos timbres, carimbos, selos e assinaturas devidos, não sendo necessário apor nesta tradução senão a assinatura do Tradutor. **Tradução oficial** válida em todos os Estados Federados do território nacional e no exterior.

Tradução do documento:

KPMG Auditores S.L. Torre Iberdrola Plaza Euskadi, 5 Planta 7ª 48009 Bilbao

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas

Aos Acionistas da
Elecnor, S.A.

Relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Elecnor, S.A. (“Sociedade”) e de suas sociedades controladas (“Grupo”) que compreendem a demonstração da situação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2015, a conta de resultados consolidada, a demonstração do resultado global consolidado, a demonstração das mutações no patrimônio líquido consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados e o relatório da diretoria consolidado correspondentes ao exercício encerrado na referida data.

Responsabilidade dos Administradores em relação às demonstrações financeiras consolidadas

Os Administradores da Sociedade são responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas anexas, que deverão expressar a imagem fiel do patrimônio consolidado, da situação financeira consolidada e dos resultados consolidados da Elecnor, S.A. e de suas sociedades controladas, de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira, adotadas pela União Europeia (NIIF-UE), e demais disposições do quadro normativo de informação financeira aplicáveis ao Grupo na Espanha, e do controle interno que considerarem necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras consolidadas livres de incorreção material, em razão de fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas anexas com base em nossa auditoria, que foi realizada de acordo com a norma reguladora de auditoria de contas em vigor na Espanha. Essa norma requer o cumprimento de exigências éticas, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de incorreções materiais.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para a obtenção de evidência de auditoria quanto aos valores e à informação revelada nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de incorreção material nas

demonstrações financeiras consolidadas, em razão de fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração, por parte dos administradores da sociedade, das demonstrações financeiras consolidadas, visando planejar os procedimentos de auditoria que forem apropriados conforme as circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela diretoria, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas consideradas em conjunto.

Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a imagem fiel do patrimônio consolidado e da situação financeira consolidada da Elecnor, S.A. e de suas sociedades controladas em 31 de dezembro de 2015, bem como de seus resultados consolidados e fluxos de caixa consolidados correspondentes ao exercício anual encerrado na referida data, de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira, adotadas pela União Europeia, e demais disposições do quadro normativo de informação financeira aplicáveis na Espanha.

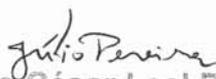
Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares

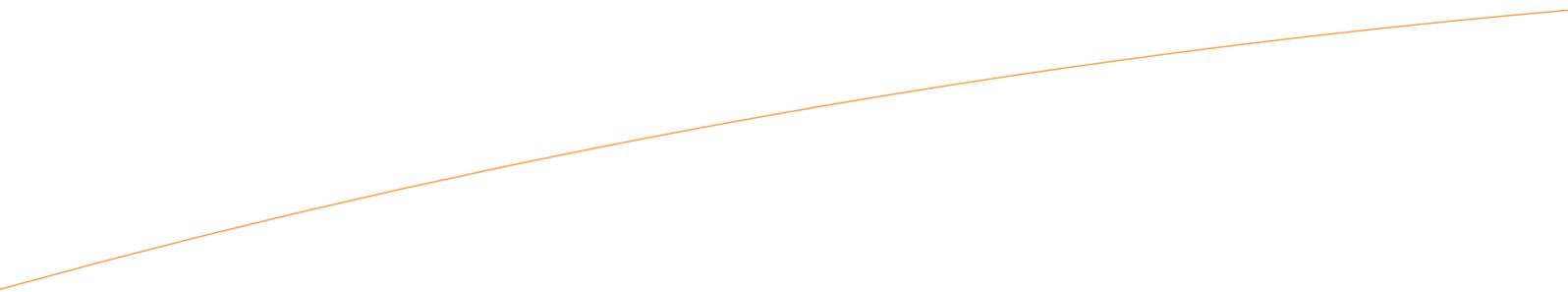
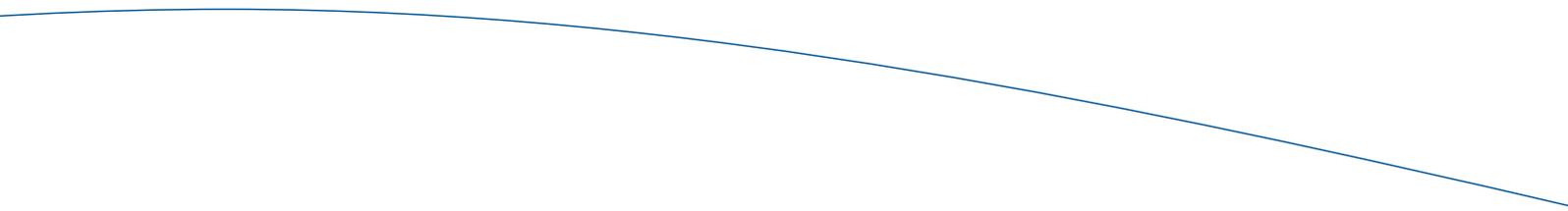
O relatório de gestão consolidado anexo do exercício de 2015 contém as explicações que os Administradores da Elecnor, S.A. consideram oportunas sobre a situação do Grupo, a evolução de seus negócios e sobre outros assuntos, e não faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Verificamos que a informação contábil que o citado relatório de gestão consolidado contém está em conformidade com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2015. Nosso trabalho como auditores se limita à verificação do relatório de gestão consolidado com a abrangência mencionada neste mesmo parágrafo, e não inclui a revisão de informação diferente da obtida a partir dos registros contábeis da Elecnor, S.A. e de suas sociedades controladas.

KPMG Auditores, S.L.

Cosme Carral López-Tapia

25 de fevereiro de 2016.


Dr. Júlio César Leal Pereira
TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO
JUCESB - Matr. 23
Trad. T3780FL. 378 Liv. 01-A



INFORMAÇÃO
ECONÔMICA
DO GRUPO
ELEC NOR
2015



DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

	Milhares de euros	
	2015	2014
Ativo	▼	▼
Ativo não circulante:		
Ativo intangível-		
Fundo de comércio (Nota 7)	33.372	32.386
Outros ativos intangíveis, líquido (Nota 8)	60.461	65.371
	93.833	97.757
Imobilizado tangível, líquido (Nota 9)	1.199.882	1.208.149
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	124.632	75.259
Ativos financeiros não circulantes (Nota 11)		
Participações financeiras	4.401	6.009
Outros investimentos financeiros	572.720	721.895
Derivados	7.958	3.415
	585.079	731.319
Impostos diferidos ativos (Nota 18)	80.433	78.255
Total do ativo não circulante	2.083.859	2.190.739
Ativo circulante:		
Ativos não circulantes mantidos para a venda (Nota 3.a)	4.058	4.204
Estoque (Nota 3.l)	15.034	11.622
Devedores comerciais e outras contas a receber (Nota 12)	968.723	927.816
Devedores comerciais, empresas relacionadas (Nota 26)	10.726	43.550
Administração Pública, devedora (Nota 19)	48.279	70.541
Fazenda Nacional, devedora por Imposto sobre Sociedades (Nota 19)	6.901	1.716
Outros devedores	15.028	10.995
Investimentos em empresas relacionadas no curto prazo (Nota 26)	268	7.528
Outros ativos circulantes	11.673	8.920
Caixa e outros ativos líquidos equivalentes (Nota 12 b)	336.989	258.899
Total do ativo circulante	1.417.679	1.345.791
Total do Ativo	3.501.538	3.536.530

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



	Milhares de euros	
	2015	2014
Passivo e patrimônio líquido	▼	▼
Patrimônio líquido (Nota 13):		
Da Sociedade controladora-		
Capital social	8.700	8.700
Outras reservas	419.580	484.821
Ajustes de avaliação patrimonial	(71.781)	(82.258)
Resultado do exercício atribuído à Sociedade controladora	65.662	58.542
Dividendo por conta do exercício (Nota 5)	(4.350)	(4.193)
	417.811	465.612
De participações não controladoras	322.560	344.124
Total do patrimônio líquido	740.371	809.736
Passivo não circulante:		
Subvenções (Nota 3.q)	7.141	14.522
Receitas diferidas	6.541	6.946
Provisões para riscos e despesas (Nota 16)	11.704	13.378
Dívida financeira (Nota 14)	1.110.280	1.181.304
Derivados (Nota 15)	35.145	40.310
Outros passivos não circulantes	25.218	19.574
Impostos diferidos passivos (Nota 18)	66.961	58.572
Total do passivo não circulante	1.262.990	1.334.606
Passivo circulante:		
Dívida financeira (Nota 14)	290.881	291.518
Derivados (Nota 15)	6.702	4.292
Credores comerciais, empresas coligadas e relacionadas (Nota 26)	2.366	3.498
Credores comerciais e outras contas a pagar-		
Dívidas por compras ou por prestação de serviços	526.649	452.344
Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado (Nota 17)	515.735	497.605
	1.042.384	949.949
Outras dívidas-		
Administração Pública, credora (Nota 19)	61.371	55.504
Fazenda Nacional, credora por Imposto sobre Sociedades (Nota 19)	19.016	16.824
Outros passivos circulantes	75.457	70.603
	155.844	142.931
Total do passivo circulante	1.498.177	1.392.188
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.501.538	3.536.530

CONTAS DE RESULTADOS CONSOLIDADAS

correspondentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

	Milhares de euros (Débito) Crédito	
	2015 ▼	2014 ▼
Operações continuadas:		
Valor líquido do volume de negócios (Nota 21)	1.881.143	1.723.728
Varição do estoque de produtos acabados e em elaboração (Nota 3.l)	(1.882)	2.726
Aprovisionamentos (Nota 21)	(967.612)	(770.705)
Outras receitas operacionais (Nota 3.h)	159.120	84.897
Despesas com pessoal (Nota 21)	(513.343)	(491.178)
Outras despesas operacionais (Nota 21)	(333.116)	(320.622)
Amortizações, deterioração e dotações para provisões (Nota 21)	(99.877)	(94.008)
Resultado Operacional	124.433	134.838
Receitas financeiras (Notas 11 e 21)	76.906	79.483
Despesas financeiras (Nota 21)	(92.733)	(91.327)
Diferenças de câmbio (Nota 2.f)	14.479	6.985
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros (Nota 2.g.)	2.811	5.611
Varição do valor justo em instrumentos financeiros (Nota 2.g)	(174)	(1.850)
Participação no resultado do exercício dos investimentos contabilizados aplicando o método de equivalência patrimonial (Nota 10)	3.038	(17.786)
Resultado antes de impostos	128.760	115.954
Impostos sobre lucros (Nota 19)	(38.427)	(44.950)
Resultado do exercício proveniente de operações continuadas	90.333	71.004
Resultado do exercício	90.333	71.004
Atribuível a:		
Acionistas da Sociedade controladora	65.662	58.542
Juros minoritários (Nota 13)	24.671	12.462
Lucro por ação (em euros) (Nota 28)		
Básico	0,78	0,69
Diluído	0,78	0,69

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GLOBAL CONSOLIDADO

nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

	Notas Notas explicativas ▼	Milhares de euros	
		Exercício 2015 ▼	Exercício 2014 ▼
RESULTADO CONSOLIDADO DA CONTA DE RESULTADOS (I)		90.333	71.004
Outro resultado global			
Itens que serão reclassificados para resultados			
Receitas e despesas imputadas diretamente no patrimônio líquido:			
- Para as coberturas de fluxos de caixa	Nota 15	1.786	(19.945)
-Diferenças de Conversão	Nota 13	(176.925)	(21.169)
- Participação em outro resultado global dos investimentos contabilizados pelo método de equivalencia patrimonial	Nota 10	(6.031)	(35.950)
- Efeito tributário	Notas 15 e 18	(512)	4.987
TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS IMPUTADAS DIRETAMENTE NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO (II)		(181.682)	(72.077)
Transferência para a conta de resultados consolidada:			
- Para as cobertura de fluxos de caixa	Nota 15	3.937	3.086
- Participação em outro resultado global dos investimentos contabilizados pelo método de equivalencia patrimonial	Nota 10	12.281	13.559
- Efeito tributário	Notas 15 e 18	(984)	(772)
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS PARA A CONTA DE RESULTADOS CONSOLIDADA (III)		15.234	15.873
TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS CONSOLIDADAS RECONHECIDAS (I+II+III)		(76.115)	14.800
a) Atribuídas à entidade controladora		(35.363)	20.082
b) Atribuídas a participações não controladoras		(40.752)	(5.282)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Milhares de euros)	Capital social	Ajustes de avaliação	Reserva legal	Outras reservas restritas	Outras Reservas voluntárias	Reservas em sociedades consolidadas	Ações próprias	Diferenças de conversão	Total Reservas	Resultado líquido do exercício	Dividendo por conta entregue no exercício	Participações não controladoras	Total Patrimônio
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.700	(48.573)	1.743	22.436	488.890	110.296	(22.421)	(158.794)	393.577	53.289	(4.193)	81.112	532.485
Total das receitas e despesas reconhecidas do exercício de 2014	-	(37.396)	-	-	-	-	-	(1.064)	(38.460)	58.542	-	(5.282)	14.800
Distribuição do resultado:													
Para reservas	-	-	-	-	7.503	25.444	-	-	32.947	(32.947)	-	-	-
Para dividendo complementar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.149)	-	(1.901)	(18.050)
Para dividendo por conta do exercício de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.193)	4.193	-	-
Compra de ações próprias	-	-	-	-	-	-	(2.512)	-	(2.512)	-	-	-	(2.512)
Venda de ações próprias	-	-	-	(157)	173	-	2.669	-	2.685	-	-	-	2.685
Transferência entre reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo por conta entregue no exercício de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.193)	-	(4.193)
Variações de participações em sociedades controladas (Nota 13.e)	-	3.711	-	-	-	(12.039)	-	29.318	20.990	-	-	264.733	285.723
Outras operações societárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.462	5.462
Outros	-	-	-	-	(24)	(6.640)	-	-	(6.664)	-	-	-	(6.664)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.700	(82.258)	1.743	22.279	496.542	117.061	(22.264)	(130.540)	402.563	58.542	(4.193)	344.124	809.736
Total das receitas e despesas reconhecidas do exercício de 2015	-	10.477	-	-	-	-	-	(111.502)	(101.025)	65.662	-	(40.752)	(76.115)
Distribuição do resultado:													
Para reservas	-	-	-	-	17.641	19.134	-	-	36.775	(36.775)	-	-	-
Para dividendo complementar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.574)	-	(658)	(18.232)
Para dividendo por conta do exercício de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.193)	4.193	-	-
Compra de ações próprias	-	-	-	2.191	(2.191)	-	(2.191)	-	(2.191)	-	-	-	(2.191)
Venda de ações próprias	-	-	-	(2.114)	2.116	-	2.114	-	2.116	-	-	-	2.116
Transferência entre reservas	-	-	-	2.787	(22.125)	19.338	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo por conta entregue no exercício de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.350)	-	(4.350)
Variações de participações em sociedades controladas (Nota 13.e)	-	-	-	-	-	(3.623)	-	4.496	873	-	-	16.718	17.591
Outras operações societárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.308	3.308
Outros	-	-	-	-	-	8.688	-	-	8.688	-	-	(180)	8.508
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.700	(71.781)	1.743	25.143	491.983	160.598	(22.341)	(237.546)	347.799	65.662	(4.350)	322.560	740.371

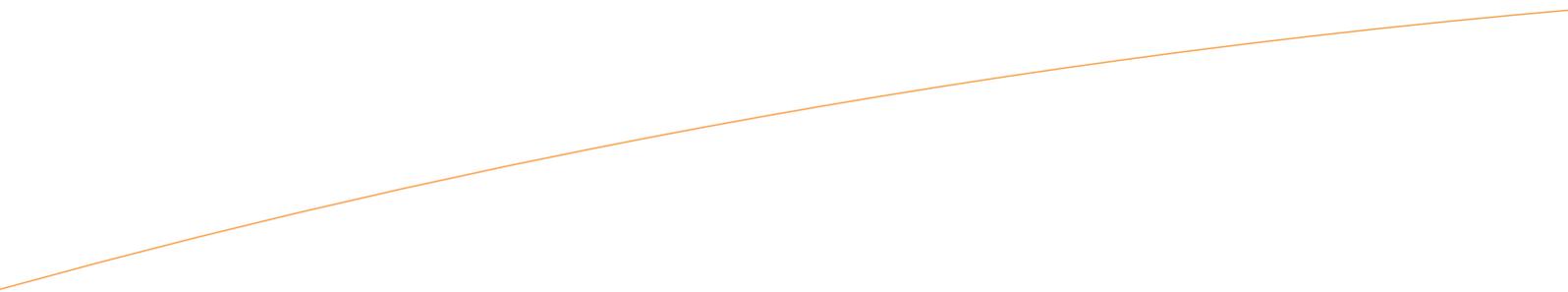
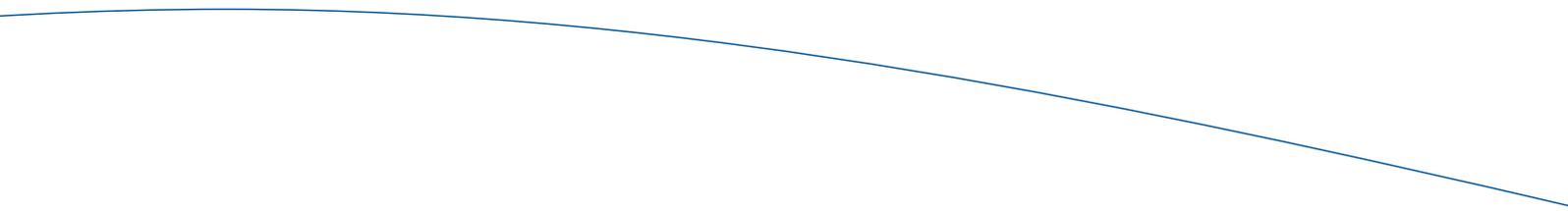
As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

NOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

	Milhares de euros	
	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Resultado consolidado do exercício	90.333	71.003
Ajustes por-		
Amortizações e variações de provisões de ativos circulantes e não circulantes (Notas 8, 9, 12 e 21)	86.104	69.345
Variação de provisões para riscos e despesas (Nota 21)	13.548	26.550
Imputação receitas diferidas	(405)	(451)
Imputação das subvenções de imobilizado	(789)	-
Resultado líquido de sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	(3.038)	17.786
Variação do valor justo de instrumentos financeiros (Nota 15)	174	815
Deterioração e resultado líquido por alienação de instrumentos financeiros (Notas 2 g e 13)	(28.421)	4.576
Receitas e despesas financeiras (Nota 21)	15.827	13.056
Imposto sobre sociedades	38.427	44.950
Recursos provenientes das operações	211.760	247.630
Variação do capital circulante:		
Variação de devedores comerciais e outros ativos circulantes	(61.586)	(6.285)
Variação do estoque	(3.412)	(7.763)
Variação de credores comerciais e outras contas a pagar	129.911	(244.364)
Variação em outros ativos e passivos circulantes	(4.967)	(37.465)
Imposto sobre lucros pagos	(34.789)	(29.338)
Fluxos líquidos de caixa de atividades operacionais (I)	236.917	(77.585)
Fluxos de caixa por atividades de investimento:		
Aquisição de empresas do grupo, coligadas e entidades controladas em conjunto (Nota 7)	(1.929)	-
Aquisição de ativos intangíveis (Nota 8)	(937)	(1.187)
Saídas de caixa por contribuições as empresas coligadas (Nota 10)	(13.702)	-
Aquisição de carteira de valores e outros investimentos financeiros não circulantes (Nota 11)	(44.681)	(88.208)
Subvenções recebidas para a aquisição de imobilizado	-	3.345
Aquisição de ativos fixos tangíveis (Nota 9)	(173.552)	(153.577)
Dividendos recebidos de empresas coligadas (Nota 10)	1.007	850
Juros cobrados	60.529	74.858
Cobranças por alienação de empresas do grupo, associadas e entidades controladas conjuntamente (Notas 2.g e 13)	88.849	275.480
Cobranças por alienação de ativos tangíveis, intangíveis e não circulantes (Notas 8 e 9)	214	5.268
Cobranças derivadas de ativos financeiros, líquido (Nota 11)	(1.240)	4.409
Fluxos líquidos de caixa das atividades de investimento (II)	(85.442)	121.238
Fluxos de caixa por atividades de financiamento:		
Entradas de caixa por dívida financeira e outra dívida no longo prazo (Nota 14)	358.182	202.922
Juros pagos (Nota 14)	(92.135)	(97.402)
Reembolso de dívida financeira e outra dívida no longo prazo (Nota 14)	(320.238)	(112.539)
Pagamentos de dividendos	(22.425)	(22.243)
Cobranças/Pagamentos líquidos derivados de contribuições/devoluções de fundos por/ aos sócios não controladores (Nota 13)	3.308	-
Entradas de caixa por alienação de ações próprias (Nota 13)	2.114	2.669
Saídas de caixa por compra e venda de ações próprias (Nota 13)	(2.191)	(2.512)
Fluxos líquidos de caixa das atividades de financiamento (III)	(73.385)	(29.105)
Efeito das variações no perímetro de consolidação (IV)	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa (I+II+III+IV)	78.090	14.548
Caixa e equivalentes a caixa no início do período	258.899	244.351
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	336.989	258.899

As notas explicativas consolidadas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



RELATÓRIO
ANUAL
CONSOLIDADO
2015



NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS

correspondentes ao exercício anual encerrado em 31 de dezembro de 2015

1. SOCIEDADES DO GRUPO E SOCIEDADES COLIGADAS

A Elecnor, S.A. (a Sociedade controladora) foi constituída por tempo indeterminado no dia 6 de junho de 1958, e sua sede social está situada na Calle Marqués de Mondéjar 33, Madrid (Espanha).

A Sociedade controladora tem por objeto, de acordo com seus Estatutos Sociais:

- a mais ampla atividade comercial com base na engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, manutenção e conservação de toda classe de obras e instalações de qualquer gênero ou espécie, no sentido mais amplo da palavra, isto é, a execução completa das mesmas com ou sem fornecimento de material, por conta própria e de terceiros, de forma exclusiva ou através de associação em qualquer uma de suas modalidades;
- a prestação de serviços públicos e privados de coleta de todo tipo de resíduos, varredura e limpeza das ruas, transferência e transporte dos resíduos até o lugar de depósito final, destino final dos mesmos, reciclagem, tratamento e depósito de resíduos públicos, privados, industriais, hospitalares, patológicos, limpeza, manutenção e conservação de esgotos e, em geral, serviços de saneamento urbano, e qualquer outro serviço complementar dos mesmos relacionado direta ou indiretamente com aqueles, entendido em sua mais ampla aceção;
- o projeto, pesquisa, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e comercialização de estações e instalações de tratamento, recuperação e eliminação de resíduos, bem como a compra e venda dos subprodutos originados dos referidos tratamentos;
- o projeto, pesquisa, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e comercialização de fábricas e instalações de tratamento de águas e depuração de águas residuais e resíduos, a recuperação e a eliminação de resíduos, bem como a compra e a venda dos subprodutos que forem originados desses tratamentos;
- o aproveitamento, transformação e comercialização de toda classe de água;

As atividades enumeradas também poderão ser desenvolvidas pela Sociedade, total ou parcialmente, de modo indireto, através da participação em outras sociedades com objeto análogo, tanto na Espanha como no exterior. O Grupo ELECNOR não desenvolverá nenhuma atividade para as quais as Leis exijam condições ou limitações específicas enquanto não cumprir integralmente as mesmas.

As sociedades controladas realizam, basicamente, as diferentes atividades que integram o objeto social acima indicado, bem como a exploração de parques de geração de energia eólica, termossolar e fotovoltaica, prestação de serviços de pesquisa, assessoramento e desenvolvimento de software aeronáutico e aeroespacial, bem como a fabricação e distribuição de painéis solares e usinas de exploração fotovoltaica.

No site www.elecnor.es e em sua sede social podem ser consultados os Estatutos Sociais e demais informação pública sobre a Sociedade. Adicionalmente às operações que realiza diretamente, a Elecnor, S.A., tal como foi comentado, é líder de um grupo de sociedades controladas, que se dedicam a diversas atividades e que constituem, junto com ela, o Grupo ELECNOR (daqui em diante denominado o "Grupo" ou o "Grupo ELECNOR"). Consequentemente, a Sociedade controladora é obrigada a elaborar, além das suas próprias demonstrações financeiras individuais, demonstrações financeiras consolidadas, que também incluem as participações em negócios conjuntos e investimentos em sociedades coligadas.

No Anexo I são detalhadas as empresas do Grupo e coligadas incluídas na consolidação e a informação relacionada com elas em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, após ser feita a conversão em euros das mesmas e antes das respectivas homogeneizações às suas demonstrações financeiras individuais e, se for o caso, dos ajustes por conversão às Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF-EU). Os dados do Anexo I foram disponibilizados pelas empresas do Grupo, e sua situação patrimonial figura em suas demonstrações financeiras individuais.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

a) Bases de apresentação e quadro normativo de informação financeira aplicável ao Grupo-

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos registros contábeis da Elecnor, S.A. e das entidades consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2015 foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira adotadas pela União Europeia (NIIF-UE) e com as demais disposições do quadro normativo de informação financeira que são aplicáveis, com o objetivo de mostrar a imagem fiel do patrimônio consolidado e da situação financeira consolidada da Elecnor, S.A. e sociedades dependentes em 31 de dezembro de 2015 e do rendimento financeiro consolidado, dos seus fluxos de caixa consolidados e das mudanças no patrimônio líquido consolidado correspondentes ao exercício anual encerrado nessa data.



O Grupo adotou as NIIF-UE no dia 1º de janeiro de 2004 e aplicou, nessa data, a NIIF 1 "Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Informação Financeira".

Os Administradores da Sociedade controladora entendem que as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2015, que foram elaboradas no dia 24 de fevereiro de 2016, serão aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas sem alteração alguma.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELECNOR correspondentes ao exercício de 2014 foram aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Elecnor realizada em 20 de maio de 2015.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas sob a hipótese de empresa em funcionamento, utilizando o princípio de custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que tenham sido registrados pelo valor justo.

b) Adoção das Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF)-

Normas e interpretações emitidas não vigentes

As novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 não representaram uma alteração da política contábil no Grupo. Adicionalmente, a Sociedade não adotou antecipadamente nenhuma norma.

Foram emitidas pela IASB novas normas contábeis (NIIF) e interpretações (CINIIF) aplicáveis aos exercícios contábeis iniciados após o dia 1º de janeiro de 2016. Um detalhamento da natureza da alteração da política contábil e da avaliação, por parte da Direção do Grupo Elecnor, do impacto das novas normas que possam causar efeito nas demonstrações financeiras do Grupo é resumido a seguir:

NIIF 16 Arrendamentos – emitida em janeiro de 2016 (pendente de adoção pela União Europeia)

A NIIF 16 elimina o modelo de contabilidade dual para arrendatários que diferencia os contratos de arrendamento financeiro, registrados no balanço, dos arrendamentos operativos para os quais não se exige o reconhecimento das quotas de arrendamento futuras. Em vez disso, é desenvolvido um modelo único, dentro do balanço, que é semelhante ao arrendamento financeiro atual. No caso do arrendador se mantém a prática atual, isto é, os arrendadores continuam classificando os arrendamentos como arrendamentos financeiros e operativos.

Esta norma entra em vigor para os exercícios a partir de 1º de janeiro de 2019, embora seja permitido adotá-la antecipadamente no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016 se se adota a NIIF 15.

O Grupo avaliará o impacto da nova norma no primeiro exercício em que for aplicável.

NIIF 9 Instrumentos financeiros – emitida em julho de 2014 (pendente de adoção pela União Europeia)

Esta norma, que substitui parcialmente a NIC 39, simplifica os critérios de reconhecimento e avaliação dos instrumentos financeiros, conservando um modelo misto de avaliação e estabelecendo apenas duas categorias principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. O critério de classificação é fundamentado no modelo de negócio da entidade e nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

A Diretoria estima que a futura aplicação da NIIF 9 não terá um impacto significativo nos ativos e nos passivos financeiros atualmente informados. Em qualquer caso, na data atual o Grupo está analisando todos os futuros impactos de adoção dessa norma e não é possível dar uma estimativa razoável dos seus efeitos enquanto essa análise não estiver completa.

Esta norma entrará em vigor para os exercícios iniciados a partir do dia 1º de janeiro de 2018, mas ainda está pendente de ser adotada pela UE.

Modificações à NIIF 11 Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas (pendente de adoção pela União Europeia)

Esta modificação esclarece certos aspectos na contabilização de operações conjuntas, quando estas constituem um negócio, no qual será aplicado o tratamento contábil de combinações de negócios.

O efeito das modificações à NIIF 11 não terá um impacto significativo nos ativos e passivos financeiros atualmente aludidos, sendo registrados seus eventuais impactos de forma prospectiva desde o início do primeiro ano de aplicação.

Esta norma entrará em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016.

NIIF 15 Rendimentos de contratos de clientes (pendente de adoção pela União Europeia)

A nova norma, que substituirá a norma NIC 11 e 18, estabelece um modelo de cinco passos para determinar a altura em que são reconhecidas as receitas, assim como o valor das mesmas. Neste novo modelo especifica-se que as receitas devem ser reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade transmite o controle de bens e serviços a um cliente, e no valor que a entidade espera ter direito a receber.

A norma oferece uma variedade de opções de transição. Por um lado, a norma permite que se escolha aplicar a nova norma a suas transações históricas e ajustar de forma retroativa cada período comparativo apresentado nas demonstrações financeiras de 2017. Por outro lado, pode ser reconhecido o efeito acumulado de aplicar a nova norma na data da aplicação inicial, e não ajustar sua informação comparativa. Existe uma série de simplificações práticas optativas que geram alternativas adicionais e podem facilitar a transição.



Na data atual, o Grupo não decidiu ainda a opção de transição que vai aplicar, nem quantificou, em consequência disso, o impacto da adoção desta norma, não sendo possível fornecer uma estimativa razoável de seus efeitos até a referida análise ser completada.

Esta norma entrará em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

c) Moeda funcional-

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em milhares de euros, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade controladora.

d) Responsabilidade da informação e estimativas realizadas-

A informação contida nestas demonstrações financeiras consolidadas é responsabilidade do Conselho de Administração da ELECNOR.

Nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELECNOR correspondentes ao exercício de 2015 foram utilizadas, ocasionalmente, estimativas realizadas pela Alta Diretoria do Grupo e das entidades consolidadas – ratificadas posteriormente pelos seus Administradores – para quantificar alguns dos ativos, passivos, receitas, despesas e compromissos que estão registrados nelas. Basicamente, estas estimativas se referem:

- à avaliação de possíveis perdas por deterioração de determinados ativos (Notas 7, 8, 9, 11 e 18),
- à avaliação de possíveis perdas em obras em execução e/ou na carteira de pedidos comprometida,
- ao critério aplicado para calcular o grau de avanço das obras,
- à vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9),
- ao valor das provisões para riscos de despesas (Nota 16),
- à probabilidade de ocorrência e o valor dos passivos de importância indeterminada ou contingentes (Nota 16),
- à valorização dos fundos de comércio (Nota 7),
- ao valor justo de determinados ativos sem cotação (Notas 11 e 15),
- à escolha de uma taxa de câmbio quando o mercado oferece diversas taxas de câmbio. Particularmente, devido ao fato de o bolívar venezuelano manter diferentes taxas de câmbio oficiais, a decisão de escolher uma ou outra, em função de qual delas reflete melhor o valor das transações realizadas, tem um impacto significativo. Nesse sentido, quando do encerramento do exercício, os Administradores decidiram utilizar o SIMADI, ao passo que antes utilizavam o SICAD II, o que representou um impacto negativo na conta de resultados consolidada de, aproximadamente, 3 milhões de euros.

Apesar de estas estimativas serem realizadas em função da melhor informação disponível em 31 de dezembro de 2015 sobre os fatos analisados, é possível que acontecimentos futuros obriguem a alterá-las (para valores mais elevados ou mais reduzidos) nos próximos exercícios, o que seria feito conforme o estabelecido na NIC 8, de forma prospectiva reconhecendo os efeitos da alteração da estimativa na correspondente conta de resultados consolidada.

e) Comparação da informação-

Conforme as exigências da NIC 1, a informação contida neste Relatório da Diretoria, relativa ao exercício de 2015, é apresentada, para efeitos comparativos, junto com a informação semelhante, relativa ao exercício de 2014, que não constitui, por si mesma, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELECNOR, respeitantes ao exercício de 2014.

De acordo com a Resolução de 29 de janeiro de 2016 do Instituto de Contabilidade e Auditoria de Contas sobre a informação a introduzir no relatório das demonstrações financeiras em relação ao período médio de pagamento a fornecedores em operações comerciais, a nota 30 não inclui informação comparativa correspondente a esta nova obrigação.

Alguns valores correspondentes ao exercício de 2014 foram reclassificados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas com o propósito de torná-las comparáveis com as do exercício atual e, assim, facilitar sua confrontação. A reclassificação mais significativa corresponde à reclassificação de adiantamentos de clientes registrados na rubrica de Estoques, na rubrica de Devedores comerciais e outras contas a receber no valor de €32.469.000.



f) Princípios de consolidação-

Abrangência

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELEC NOR incluem todas as sociedades controladas da Elec nor, S.A., com exceção daquelas que, de forma independente e em conjunto, não têm importância relativa.

São consideradas controladas aquelas sociedades sobre as quais a Sociedade, direta ou indiretamente através de controladas, exerce o controle. A Sociedade controla uma entidade controlada quando, por seu envolvimento na mesma, está exposta ou tem direito, a rendimentos variáveis e tem capacidade de influência em relação a esses rendimentos através do poder que exerce sobre a mesma. A Sociedade tem o poder quando possui direitos substantivos em vigor que lhe outorgam a capacidade de dirigir as atividades relevantes. A Sociedade está exposta, ou tem direito, a rendimentos variáveis pelo seu envolvimento na entidade controlada, quando os rendimentos que obtém por esse envolvimento podem variar em função da evolução econômica da entidade.

Procedimentos

As sociedades controladas são consolidadas pelo método de consolidação global, o que significa que são totalmente eliminados os saldos, transações, depósitos e despesas intragrupo.

Os rendimentos, despesas e fluxo de caixa das entidades controladas são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição, que é aquela em que o Grupo obtém o controle efetivo das mesmas. As entidades controladas foram excluídas da consolidação da perda de controle.

Também todas as demonstrações financeiras utilizadas da Sociedade controladora e das sociedades controladas se referem a uma mesma data e foram elaboradas utilizando políticas contábeis uniformes.

As participações não controladoras nos ativos líquidos das sociedades controladas são identificadas dentro do patrimônio de forma separada do patrimônio da Sociedade controladora. As quotas não controladoras nos resultados consolidados do exercício (e no resultado global total consolidado do exercício) também são apresentadas de forma separada na conta de resultados consolidada.

As alterações na participação de uma sociedade controlada que não originam uma perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio, isto é, qualquer diferença é reconhecida diretamente no patrimônio.

Combinações de negócio

O Grupo aplicou a exceção contemplada na NIIF 1 "Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Informação Financeira", motivo pelo qual só as combinações de negócios efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2004, data de transição às NIIF-UE, foram registradas pelo método de aquisição. As aquisições de entidades efetuadas antes dessa data foram registradas de acordo com os PCGA anteriores, uma vez consideradas as correções e ajustamentos necessários na data de transição.

Considera-se que o Grupo está realizando uma combinação de negócios quando os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio. O Grupo registra cada combinação de negócios aplicando o método de aquisição, o que significa identificar o adquirente, determinar a data de aquisição, que é aquela na qual se obtém o controle, bem como o custo de aquisição, reconhecer e medir os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e qualquer participação não controladora e, por último, se for o caso, reconhecer e medir o Fundo de Comércio ou a Diferença Negativa de Consolidação.

Os custos incorridos na aquisição são reconhecidos como despesas do exercício em que ocorrem, de forma que não são considerados maior custo da combinação.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são medidos pelo seu valor justo na data de aquisição, e a participação não controladora é avaliada pela parte proporcional dessa participação nos ativos líquidos identificáveis.

No caso das aquisições por etapas, o adquirente reavalia na data de tomada de controle sua participação prévia pelo seu valor justo, registrando a correspondente mais-valia ou perda na conta de resultados.

Igualmente, as transações entre a Sociedade controladora e as participações não controladoras (operações posteriores à obtenção do controle nas quais a sociedade controladora adquire mais participações dos juros minoritários ou aliena participações sem perder o controle), são contabilizadas como transações com instrumentos de patrimônio.

O excesso existente entre a contraprestação entregue, mais o valor atribuído às quotas não controladoras e o valor líquido dos ativos adquiridos e os passivos assumidos, é registrado como fundo de comércio. Se for o caso, a falta, depois de avaliar o valor da contraprestação entregue, o valor atribuído às quotas não controladoras e a identificação e avaliação dos ativos líquidos adquiridos, é reconhecida em resultados.

O aumento e a redução das quotas não controladoras numa sociedade controlada mantendo o controle são reconhecidos como uma transação com instrumentos de patrimônio líquido. Portanto não surge um novo custo de aquisição nos aumentos e também não são reconhecidos resultados nas reduções, e a diferença entre a contraprestação entregue ou recebida e o valor contábil das quotas não controladoras é reconhecida em reservas da sociedade investidora, sem prejuízo de reclassificar as reservas de consolidação e reatribuir o outro resultado global entre o Grupo e as quotas não controladoras. Na diminuição da participação do Grupo numa sociedade controlada, as quotas não controladoras são reconhecidas pela sua participação nos ativos líquidos consolidados, incluindo o fundo de comércio.



Perda de controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma sociedade controlada, dá de baixa os ativos (incluindo o Fundo de Comércio) e passivos da controlada e a participação não controladora pelo seu valor contábil na data em que perder o controle, reconhecer a contraprestação recebida e a participação mantida na referida sociedade pelo seu valor justo na data em que se perde o controle, reconhecendo-se o resultado pela diferença. O outro resultado global correspondente à sociedade controlada é transferido integralmente para resultados ou para reservas, de acordo com sua natureza.

Sociedades coligadas

São consideradas entidades controladas aquelas sociedades sobre as quais a Sociedade, direta ou indiretamente através de controladas, exerce influência significativa. A influência significativa é o poder de intervir nas decisões de política financeira e de exploração que uma entidade tem, sem que suponha a existência de controle ou de controle conjunto sobre a mesma. Na avaliação da existência de influência significativa são considerados os direitos de voto potenciais exercíveis ou conversíveis na data de encerramento de cada exercício, considerando, também, os direitos de voto potenciais que o Grupo ou outra entidade possam.

Os investimentos em entidades associadas são registrados pelo método da participação a partir da data em que se exerce influência significativa até a data em que a Sociedade não puder continuar justificando a existência da mesma. Segundo este método, inicialmente, o investimento é registrado pelo seu custo de aquisição, incluindo com caráter adicional qualquer custo diretamente atribuível à aquisição. A participação do Grupo nos lucros ou nas perdas das sociedades coligadas obtidas a partir da data de aquisição é registrada como um aumento ou uma diminuição do valor dos investimentos com crédito ou débito na rubrica "Participação no resultado do exercício dos investimentos contabilizados aplicando o método de equivalência patrimonial" da conta de resultados. Igualmente, a participação do Grupo em "outro resultado global" das coligadas obtido a partir da data de aquisição é registrada como um aumento ou diminuição do valor dos investimentos nas coligadas, sendo reconhecida a contrapartida por natureza em "outro resultado global" da Demonstração do Resultado Global Consolidado. As distribuições de dividendos são registradas como reduções do valor dos investimentos. Para determinar a participação do Grupo nos lucros ou nas perdas, incluindo as perdas por deterioração de valor reconhecidas pelas coligadas, são consideradas as receitas ou as despesas derivadas do método de aquisição.

As perdas nas sociedades coligadas que correspondem ao Grupo se limitam ao valor do investimento líquido, exceto naqueles casos nos quais tiver sido assumido, por parte do Grupo, obrigações legais ou implícitas, ou tiverem sido efetuados pagamentos em nome das sociedades coligadas. Para efeitos de reconhecimento das perdas por deterioração em coligadas, considera-se investimento líquido o resultado de acrescentar ao valor contábil resultante da aplicação do método da participação o correspondente a qualquer outra rubrica que, em resumo, faça parte do investimento nas coligadas. O excesso das perdas sobre o investimento em instrumentos de patrimônio é aplicado ao resto de rubricas em ordem inversa à prioridade na liquidação. Os lucros obtidos posteriormente por aquelas coligadas nas quais se tiver limitado o reconhecimento de perdas ao valor do investimento serão registrados na medida em que excedam as perdas não reconhecidas previamente. Neste sentido, se a parte que corresponder ao Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou exceder sua participação nessa coligada, deixará de reconhecer a parte que lhe possa corresponder em ulteriores perdas. Para esses efeitos, a participação na coligada será igual ao valor contábil registrado do investimento, calculado segundo o método de equivalência patrimonial, ao que será acrescentado o valor de qualquer outra parte no longo prazo que, em resumo, fizer parte do investimento líquido do Grupo na associada.

Independentemente das perdas reconhecidas, conforme o acima explicado, o Grupo analisa possíveis deteriorações adicionais, segundo as normas sobre ativos financeiros (Nota 3.m) e considerando o investimento pela sua totalidade e não apenas pelo Fundo de Comércio que, se for o caso, tiver incorporado.

Negócios conjuntos

São considerados acordos conjuntos aqueles nos que existe um acordo contratual para compartilhar o controle sobre uma atividade econômica, de forma que as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime do Grupo e do resto de participantes ou operadores. A avaliação da existência de controle conjunto é realizada considerando a definição de controle das entidades controladas.

- Negócios conjuntos: Os investimentos nos negócios conjuntos são registrados aplicando o método da participação acima exposto.
- Operações conjuntas: Nas operações conjuntas, o Grupo reconhece nas demonstrações financeiras consolidadas seus ativos, incluída sua participação nos ativos controlados de forma conjunta; seus passivos, incluída sua participação nos passivos nos que tenha incorrido conjuntamente com os outros operadores; as receitas auferidas pela venda da sua parte da produção derivada da operação conjunta, sua parte das receitas obtidas da venda da produção derivada da operação conjunta e suas despesas, incluída a parte que lhe corresponder das despesas conjuntas. O Grupo inclui dentro desta categoria as UTEs (União Temporária de Empresas) e determinadas sociedades estrangeiras consideradas como um veículo semelhante ao da UTE através das quais desenvolver parte da sua atividade.



Transações, saldos e fluxos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas em moeda funcional mediante a aplicação das taxas de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira nas datas em que forem realizadas as transações.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos em euros aplicando a taxa existente no encerramento do exercício, ao passo que os não monetários avaliados pelo custo histórico são convertidos aplicando as taxas de câmbio aplicadas na data em que a transação ocorreu. Por último, a conversão em euros dos ativos não monetários avaliados pelo valor justo foi efetuada aplicando a taxa de câmbio na data em que se procedeu à quantificação do mesmo.

Conversão de negócios no estrangeiro

O Grupo se valeu da isenção contemplada na NIIF 1 "Adoção pela primeira vez das NIIF" relativa a diferenças de conversão acumuladas, pelo que as diferenças de conversão reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas geradas antes do dia 1º de janeiro de 2004 foram incluídas nas reservas por ganhos acumulados. A partir da referida data, a conversão em euros de negócios no estrangeiro cuja moeda funcional não é a de um país hiperinflacionário foi realizada através da aplicação do seguinte critério:

- Os ativos e passivos, incluindo o fundo de comércio e os ajustes aos ativos líquidos derivados da aquisição dos negócios, incluindo os saldos comparativos, são convertidos à taxa de câmbio de encerramento na data de cada balanço;
- As receitas e despesas, incluindo os saldos comparativos, são convertidas às taxas de câmbio em vigor na data de cada transação; e
- As diferenças de câmbio que resultarem da aplicação dos critérios acima referidos são reconhecidas como diferenças de conversão em outro resultado global.

Este mesmo critério é aplicável à conversão das demonstrações financeiras das sociedades contabilizadas pelo método da participação, reconhecendo as diferenças de conversão relativas à participação do Grupo em outro resultado global.

Negócios estrangeiros em economias hiperinflacionárias

As demonstrações financeiras das sociedades do Grupo cuja moeda funcional é a de uma economia hiperinflacionária são expressas novamente em termos da unidade de medida corrente na data do balanço.

Os resultados e a situação financeira dos negócios no estrangeiro do Grupo, cuja moeda funcional é a moeda de uma economia hiperinflacionária são convertidos em euros como segue:

- Os ativos e passivos, incluindo o fundo de comércio e os ajustes aos ativos líquidos derivados da aquisição dos negócios, rubricas do patrimônio líquido, despesas e receitas e fluxos de caixa, são convertidos à taxa de câmbio de encerramento na data do balanço mais recente.
- Os saldos comparativos são os apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício anterior e não são ajustados pelas variações posteriores ocorridas no nível de preços ou nas taxas de câmbio. O efeito do ajuste sobre os saldos do exercício anterior é reconhecido como uma reserva de revalorização em outro resultado global.

g) Variações no perímetro de consolidação-

As variações mais significativas ocorridas no perímetro de consolidação no exercício de 2015 foram as seguintes:

- Com data de 15 de julho de 2015, o Grupo vendeu suas participações nas duas sociedades titulares dos satélites de observação da Terra que o Grupo Elecnor possui, a Deimos Imaging, S.LU. e a DOT Imaging, S.LU., constituídas em 2015 mediante cisão parcial da sociedade Deimos Castilla la Mancha, para a sociedade Canadense UrtheCast no valor total de € 71.000.000, aproximadamente, sendo registrada a correspondente mais-valia na rubrica "Outras receitas de exploração" da conta de resultados consolidada anexa.

Durante o exercício de 2014 não ocorreram variações significativas no perímetro de consolidação.

3. PRINCÍPIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS

a) Ativos não circulantes mantidos para a venda-

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda são apresentados avaliados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda necessários.

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para a venda se seu valor contábil for recuperado, principalmente, através de uma operação de venda e não através da sua utilização. Esta condição é considerada cumprida apenas quando a venda for muito provável e o ativo estiver disponível para a venda imediata em sua condição atual. A Diretoria do Grupo ELECNOR deve estar comprometida com um plano de venda, o qual deve ocorrer, previsivelmente, num prazo de um ano contado da data de classificação.

Em 31 de dezembro de 2015 existem € 4.058.000 (€ 4.204.000 no exercício de 2014), aproximadamente, classificados dentro desta rubrica do ativo da demonstração da situação financeira consolidada anexa, os quais se referem, principalmente, ao custo das instalações que a sociedade controladora mantém em Tortosa (Tarragona - Espanha).

b) Fundo de comércio-

O fundo de comércio gerado na consolidação é calculado conforme o que foi explicado na Nota 2.f.

Os fundos de comércio revelados a partir de 1º de janeiro de 2004 continuam sendo avaliados pelo seu custo de aquisição e os apresentados antes desta data, mantêm-se pelo seu valor líquido registrado em 31 de dezembro de 2003, de acordo com os critérios contábeis aplicados até a referida data (Nota 2.f). Em ambos os casos, desde o dia 1º de janeiro de 2004, não se amortiza o fundo de comércio, e no encerramento de cada exercício contábil é estimado se eles sofreram alguma deterioração que reduziu o seu valor recuperável a um valor inferior ao custo líquido registrado, procedendo-se, se for o caso, ao pertinente saneamento (Nota 3.k).

As perdas por deterioração relacionadas com os fundos de comércio não são objeto de reversão posterior.

O fundo de comércio gerado internamente não é reconhecido como um ativo.

c) Reconhecimento de receitas-

As receitas por vendas e a prestação de serviços são reconhecidas pelo valor de mercado dos bens ou direitos recebidos em contraprestação pelos bens e serviços prestados, conforme corresponder, no decorrer da operação normal do negócio das sociedades do Grupo, líquido de descontos e de impostos aplicáveis.

c.1 Contratos de construção e prestação de serviços-

Quando for possível realizar uma estimativa confiável do resultado de um contrato de construção, as receitas e as despesas derivadas do mesmo serão reconhecidas através da aplicação do método do grau de avanço, isto é, em função do grau de realização de cada uma das obras na data da demonstração da situação financeira.

Isso significa reconhecer como receita em cada exercício a porcentagem das receitas totais estimadas, que comportem os custos incorridos no mesmo sobre os custos totais estimados.

As receitas totais abrangem o valor inicial acordado no contrato, bem como as alterações e reclamações, que é muito provável que sejam recebidas e possam ser medidas com confiabilidade.

As despesas totais abrangem os custos relacionados diretamente com o contrato específico, os custos relacionados com a atividade de contratação em geral e podem ser imputados ao contrato específico, e qualquer outro custo que possa ser debitado ao cliente, sob os termos pactuados no contrato.

As perdas que possam ocorrer nas obras em andamento são registradas, na sua totalidade, quando forem conhecidas ou possam ser estimadas.

Os valores correspondentes a certidões ou faturamentos antecipados são registrados na rubrica "Credores comerciais e outras contas a pagar - Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado" do passivo da demonstração da situação financeira consolidada anexa nos valores de € 376.155.000 e € 304.945.000, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente (Nota 17).

As receitas por prestação de serviços são reconhecidas quando puderem ser estimadas com confiabilidade, considerando o grau de conclusão da prestação final. Se não for possível estimar de forma confiável, apenas serão reconhecidas as receitas na quantia das despesas reconhecidas que sejam consideradas recuperáveis.

O Grupo ELECNOR reconheceu como volume de negócios, em relação a diversos contratos de grau de avanço e prestação de serviços que mantém, uns valores de aproximadamente € 1.724.000.000 e de € 1.576.000.000, respectivamente, em 31 de dezembro 2015 e 2014 (Nota 21). Do mesmo modo, o valor dos custos incorridos nos contratos de construção e prestação de serviços no exercício de 2015 ascende a, aproximadamente, € 1.200.000 (€ 1.797.000 em 2014).

Por último, os valores relativos às retenções nos pagamentos efetuados pelos clientes ascendem a € 22.448.000 e a € 19.828.000, respectivamente, para os exercícios de 2015 e de 2014, e estão registrados na rubrica "Devedores comerciais e outras contas a receber" do ativo da demonstração da situação financeira consolidada anexa.



c.2 Venda de bens-

As vendas são reconhecidas quando forem transferidos todos os riscos e vantagens, de tipo significativo, derivados da propriedade dos bens, não se retiver o controle efetivo sobre os mesmos, o valor das receitas puder ser medido com confiabilidade, for provável que as receitas sejam recebidas, e os custos incorridos, ou por incorrer, em relação à transação, puderem ser medidos com confiabilidade.

c.3 Juros e dividendos-

Os juros são reconhecidos pelo método da taxa de juros efetiva, que é a taxa de atualização que iguala o valor em livros de um instrumento financeiro com os fluxos de caixa estimados ao longo da vida esperada do instrumento, a partir das suas condições contratuais e sem considerar as perdas por risco de crédito futuras.

As receitas por dividendos provenientes de investimento em instrumentos de patrimônio são reconhecidas em resultados quando tenham surgido para o Grupo os direitos a recebê-las.

d) Arrendamentos-

O Grupo ELEC NOR classifica como arrendamento mercantil aqueles contratos de arrendamento nos quais a parte arrendadora transmite para a parte arrendatária todos os riscos e benefícios da propriedade do bem. Os restantes arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais.

Arrendamento mercantil

Os bens adquiridos em regime de arrendamento mercantil são registrados na categoria do ativo não circulante que corresponder com sua natureza e funcionalidade, pelo menor entre o valor justo do bem objeto do contrato e a soma do valor atual das quantias a pagar à parte arrendadora e da opção de compra, com crédito na rubrica "Dívida financeira" da demonstração da situação financeira consolidada. Esses bens são amortizados com critérios semelhantes aos utilizados para os bens que são da propriedade do Grupo ELEC NOR e que têm a mesma natureza.

Arrendamentos operacionais

As despesas originadas pelos arrendamentos operacionais são imputadas à rubrica "Outras despesas operacionais" da conta de resultados consolidada durante a vida do contrato seguindo o critério de competência.

Durante os exercícios de 2015 e 2014 as despesas por arrendamento incluídas na rubrica "Outras despesas operacionais" da conta de resultados consolidada anexa ascenderam a aproximadamente €46.778.000 e a €58.774.000, respectivamente. Os contratos de arrendamento operacional mais significativos que o Grupo ELEC NOR tem nos exercícios de 2015 e 2014 são os que se referem à maquinaria e aos elementos de transporte, bem como aos imóveis utilizados no desenvolvimento de sua atividade.

No encerramento do exercício de 2015 o Grupo tem contratadas com as partes arrendadoras as seguintes quotas de arrendamento mínimas, de acordo com os atuais contratos em vigor, sem ter em conta a repercussão de despesas comuns, aumentos futuros pelo IPC, nem atualizações futuras de rendimentos pactuados contratualmente (em milhares de euros):

	Valor nominal	
	2015	2014
Arrendamentos operacionais - quotas mínimas	▼	▼
Menos de um ano	20.977	30.647
Entre um e cinco anos	16.155	20.259
Mais de cinco anos	19.902	24.794
Total	57.034	75.700

As quotas mínimas de arrendamentos operacionais não incluem os arrendamentos de maquinaria e de elementos de transporte que são arrendados durante o período de duração das obras que o Grupo executa, já que os Administradores da Sociedade controladora estimam que não há compromissos no longo prazo em relação a esses arrendamentos.

e) Custos por juros-

Os custos por juros diretamente imputáveis à aquisição, construção ou produção de ativos que, necessariamente, precisam de um período de tempo substancial para estarem preparados para seu uso ou venda previstos são acrescentados ao custo dos referidos ativos, até o momento em que os ativos estejam substancialmente preparados para serem usados ou vendidos (Nota 3.h). As receitas provenientes de investimentos obtidos no investimento temporário do numerário obtido de empréstimos específicos, que ainda não foram investidas em ativos qualificados, são deduzidas dos custos por juros aptos para a capitalização.

Os outros custos por juros são reconhecidos nos resultados no período em que incorrem.

f) Moeda estrangeira-

A moeda funcional da Sociedade controladora é o euro. Consequentemente, todos os saldos e transações denominados em moedas diferentes do euro serão considerados como denominados em moeda estrangeira.

As operações realizadas em moeda diferente do euro serão registradas em euros pelas taxas de câmbio em vigor no momento da transação. Durante o exercício, as diferenças verificadas entre a taxa de câmbio contabilizada e a que se encontra em vigor na data da cobrança ou pagamento serão registradas com débito ou crédito nos resultados, exceto nos seguintes casos:

- Diferenças de câmbio derivadas de operações de cobertura ou "hedging" (Nota 15).
- Diferenças de câmbio decorrentes de um passivo em moeda estrangeira que é tratado de forma contábil como uma cobertura para o investimento líquido da empresa numa entidade estrangeira.

Do mesmo modo, a conversão dos valores de renda fixa, bem como dos créditos e débitos em moeda diferente da moeda funcional em 31 de dezembro de cada ano é realizada pela taxa de câmbio de fechamento. As diferenças de avaliação ocorridas são registradas com débito ou crédito na rubrica "Diferenças de câmbio" da conta de resultados consolidada.

Aquelas operações realizadas em moeda estrangeira nas quais o Grupo ELECNOR decidiu mitigar o risco das taxas de câmbio mediante a contratação de derivativos financeiros ou outros instrumentos de cobertura serão registradas conforme os princípios descritos na Nota 3.m. Com caráter geral, as moedas funcionais das sociedades consolidadas e coligadas radicadas no estrangeiro coincidem com suas moedas de apresentação. Do mesmo modo, nenhuma das moedas funcionais das sociedades consolidadas e coligadas radicadas no estrangeiro corresponde a economias consideradas hiperinflacionárias, conforme os critérios estabelecidos a esse respeito pelas Normas Internacionais de Informação Financeira, salvo no caso da Venezuela. No encerramento contábil dos exercícios de 2015 e 2014 foram expressas novamente as referidas demonstrações financeiras em termos da unidade de medida corrente em 31 de dezembro de 2015 e 2014. As demonstrações financeiras da Venezuela estavam elaboradas utilizando o método do custo histórico e foram expressas novamente aplicando um índice geral de preços 85% (50% em 2014). Em 31 de dezembro de 2015 o impacto acumulado no patrimônio líquido, pelo fato de terem sido expressas novamente, ascende a € 724.000 aproximadamente (€ 1.211.000, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2014).

O contravalor em euros dos ativos e passivos monetários em moeda diferente do euro mantidos pelo Grupo ELECNOR em 31 de dezembro de 2015 e 2014 corresponde à seguinte discriminação:



Moeda dos saldos	Contravalor em Milhares de euros			
	2015		2014	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Peso argentino	9.710	5.624	9.053	11.137
Real brasileiro	615.420	409.103	666.760	508.431
Dólar EUA	178.422	106.900	171.074	241.235
Dólar canadense	12.024	182.771	3.666	2.034
Bolívar venezuelano	3.822	5.356	9.960	6.689
Peso chileno	36.339	84.796	29.698	15.092
Peso mexicano	63.083	60.843	38.867	31.632
Peso uruguaio	17.717	17.291	31.455	27.576
Dirham marroquino	6.845	1.794	5.803	2.636
Dinar argelino	8.071	1.925	10.346	2.420
Lempira hondurenho	19	-	478	-
Kwanza angolano	6.331	941	6.875	551
Peso dominicano	3.156	3.251	1.804	29
Libra esterlina	19.468	13.850	7.488	6.029
Dinar jordano	13.271	27.799	1.415	28.632
Dólar australiano	29.881	3.621	20.036	16.282
Outros	5.995	789	6.477	1.885
Total	1.029.574	926.654	1.021.255	902.290

O detalhamento dos principais saldos em moeda estrangeira, atendendo a natureza das rubricas que os integram, é o seguinte:

Natureza dos saldos	Contravalor em Milhares de euros			
	2015		2014	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Investimentos financeiros no longo prazo (*)	509.569	-	559.669	-
Estoques	14.571	-	12.106	-
Devedores	409.012	-	367.727	-
Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	96.422	-	81.753	-
Credores	-	334.010	-	603.121
Dívida financeira (Nota 14)	-	592.644	-	299.169
Total	1.029.574	926.654	1.021.255	902.290

(*) Refere-se principalmente a ativos financeiros por concessões administrativas (Nota 11).

g) Imposto sobre lucros-

A despesa pelo Imposto sobre Sociedades espanhol e pelos impostos de natureza semelhante aplicáveis às sociedades estrangeiras consolidadas é reconhecida na conta de resultados consolidada, exceto quando forem consequência de uma transação cujos resultados são registrados diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto correspondente também será registrado no patrimônio líquido.

A contabilização da despesa por imposto sobre sociedades é feita pelo método do passivo baseado no balanço geral. Este método consiste na determinação dos impostos antecipados e diferidos em função das diferenças entre o valor contábil dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas fiscais que se espera que estejam objetivamente em vigor quando os ativos e os passivos forem realizados (Notas 18 e 19). Os impostos diferidos ativos e passivos originados por débitos ou créditos diretos nas contas de patrimônio também são contabilizados com débito ou crédito no patrimônio.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, a não ser que a diferença temporária for

derivada do reconhecimento inicial do fundo de comércio cuja amortização não é dedutível para efeitos tributários, ou do reconhecimento inicial (salvo numa combinação de negócios) de outros ativos e passivos numa operação que não afeta o resultado fiscal nem o resultado contábil.

O Grupo não reconhece os passivos por impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias, ou com participações em entidades controladas em conjunto, já que o Grupo considera que, em caso de existir, pode controlar o momento da reversão da diferença temporária e é provável que a diferença temporária não reverta num futuro previsível.

O Grupo ELEC NOR procede ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos se esperar dispor de suficientes ganhos fiscais futuros contra os quais poder torná-los efetivos.

Do mesmo modo, as deduções da quota para evitar a dupla tributação e por incentivos fiscais, e as bonificações do Imposto sobre Sociedades originadas por fatos económicos ocorridos no exercício, diminuem a despesa gerada pelo Imposto sobre Sociedades, salvo se existirem dúvidas sobre a sua realização.

De acordo com as NIIF, os impostos diferidos são classificados como ativos ou passivos não circulantes mesmo que se estime que a sua realização ocorra nos próximos doze meses.

A despesa por imposto sobre lucros representa a soma da despesa por imposto sobre lucros do exercício e a variação nos ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos que não se registram no património (Notas 18 e 19).

Por ocasião de cada encerramento contábil, são revistos os impostos diferidos registrados (tanto ativos quanto passivos) com o fim de comprovar que continuam em vigor, efetuando-se as pertinentes correções nos mesmos, de acordo com os resultados das análises realizadas.

h) Imobilizado tangível-

Os bens compreendidos no imobilizado tangível, que em total são de uso próprio, encontram-se registrados pelo seu custo de aquisição menos a amortização acumulada e qualquer perda reconhecida por deterioração de valor. No entanto, antes do dia 1º de janeiro de 2004, o Grupo ELEC NOR atualizou o valor de determinados ativos do imobilizado tangível de acordo com os diversos dispositivos legais a esse respeito. O Grupo ELEC NOR, de acordo com as NIIF, considerou o valor dessas revalorizações como parte do custo dos referidos ativos por entender que elas equivaliam à evolução dos índices dos preços.

No que diz respeito aos custos incorridos depois da implementação do bem, é preciso levar em consideração que:

- Os custos derivados da manutenção do bem, isto é, os custos de reparação e conservação, são registrados diretamente como despesas do exercício.
- Nas substituições de elementos é registrado como ativo o custo do elemento incorporado e se dá de baixa o custo do que foi substituído.

Os custos capitalizados incluem as despesas financeiras relativas ao financiamento externo incorridas durante o período de construção em obras com um período superior a um ano. O total de despesas financeiras acumuladas ativadas na rubrica "Imobilizado tangível, líquido" do ativo da demonstração da situação financeira consolidada no exercício de 2015 ascende a € 57.068.000 (€ 48.332.000 em 2014).

Os trabalhos realizados pelo Grupo para seu próprio imobilizado são expressos pelo custo acumulado que resulta de acrescentar aos custos externos os custos internos, determinados em função dos consumos próprios de materiais de armazém e dos custos de fabricação, sendo estes determinados segundo as taxas horárias de absorção semelhantes às usadas para a avaliação de estoques. Durante o exercício de 2015 os valores registrados por este item ascenderam a € 112.534.000 (€ 61.282.000 em 2014), e foram registrados na rubrica "Outras receitas operacionais" da conta de resultados consolidada, correspondentes, principalmente, à construção de parques eólicos e linhas de transmissão de energia.

O Grupo ELEC NOR amortiza, com carácter geral, seu imobilizado tangível seguindo o método linear, distribuindo o custo dos ativos entre os seguintes anos de vida útil estimada:



	Anos média de vida útil estimada	
	2015	2014
Construções	33-50	33-50
Instalações técnicas e maquinaria (*)	10-25	10-25
Aparelhos e ferramentas	3 -10	3-10
Móveis e Utensílios	3-10	3-10
Equipamentos para Processamento Eletrônico de Dados	3-5	3-5
Elementos de Transporte	2-10	2-10
Outro imobilizado	3-10	3-10

(*) Inclui a maquinaria e instalações relacionadas com projetos eólicos, basicamente aerogeradores.

No exercício 2015, e considerando a experiência acumulada desde o início da exploração dos parques eólicos do Grupo e a correta manutenção dos seus elementos, os Administradores realizaram uma nova estimativa da vida útil de seus ativos eólicos no Brasil, baseada num estudo técnico interno, de forma que foi aumentado mais 5 anos. De acordo com os critérios descritos nesta mesma nota, o Grupo Ecnor procedeu a aplicar de forma prospectiva esta nova vida útil a partir de 1º de janeiro de 2015 para as sociedades Ventos do Sul, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral Energia, S.A., o que significou uma redução da amortização registrada no exercício de 2015 no valor aproximado de € 1.638.000, € 885.000, € 771.000 e € 758.000.

No exercício de 2014, o Grupo realizou essa mesma análise sobre ativos eólicos na Espanha baseando-se no descrito no parágrafo anterior, sendo a mesma aumentada em 5 anos. O Grupo Ecnor procedeu a aplicar de forma prospectiva essa nova vida útil a partir de 1º de janeiro de 2014 para as sociedades Galicia Vento, S.L., Eólicas Páramo de Poza, S.A. e Aerogeneradores del Sur, S.A., o que significou uma redução da amortização registrada no exercício de 2014 no valor aproximado de € 3.942.000, € 1.521.000 e € 1.788.000.

Os Administradores da Sociedade controladora consideram que o valor contábil dos ativos não ultrapassa o valor recuperável dos mesmos, sendo este calculado em função dos fluxos de caixa futuros que esses ativos geram (Nota 3.k).

Dado que o Grupo ELECENOR não tem a obrigação de fazer face a custos significativos em relação ao fechamento das suas instalações, a demonstração da situação financeira consolidada anexa não inclui nenhuma provisão para este item.

i) Outros ativos intangíveis-

São ativos não monetários identificáveis, embora sem aparência física, que surgem como consequência de um negócio jurídico ou foram desenvolvidos pelas sociedades do Grupo. São reconhecidos, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, e, posteriormente, são avaliados pelo seu custo menos, conforme proceder, a sua respectiva amortização acumulada e as perdas por deterioração que tenham sofrido, e desde que seja provável a obtenção de lucros econômicos pelos mesmos, e que o seu custo possa ser medido de forma confiável.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os custos de atividades de pesquisa são reconhecidos como despesas no período em que incorrem.

As despesas incorridas no desenvolvimento de diversos projetos são registradas como ativo se cumprirem as seguintes condições:

- Os custos se encontram especificamente identificados e controlados por projeto, e a sua distribuição no tempo está claramente definida.
- Os Administradores podem demonstrar a forma em que o projeto gerará lucros no futuro.
- O custo do desenvolvimento do ativo, que inclui, se for o caso, os custos com o pessoal do Grupo ELECENOR dedicado a esses projetos, pode ser avaliado de forma confiável.

Os ativos intangíveis gerados internamente são amortizados linearmente ao longo das suas vidas úteis.

Quando não se puder reconhecer um ativo intangível gerado internamente, os custos de desenvolvimento serão reconhecidos como despesa no período em que incorrem.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Referem-se ao custo incorrido em sua aquisição, sendo amortizados linearmente ao longo das suas vidas úteis estimadas, que costumam ser, normalmente, de cinco anos.

j) Concessões administrativas-

O Grupo considera que os elementos correspondentes às concessões administrativas que possui não podem ser reconhecidos como imobilizado tangível, dado que os contratos não conferem ao mesmo o direito de usá-los, mas sim o acesso aos mesmos para proporcionar um serviço público em nome da concedente.

Neste sentido, o Grupo analisa em função das características dos contratos se estes são abrangidos pela CINIIF 12 Contratos de Concessão de Serviços.

Nos contratos de concessão abrangidos pela CINIIF 12, os serviços de construção e prestação de serviços são reconhecidos seguindo a política contábil de receitas ordinárias. Neste sentido, os contratos de construção ou melhoria da infraestrutura são registrados em conformidade com a política contábil aplicável aos mesmos, e os serviços de manutenção e exploração são reconhecidos seguindo o disposto na política contábil de prestação de serviços.

Dado que com base nesses contratos o Grupo presta vários serviços (construção, manutenção e serviços de operação), as receitas são reconhecidas de acordo com os valores razoáveis de cada serviço prestado.

Serviços de construção

O valor recebido ou a receber pela construção das infraestruturas por explorar é registrado pelo seu valor justo.

Este valor será contabilizado como um ativo financeiro se a concessionária tiver um direito contratual incondicional de receber essas quantias por parte da entidade concedente, isto é, independentemente da utilização do serviço público em questão por parte dos usuários do mesmo. Em compensação, serão contabilizados como um ativo intangível se o recebimento desses valores estiver submetido ao risco de demanda do serviço.

Esses ativos, após o seu reconhecimento inicial, serão contabilizados de acordo com o referido para cada tipo de ativo nas normas de avaliação correspondentes (Notas 3.i e 3.m).

Serviços de manutenção e operação

Serão contabilizados de acordo com o que foi explicado na Nota 3.c.

k) Deterioração do valor dos ativos-

O Grupo segue o critério de avaliar a existência de indícios que possam revelar a potencial deterioração de valor dos ativos não financeiros sujeitos a amortização ou depreciação, com o intuito de comprovar se o valor contábil dos mencionados ativos excede seu valor recuperável. No encerramento de cada exercício para o caso do fundo de comércio ou sempre que existam indícios de perda de valor (para o resto dos ativos, o Grupo ELECNOR passa a estimar mediante o denominado "Teste de deterioração" a possível existência de perdas de valor que reduzam o valor recuperável desses ativos a uma importância inferior ao do seu valor contábil. Em caso de o ativo não gerar fluxos de caixa que sejam independentes de outros ativos, o Grupo ELECNOR calcula a importância recuperável da unidade geradora de numerário à qual o ativo pertence (Nota 7).

Em caso de o valor recuperável ser inferior ao valor líquido contábil do ativo, a respectiva perda por deterioração é registrada com débito na rubrica "Amortizações, deterioração e dotações para provisões" da conta de resultados consolidada. As perdas por deterioração reconhecidas num ativo em exercícios anteriores são revertidas com crédito na referida rubrica quando é verificada uma alteração das estimativas sobre a sua importância recuperável, aumentando o valor do ativo com o limite do valor contábil que o ativo teria tido se o saneamento não tivesse sido realizado, salvo no caso do saneamento do fundo de comércio, que não é reversível.

l) Estoques-

Esta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada registra os ativos que o Grupo ELECNOR:

- Possui para sua venda no decorrer ordinário de seu negócio,
- Tem em processo de produção, construção ou desenvolvimento com essa finalidade, salvo no que diz respeito às obras em andamento para as quais o reconhecimento de receitas é feito conforme o indicado na Nota 3.c, ou
- Prevê consumi-los no processo de produção ou na prestação de serviços.

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo e seu valor líquido realizável. O custo inclui todas as despesas derivadas de sua aquisição e transformação, incluindo aquelas em que tenha incorrido para dar-lhes sua condição e localização atuais.

Se os estoques forem produtos que habitualmente não são intercambiáveis entre si, seu custo será estabelecido de forma específica, ao passo que para o resto será utilizado o método do custo médio ponderado.



O valor líquido realizável é o preço estimado de venda menos os custos estimados para terminar sua produção e os necessários para realizar a venda.

A composição da rubrica "Estoques" do Grupo Ecnor para os exercícios de 2015 e 2014 é que segue:

	Milhares de euros	
	31/12/2015	31/12/2014
Matérias primas e outros aprovisionamentos	9.380	5.028
Estoques comerciais	1.111	169
Produtos em elaboração e acabados	4.543	6.425
	15.034	11.622

m) Instrumentos financeiros-

Os instrumentos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial como um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de patrimônio, em conformidade com o fundo econômico do acordo contratual e com as definições de ativo financeiro, passivo financeiro ou de instrumento de patrimônio desenvolvidas na NIC 32 "Instrumentos financeiros: Apresentação".

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se converte em parte obrigada do contrato ou do negócio jurídico, conforme as disposições do mesmo.

Devido à natureza dos instrumentos financeiros do Grupo, os Administradores da Sociedade controladora consideram que o valor contábil deles, que se ajusta em caso de ser verificada uma deterioração, é uma aproximação válida ao seu valor justo.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registrados, inicialmente, pelo seu valor justo mais, em caso de o ativo não ser reconhecido como ativo financeiro negociável, os custos inerentes à operação.

O Grupo ELECNOR classifica seus ativos financeiros, sejam circulantes ou não circulantes, nas seguintes categorias:

- Empréstimos e contas a receber gerados pela própria empresa. São aqueles que supõem um valor fixo ou determinado, e originados pelas sociedades em troca de fornecer numerário, bens ou serviços diretamente a um devedor. Os ativos incluídos nesta categoria são avaliados pelo seu "custo amortizado".
- Ativos financeiros disponíveis para a venda. São todos aqueles instrumentos financeiros não derivativos que não cumprem os requisitos para sua inclusão em outra categoria de instrumentos financeiros, referindo-se, quase totalmente, a investimentos financeiros em capital. Esses investimentos também aparecem na demonstração da situação financeira consolidada pelo seu valor justo. As variações deste valor de mercado são registradas, exceto as perdas por depreciação, com débito ou crédito em outro resultado global, sendo acumuladas na rubrica "Ajustes no patrimônio por avaliação" do patrimônio líquido consolidado, até o momento em que ocorre a alienação destes investimentos, em que o valor acumulado nesta rubrica, referente a esses investimentos, é atribuído integralmente à conta de resultados consolidada.

A Diretoria do Grupo ELECNOR determina a classificação mais apropriada para cada ativo no momento de sua aquisição.

O Grupo ELECNOR dá de baixa um ativo financeiro da sua demonstração da situação financeira quando os direitos contratuais a receber um "cash flow" por esse ativo tenham vencido, ou quando esse ativo for vendido ou transmitido para outra sociedade, transferindo-se substancialmente todos os riscos e vantagens associadas ao mesmo.

Categoria de instrumentos financeiros pelo valor justo

A seguir é mostrada uma análise dos instrumentos financeiros que em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são avaliados pelo valor justo depois do seu reconhecimento inicial, agrupados por níveis de 1 a 3, dependendo do sistema de cálculo do valor justo:

- Nível 1: seu valor justo é obtido da observação direta de sua cotação em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: seu valor justo é determinado mediante a observação no mercado de inputs, diferentes dos preços incluídos na categoria 1, que são observáveis para os ativos e passivos, quer diretamente (preços), quer indiretamente (v.gr. que são obtidos dos preços).
- Nível 3: seu valor justo é determinado mediante técnicas de avaliação que incluem inputs para os ativos e passivos não observados diretamente nos mercados.

Valor justo em 31 de dezembro de 2015				
Milhares de euros				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não circulantes	▼	▼	▼	▼
Instrumentos financeiros derivativos (Notas 11 e 15)	-	7.958	-	7.958
Participações líquidas em capital (Nota 11)	-	-	4.401	4.401
Passivo não circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(35.145)	-	(35.145)
Passivo circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(6.702)	-	(6.702)
	-	(33.889)	4.401	(29.488)

Valor justo em 31 de dezembro de 2014				
Milhares de euros				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não circulantes	▼	▼	▼	▼
Instrumentos financeiros derivativos (Notas 11 e 15)	-	3.415	-	3.415
Participações líquidas em capital (Nota 11)	-	-	6.009	6.009
Passivo não circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(40.252)	-	(40.252)
Passivo circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(4.188)	-	(4.188)
	-	(41.025)	6.009	(35.016)

Deterioração de ativos financeiros

Os ativos financeiros são analisados pela Diretoria do Grupo ELECNOR que comprova se existe evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos que ocorreram depois do reconhecimento inicial do ativo e se esse evento que causou a perda tem um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou do grupo de ativos financeiros.

O Grupo ELECNOR considera como indicadores objetivos da deterioração de seus ativos financeiros, entre outros, os seguintes:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte,
- Inadimplência ou atrasos no pagamento,
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira.

Numerário e outros meios líquidos equivalentes

Sob esta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada é registrado o numerário em caixa, depósitos à vista e outros investimentos no curto prazo de alta liquidez que são rapidamente realizáveis em caixas e que não têm risco de alterações em seu valor.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, menos, se for o caso, os custos de transação atribuíveis à emissão dos mesmos, e após o seu reconhecimento inicial são avaliados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto os classificados na categoria de instrumentos financeiros derivados de cobertura que são avaliados posteriormente pelo seu valor justo.



Instrumentos financeiros derivativos e operações de cobertura

As atividades do Grupo estão expostas, fundamentalmente, a riscos financeiros decorrentes das variações de taxas de câmbio e das taxas de juros. Para cobrir esses riscos, o Grupo ELEC NOR utiliza seguros de câmbio, "cross currency swaps" e contratos de permuta financeira sobre taxas de juros com fins de cobertura.

Os derivativos financeiros são registrados, inicialmente, na demonstração da situação financeira consolidada pelo seu valor justo; mais, se for o caso e para aqueles que cumprem os critérios da contabilidade de coberturas, os custos de transação, que são diretamente atribuíveis à contratação dos mesmos; ou menos, se for o caso, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à emissão dos mesmos e, posteriormente, são realizadas as correções valorativas necessárias para refletir seu valor de mercado em cada momento. Os lucros ou perdas das citadas flutuações são registradas da seguinte forma:

- Nas coberturas de fluxos de caixa, as alterações no valor de mercado dos instrumentos financeiros derivados de cobertura são registradas, na parte em que essas coberturas não são efetivas, na conta de resultados consolidada, registrando-se a parte efetiva em outro resultado global, acumulando-se na rubrica "Ajustes no patrimônio por avaliação" do patrimônio líquido. A perda, ou o ganho acumulado na referida rubrica, é transferida para a conta de resultados consolidada à medida que o elemento coberto vai afetando a conta de resultados ou no exercício em que este é alienado.

O Grupo ELEC NOR realiza periodicamente o teste de eficiência em suas coberturas, que são elaboradas de forma prospectiva e retrospectiva. Toda operação de cobertura é apresentada para sua aprovação ao Conselho de Administração da Sociedade do Grupo correspondente e ao Conselho de Administração da ELEC NOR, S.A. e é documentada e assinada pelo Diretor Financeiro correspondente seguindo os requisitos marcados pela NIC 39.

No início da cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente as relações de cobertura, bem como o objetivo e a estratégia que assume em relação às mesmas. A contabilização das operações de cobertura só é aplicável quando se espera que a cobertura seja altamente eficaz no início de cobertura e nos exercícios seguintes para conseguir compensar as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, durante o período para o qual a mesma foi designada (análise prospectiva) e a eficácia real se encontre num intervalo de 80% – 125% (análise retrospectiva) e possa ser determinada com confiabilidade.

Do mesmo modo, nas coberturas dos fluxos de caixa das transações previstas, o Grupo avalia se essas transações são altamente prováveis e se apresentam uma exposição às variações nos fluxos de caixa que poderiam, em último caso, afetar o resultado do exercício.

- No momento de descontinuidade da cobertura, a perda ou o ganho acumulados na referida data na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" são mantidos nessa rubrica até ser realizada a operação coberta, momento no qual ajustará o lucro ou a perda da referida operação. No momento em que não se espera que a operação coberta ocorra, a perda ou o ganho reconhecidos na mencionada rubrica serão imputados à conta de resultados.

Os derivativos implícitos noutros instrumentos financeiros, se for o caso, são contabilizados separadamente quando suas características e riscos não estejam estreitamente relacionados com os instrumentos financeiros nos quais se encontram implícitos, e sempre que o conjunto não esteja sendo contabilizado pelo valor de mercado, registrando as variações de valor com débito ou crédito na conta de resultados consolidada.

Outros passivos financeiros

Inclui os empréstimos, obrigações e similares, e são registrados inicialmente pelo valor justo, líquido de custos diretos de emissão, sendo posteriormente registrados pelo método de custo amortizado e, para isso, é utilizada a taxa de juros efetiva.

n) Ações próprias em carteira-

As ações próprias em carteira do Grupo ELEC NOR no encerramento do exercício são registradas pelo seu custo de aquisição e aparecem registradas diminuindo a rubrica "Patrimônio Líquido – Outras reservas" da demonstração da situação financeira consolidada, no valor de €22.341.000, aproximadamente (€22.264.000 em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2015 representavam 2,85% (2,84% em 31 de dezembro de 2014) do capital emitido nessa data (Nota 13).

Os lucros e perdas obtidos pelo Grupo ELEC NOR na alienação destas ações próprias também são registrados na rubrica "Patrimônio Líquido – Outras reservas" da demonstração da situação financeira consolidada anexa.

o) Provisões-

A política do Grupo é a de constituir provisões no valor estimado necessário para fazer face adequadamente a responsabilidades, quer sejam legais, quer implícitas, prováveis ou certas, provenientes de contingências, litígios em andamento ou obrigações, que surjam como resultado de acontecimentos passados, sempre que for provável aqueles que significarem para o Grupo desprender-se de recursos e que seja possível

realizar uma estimativa razoável do valor das mesmas. Sua dotação é efetuada no nascimento da responsabilidade ou da obrigação (Nota 16) com débito na rubrica da conta de resultados que corresponder conforme a natureza da obrigação, pelo valor presente da provisão quando o efeito da atualização da obrigação for significativo.

Por outro lado, os passivos contingentes não são reconhecidos, dado que se referem a obrigações possíveis (dependem da ocorrência ou não de eventos futuros incertos) ou a obrigações presentes que não cumprem o reconhecimento de provisão (porque não é provável ou seu valor não pode ser medido com confiabilidade (Nota 16).

p) Indenizações por demissão-

As indenizações por cessação são reconhecidas na data anterior, entre a que o Grupo já não pode retirar a proposta e quando se reconhecem os custos de uma reestruturação que significa o pagamento de indenizações por cessação.

Nas indenizações por cessação, consequência da decisão dos funcionários de aceitarem uma proposta, considera-se que o Grupo já não pode retirar a proposta, na data anterior entre a que os funcionários aceitam a proposta e quando surtir efeito uma restrição sobre a capacidade do Grupo de retirar a proposta.

Nas indenizações por cessação involuntária, considera-se que o Grupo já não pode retirar a proposta quando comunicou aos funcionários afetados, ou aos representantes sindicais, o plano; e, quando as ações necessárias para completá-lo indicam que é improvável que sejam feitas alterações significativas no plano, identifica-se o número de funcionários que irão cessar, sua categoria de emprego ou funções e o local de trabalho e a data de cessação esperada, e se estabelecem as indenizações por cessação que os funcionários irão receber com suficiente detalhamento, de forma que os funcionários possam determinar o tipo e o valor das remunerações que receberão quando cessem. Nas demonstrações financeiras consolidadas anexas foi registrado por este item uma provisão de caráter significativo no valor de € 1.885.000 (€ 4.162.000 em 2014).

q) Subvenções oficiais-

As subvenções de capital não reembolsáveis concedidas por organismos oficiais são registradas no momento da sua concessão pelo valor concedido dentro da rubrica "Passivo não circulante - subvenções" da demonstração da situação financeira e vão sendo imputadas aos resultados de cada exercício em proporção à depreciação contábil experimentada no período pelos ativos objeto da subvenção.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo ELECNOR tem recebidas e pendentes de atribuir aos resultados subvenções de capital no valor de € 7.100.000 (€ 14.500.000 em 2014). Em 31 de dezembro de 2014 essas subvenções se referem principalmente a ajudas concedidas pela Junta de Castilla-León à sociedade controlada Deimos Imaging, S.L. em relação a um projeto de construção de um satélite que já está concluído, e com uma subvenção concedida pelo Ministério da Indústria, Turismo e Comércio à sociedade controlada Deimos Castilla La Mancha, S.L.U. para o desenvolvimento de uma usina para a especificação, design, desenvolvimento, integração, verificação e exploração de sistemas espaciais de observação da Terra com capacidade para a criação de satélites de observação, bem como outros custos associados à construção de um satélite de observação da Terra. Durante o exercício de 2015 as subvenções concedidas à Deimos Imaging, S.L.U. e parcialmente as concedidas à Deimos Castilla la Mancha S.L.U. foram dadas de baixa como consequência da saída da Deimos Imaging S.L.U. e da Sociedade resultante da cisão parcial da sociedade Deimos Castilla la Mancha S.L.U. (DOT Imaging S.L.U.) do grupo Elecnor (ver nota 2.g). O valor das subvenções oficiais de capital atribuído ao resultado no exercício de 2015 ascendeu a € 789.000, aproximadamente (€ 451.000 em 2014) dentro da rubrica "Outras receitas de exploração".

As subvenções à exploração são atribuídas aos resultados no exercício em que se incorre nas despesas subvencionadas correspondentes. A rubrica "Outras receitas operacionais" da demonstração dos resultados consolidada correspondente aos exercícios de 2015 e 2014 inclui uns valores de aproximadamente € 4.107.000 e € 3.064.000, respectivamente, por este título. A maior parte das subvenções à exploração recebidas pelo Grupo ELECNOR no exercício de 2015 estão relacionadas com os custos suportados pela Deimos Space, S.L.U. e pelas suas filiais no desenvolvimento de suas atividades.

r) Instrumentos de capital-

Os instrumentos de capital emitidos pelas sociedades do Grupo ELECNOR são registrados no patrimônio líquido, pelo valor recebido, líquido de custos diretos de emissão.

s) Demonstração das alterações no patrimônio líquido-

A norma aplicável estabelece que determinadas categorias de ativos e passivos sejam registradas pelo seu valor justo com contrapartida no



patrimônio líquido. Estas contrapartidas, denominadas "Ajustes de valorização patrimonial", se incluem no patrimônio líquido do Grupo líquidas do seu efeito tributário, que foi registrado, segundo o caso, como imposto diferido de ativo ou passivo. Nesta demonstração são apresentadas as variações que ocorreram no exercício nos "Ajustes de avaliação patrimonial", discriminados por itens, mais os resultados gerados no exercício mais/menos, se pertinente, os ajustes efetuados por alterações dos critérios contábeis ou por erros de exercícios anteriores. Também são incluídas as variações no capital e as reservas experimentadas no exercício.

t) Demonstração dos fluxos de caixa consolidada-

Na demonstração dos fluxos de caixa consolidada, preparada de acordo com o método indireto, são utilizadas as seguintes expressões nos seguintes sentidos:

- Fluxos de caixa. Entradas e saídas de dinheiro e dos seus equivalentes, entendendo isso como os investimentos no curto prazo de grande liquidez e sem risco significativo de alterações em seu valor.
- Atividades operacionais. Atividades típicas das entidades que formam o Grupo ELECNOR, bem como outras atividades que não podem ser qualificadas de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento. As de aquisição, alienação ou disposição por outros meios de ativos no longo prazo e outros investimentos não incluídos no numerário e os seus equivalentes.
- Atividades de financiamento. Atividades que causam alterações no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos passivos que não fazem parte das atividades operacionais.

u) Lucros por ação-

O lucro básico por ação é calculado como quociente entre o lucro líquido do período atribuível à ELECNOR e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante esse período, sem incluir o número médio de ações da ELECNOR em carteira.

Por sua parte, o lucro por ação diluído é calculado como o quociente entre o resultado líquido do período atribuível aos acionistas ordinários e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pela média ponderada das ações ordinárias que seriam emitidas se todas as ações ordinárias potenciais fossem convertidas em ações ordinárias da sociedade.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o lucro básico por ação coincide com o diluído, dado que não existiram ações potenciais em circulação durante esse exercício.

v) Dividendos-

O dividendo por conta aprovado pelo Conselho de Administração durante o exercício de 2015 aparece diminuindo os fundos próprios do Grupo ELECNOR (Nota 5). No entanto, o dividendo complementar proposto pelo Conselho de Administração da ELECNOR à sua Assembleia Geral de Acionistas não é deduzido dos fundos próprios enquanto não for aprovado pela referida Assembleia.

w) Informação financeira por segmentos-

Um segmento de exploração é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais se pode obter receitas ordinárias e incorrer em despesas, e cujos resultados de exploração são revistos de forma regular pela máxima autoridade na tomada de decisões de exploração do Grupo, para decidir sobre os recursos que devem ser atribuídos ao segmento, avaliar seu rendimento e em relação ao qual se dispõe de informação financeira diferenciada.

x) Meio ambiente-

O Grupo realiza operações cujo propósito principal é prevenir, reduzir ou reparar o dano que, como resultado de suas atividades, possa causar ao meio ambiente.

As despesas derivadas das atividades ambientais são reconhecidas como Outras despesas de exploração no exercício em que ocorrem. Os elementos do imobilizado tangível adquiridos com o propósito de serem utilizados de forma duradoura na sua atividade e cuja finalidade principal é minimizar o impacto ambiental e a proteção e a melhoria do meio ambiente, incluindo a redução ou a eliminação da poluição futura das operações do Grupo, são reconhecidos como ativos mediante a aplicação de critérios de avaliação, apresentação e detalhamento condizentes com os que são mencionados na nota 3.h.

4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Elecnor está exposta a determinados riscos financeiros, que gere através do agrupamento de sistemas de identificação, medição, limitação de concentração e supervisão. O gerenciamento e a limitação dos riscos financeiros são efetuados coordenadamente entre a Diretoria Corporativa e as diversas Unidades de Negócio e Filiais que compõem o Grupo. As operações ligadas à gestão dos riscos financeiros são aprovadas ao mais alto nível de decisão e conforme as normas, políticas e procedimentos estabelecidos.

a) Risco de mercado (fundamentalmente por risco de taxa de câmbio, taxa de juros e outros riscos de preço)-

Risco de taxa de câmbio

O risco de mercado pelo risco de taxa de câmbio é consequência das operações que o Grupo efetua nos mercados internacionais no decorrer dos seus negócios. Uma parte das receitas e custos com aprovisionamentos está denominada em moeda diferente da moeda funcional. Por esse motivo, poderia existir o risco de as flutuações nas taxas de câmbio destas moedas em relação à moeda funcional afetarem os lucros do Grupo (Nota 3.f).

Com o objetivo de gerir e minimizar este risco, a Elecnor utiliza estratégias de cobertura, dado que o objetivo é gerar lucros apenas através do desenvolvimento das atividades ordinárias que ela desempenha, e não através da especulação sobre as flutuações na taxa de câmbio.

Os instrumentos utilizados para conseguir essa cobertura são, basicamente, o endividamento indexado na moeda de cobrança do contrato, seguros de câmbio e operações de permuta financeira, através das quais a Elecnor e a instituição financeira trocam as correntes de um empréstimo expresso em euros pelas correntes de outro empréstimo expresso em outra moeda, bem como a utilização de "cesta de moedas" para cobrir financiamentos mistos indexados em diferentes moedas.

A principal moeda estrangeira face ao euro com a que a sociedade Controladora operou nos exercícios de 2015 e 2014 é o real brasileiro e a sensibilidade é a seguinte:

Exercício	Aumento/redução da taxa de câmbio	Milhares de euros Efeito no resultado antes de impostos	Efeito no patrimônio líquido antes de impostos
	5%	(2.426)	(1.698)
2015	-5%	2.682	1.877

Exercício	Aumento/redução da taxa de câmbio	Milhares de euros Efeito no resultado antes de impostos	Efeito no patrimônio líquido antes de impostos
	5%	(2.236)	(1.565)
2014	-5%	2.472	1.730

Risco da taxa de juros

As variações nas taxas de juros alteram o valor justo daqueles ativos e passivos nos quais incide uma taxa de juros fixa, bem como os fluxos futuros dos ativos e passivos indexados a uma taxa de juros variável. A Elecnor dispõe de financiamento externo para a realização das suas operações, fundamentalmente no que respeita à promoção, construção e exploração dos parques eólicos, projetos termossolares e concessões de infraestruturas elétricas, e que são realizadas sob a modalidade de "Project Finance". Este tipo de contratação exige que sejam fechados contratualmente os Riscos de Juros através da contratação de instrumentos de cobertura de taxas.

Tanto para os financiamentos de Project Finance, como para os financiamentos corporativos, o endividamento é contratado nominalmente a uma taxa variável, sendo utilizados, se for o caso, instrumentos de cobertura para minimizar o risco de juros do financiamento. Os instrumentos de cobertura, que se destinam, especificamente, a dívida financeira e que têm, no máximo, os mesmos valores nominais e as mesmas datas de vencimento que os elementos cobertos, são, basicamente, swaps de taxas de juros (IRS), cuja finalidade é ter um custo de juros fixo para os financiamentos inicialmente contratados a taxas de juros variáveis. De qualquer modo, as coberturas de taxa de juros são contratadas com um critério de eficiência contábil.



A sensibilidade da dívida do Grupo Elecnor diante das flutuações da taxa de juros, considerando os instrumentos de cobertura existentes (Notas 14 e 15), é a seguinte:

Exercício	Milhares de euros		
	Aumento/redução da taxa de juros (pontos básicos)	Efeito no patrimônio (antes de impostos)	Efeito no resultado (antes de impostos)
2015	+50	1.112	(1.588)
	-50	(1.112)	1.588

Exercício	Milhares de euros		
	Aumento/redução da taxa de juros (pontos básicos)	Efeito no patrimônio (antes de impostos)	Efeito no resultado (antes de impostos)
2014	+50	1.922	(2.745)
	-50	(1.922)	2.745

b) Outros riscos de preço-

Do mesmo modo, o Grupo está exposto ao risco de que os seus fluxos de caixa e resultados sejam afetados, entre outras questões, pela evolução do preço da energia. Nesse sentido, para gerir e minimizar este risco, o Grupo utiliza, pontualmente, estratégias de cobertura (Nota 15).

c) Risco de liquidez-

O risco de liquidez é mitigado mediante a política de manter tesouraria e instrumentos altamente líquidos e não especulativos no curto prazo, como a aquisição temporária de Letras do Tesouro com pacto de recompra não opcional e depósitos em dólares em muito curto prazo, através de instituições de crédito importantes para poder cumprir seus compromissos futuros, bem como a contratação de facilidades creditícias comprometidas por um valor suficiente para suportar as necessidades previstas. Neste sentido, no encerramento de 2015 o Grupo dispõe de facilidades creditícias comprometidas sem utilizar que significam um valor de € 538.000.000, aproximadamente (€ 570.000.000, aproximadamente, no encerramento de 2014) (Nota 14).

d) Risco de crédito-

O principal Risco de Crédito é atribuível às contas a cobrar por operações comerciais, na medida em que uma contraparte ou um cliente não responder às suas obrigações contratuais. Para mitigação deste risco, opera-se com clientes com um apropriado histórico de crédito; além disso, dada a atividade e os setores nos quais opera, a Elecnor conta com clientes de alta qualidade creditícia. No entanto, em vendas internacionais a clientes não recorrentes, são utilizados mecanismos como a carta de crédito irrevogável e a cobertura de apólices de seguros para garantir a cobrança. Adicionalmente, é efetuada uma análise da solidez financeira do cliente e são incluídas no contrato condições específicas, que visam garantir a cobrança do valor.

No caso dos parques eólicos, a energia gerada, de acordo com o quadro regulatório elétrico em vigor, é vendida no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), cobrando as receitas do operador do mercado OMIE, com um sistema de garantia de pagamentos e da Comissão Nacional de Energia e proficiência (CNMC), entidade reguladora dos mercados energéticos da Espanha, dependente do Ministério da Indústria. Por outro lado, a Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral Energia, S.A. e a Ventos dos Índios Energia, S.A. (Brasil) têm assinados contratos de venda que deverão gerar energia elétrica por um período de 20 anos, mediante

contratos a longo prazo assinados com as companhias de distribuição elétrica brasileiras correspondentes, do mesmo modo que as sociedades brasileiras concessionárias de infraestruturas elétricas mantêm acordos de distribuição de energia com clientes de alta qualificação, o que, junto com as restrições impostas pelo próprio sistema de transmissão, descartam a possibilidade de insolvências.

Por sua vez, quanto às linhas de transmissão, especificamente as que prestam seus serviços no Brasil em regime de concessão, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tem a responsabilidade de coordenar as cobranças e pagamentos do sistema e indicar mensalmente à Concessionária as sociedades que deverão pagar-lhe: geradoras, grandes consumidoras e transmissoras conectadas ao sistema. Essas sociedades deverão depositar, antes de conectar-se ao sistema, uma garantia que será executada em caso de não pagamento, sendo imediatamente desconectadas do sistema e, neste momento, a obrigação de pagamento será distribuída entre o resto de usuários do sistema. Deste modo a concessionária tem a cobrança garantida pelo sistema elétrico nacional.

As linhas de transmissão do Chile pertencem ao sistema de transmissão troncal, onde o Centro de Despacho Económico de Carga do sistema correspondente, o CDEC-SIC (Sistema Interconectado Central) ou o CDEC-SING (Sistema Interconectado del Norte Grande), é o responsável por coordenar o fluxo de pagamentos dos geradores aos transmissores. A garantia de cobrança do sistema de transmissão troncal se sustenta num protocolo pelo qual o CDEC, em caso de eventuais faltas de pagamento, desconecta do sistema o gerador incumpridor, distribuindo a obrigação de pagamento entre o resto de geradores usuários do sistema.

Em uma conjuntura econômica como a atual, este último é marcado como risco preponderante sobre os demais riscos financeiros. Diante desta situação, a Ecnor continua extremando as medidas que vêm sendo tomadas para mitigar o mesmo e realiza análises periódicas de sua exposição ao risco creditício, efetuando as respectivas correções valorativas por deterioração (Nota 3.k).

Quanto ao Risco Regulatório e, particularmente, àquele que diz respeito às energias renováveis, a Ecnor faz um acompanhamento pormenorizado que visa registrar adequadamente seu impacto nas contas de resultados.

5. DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração da ELECENOR, S.A. (Sociedade controladora do Grupo ELECENOR) propôs, em sua reunião do mês de março, tal como nos exercícios anteriores, a distribuição do resultado do exercício de 2015, estabelecendo nesse momento, portanto, a parte do mesmo que será destinada a dividendo complementar e a reservas voluntárias.

Nesse sentido, o Conselho de Administração da Sociedade controladora aprovou, em sua reunião de 18 de novembro de 2015, a distribuição de um dividendo por conta do exercício de 2015, no valor de € 4.350.000, o qual foi registrado diminuindo o patrimônio líquido na rubrica "Dividendo por conta do exercício" do passivo da demonstração da situação financeira consolidada anexa, o qual foi creditado com data de 13 de janeiro de 2016.

Na Assembleia Geral de 20 de maio de 2015 foi distribuído um dividendo complementar no valor de € 17.574.000 e relativo a um dividendo por ação de € 0,25 euros, considerando o dividendo por conta do exercício de 2014 pago em janeiro de 2015 no valor de € 4.193.000.

O balanço de previsão da Sociedade controladora, formulado de acordo com os requisitos legais (artigo 277 do Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital espanhola), que revela a existência de liquidez suficiente para a distribuição do dividendo, foi o seguinte:



SITUAÇÃO DO CIRCULANTE EM 31 DE OUTUBRO DE 2015
(Excluídos os Estoques e Ajustes por Periodização)

	Milhares de euros
Valores realizáveis	▼
Clientes	604.799
Outras contas	111.310
	716.109
Dívida no curto prazo -	
Fornecedores	259.938
Empréstimos no curto prazo	116.560
Outras contas	106.072
	482.570
Total circulante	233.539
Disponibilidades em 31/10/2014	
Contas caixa/bancos (incluída moeda estrangeira)	28.802
Total disponibilidades	28.802
Dividendo bruto por conta proposto- (0,05 euros por 87.000.000 de ações)	4.350
% sobre lucro líquido na data	28,84%
% sobre saldo circulante + disponibilidades	1,66%

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A NIF 8 exige que os segmentos operativos sejam identificados com base na informação que a gerência da entidade utiliza para tomar decisões sobre questões relativas às operações. Neste sentido, os Administradores da Sociedade controladora consideram que os segmentos sobre os que deve informar, por constituírem a base sobre os quais o Grupo toma suas decisões para destinar recursos e cujos resultados de operação são revistos de forma regular pela máxima autoridade para avaliar seu rendimento, são os de Infraestruturas e Patrimonial. Do mesmo modo, em cada um destes mercados são obtidas receitas correspondentes às diferentes atividades que o Grupo desenvolve.

a) Informação sobre segmentos de operação-

Os ativos e passivos de uso geral, bem como os resultados gerados por eles, não foram objeto de atribuição ao resto de segmentos. Da mesma forma, não foram objeto de atribuição as rubricas de conciliação que surgem ao comparar o resultado de integrar as demonstrações financeiras dos diferentes segmentos de operação (que são elaboradas com critérios de gestão) com as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELECNOR. Na informação assinalada a seguir estes elementos aparecerão sob a rubrica "Corporativos".

A informação relativa aos segmentos de operação é discriminada a seguir:

a) O detalhamento das rubricas da conta de resultados consolidada por segmentos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é o seguinte:

Exercício de 2015 Conta de resultados	Milhares de euros			Total em 31/12/2015
	Infraestruturas	Patrimonial	Corporativos	
Volume de negócio	1.765.753	200.098	(84.708)	1.881.143
Resultado operacional	70.094	66.747	(12.409)	124.432
Receitas por juros	-	72.839	4.068	76.907
Despesas por juros	(2.234)	(74.880)	(15.619)	(92.733)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros	-	-	(174)	(174)
Diferenças de câmbio	-	13.020	1.459	14.479
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros	-	1.951	860	2.811
Participação em ganhos líquidos de coligadas	-	(8.294)	11.332	3.038
Imposto sobre lucros	(22.662)	(25.487)	9.722	(38.427)
Resultados minoritários	-	(24.820)	149	(24.671)
Resultado consolidado sociedade controladora	45.198	21.075	(611)	65.662

Exercício de 2014 Conta de resultados	Milhares de euros			Total em 31/12/2014
	Infraestruturas	Patrimonial	Corporativos	
Conta de resultados				
Volume de negócio	1.518.210	195.488	10.030	1.723.728
Resultado operacional	79.636	61.700	(6.498)	134.838
Receitas por juros	-	71.904	7.578	79.482
Despesas por juros	(2.547)	(76.639)	(12.141)	(91.327)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros	-	(1.796)	(54)	(1.850)
Diferenças de câmbio	-	12.207	(5.222)	6.985
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros	-	5.334	277	6.985
Participação em ganhos líquidos de coligadas	-	(16.304)	(1.482)	(17.786)
Imposto sobre lucros	(25.206)	(24.253)	4.509	(44.950)
Resultados minoritários	-	(11.630)	(831)	(12.461)
Resultado consolidado sociedade controladora	51.883	20.522	(13.863)	58.542



b) O detalhamento dos ativos e passivos por segmentos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é o seguinte:

Exercício de 2015	Milhares de euros			Total em 31/12/2015
	Infraestruturas	Patrimonial	Corporativos	
Ativo-				
Imobilizado tangível	145.794	1.081.415	(27.328)	1.199.881
Ativos Intangíveis	38.784	54.113	936	93.833
Impostos diferidos ativos	9.241	36.994	34.199	80.434
Estoques	38.164	2.902	-	41.066
Devedores	984.575	53.416	(2.692)	1.035.299
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	15.970	91.203	17.460	124.633
Ativos financeiros não circulantes	114.226	479.211	(8.358)	585.079
Ativos não circulantes mantidos para a venda	4.058	-	-	4.058
Resto de ativos (*)	225.586	111.426	243	337.255
Total Ativo	1.576.398	1.910.680	14.460	3.501.538
Passivo e Patrimônio-				
Dívida Financeira não circulante	32.061	806.725	306.639	1.145.425
Provisões para riscos e despesas	7.147	4.557	-	11.704
Receitas diferidas e subvenções	6.920	6.762	-	13.682
Outros Passivos não circulantes	7.563	17.655	-	25.218
Impostos diferidos passivos	10.248	52.724	3.989	66.961
Dívida Financeira circulante	183.492	112.244	1.846	297.582
Dívidas não Financeiras circulantes	1.109.524	90.838	234	1.200.596
Resto de passivo e Patrimônio líquido (**)	94.932	877.465	(232.027)	740.370
Total Passivo	1.451.887	1.968.970	80.681	3.501.538

(*) Inclui, fundamentalmente, a rubrica "Numerário e outros ativos líquidos equivalentes".

(**) Inclui, principalmente, o Patrimônio líquido do Grupo.

Exercício de 2014	Milhares de euros			Total em 31/12/2014
	Infraestruturas	Patrimonial	Corporativos	
Ativo-				
Imobilizado Tangível	154.667	1.073.644	(20.162)	1.208.149
Ativos Intangíveis	41.327	56.430	-	97.757
Impostos diferidos ativos	11.191	37.048	30.016	78.255
Estoques	39.885	4.206	-	44.091
Devedores	919.311	77.167	34.591	1.031.069
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	396	59.165	15.698	75.259
Ativos financeiros não circulantes	108.618	533.206	89.495	731.319
Ativos não circulantes mantidos para a venda	4.204	-	-	4.204
Resto de ativos (*)	166.043	92.828	7.556	266.427
Total Ativo	1.445.642	1.933.694	157.194	3.536.530
Passivo e Patrimônio-				
Dívida Financeira não circulante	41.580	874.490	305.544	1.221.614
Provisões para riscos e despesas	6.765	6.612	-	13.377
Receitas diferidas e subvenções	14.266	6.652	550	21.468
Outros Passivos não circulantes	10.042	9.515	16	19.573
Impostos diferidos passivos	6.352	48.378	3.812	58.572
Dívida Financeira circulante	189.712	103.850	2.249	295.811
Dívidas não Financeiras circulantes	996.733	91.910	7.737	1.096.380
Resto de passivo e Patrimônio líquido (**)	86.069	922.210	(198.544)	809.380
Total Passivo	1.351.549	2.063.617	121.364	3.536.530

(*) Inclui, fundamentalmente, a rubrica "Numerário e outros ativos líquidos equivalentes".

(**) Inclui, principalmente, o Patrimônio líquido do Grupo.

b) Informação sobre produtos e serviços-

As atividades nas quais o Grupo Elecnor opera são:

- Eletricidade
- Instalações
- Gás
- Geração de Energia
- Ferrovias
- Construção
- Meio Ambiente e Água
- Infraestruturas de Telecomunicações
- Sistemas de Telecomunicações
- Manutenção

A geração de energia elétrica (enquadrada no setor de Geração de Energia) através de parques eólicos e usinas termossolares, principalmente, é um dos negócios do Grupo ELECNOR que é realizado através do subgrupo Enerfin, no que respeita aos parques eólicos, e da Celeo Termosolar, S.L. (Subgrupo Celeo), no que se refere às usinas termossolares. Ambas as atividades se encontram enquadradas no segmento patrimonial.

A atividade de geração elétrica das sociedades controladas espanholas integradas no Grupo ELECNOR está regulada pela Lei 54/1997, de 27 de novembro, do setor elétrico, bem como pelas disposições regulamentares posteriores que desenvolvem a mesma.

Com data de 27 de março de 2004 foi publicado o Real Decreto 436/2004, de 12 de março, pelo qual foi estabelecida a metodologia para a



atualização, sistematização e consolidação do regime jurídico e económico da atividade de produção de energia em regime especial. Este Real Decreto estabelece duas opções de remunerações das quais se poderiam valer as instalações produtoras de eletricidade em regime especial. A primeira delas está baseada em ceder a eletricidade à empresa distribuidora de energia elétrica por um preço fixo, consistente numa percentagem sobre o preço da tarifa elétrica média definida no artigo 2 do Real Decreto 1432/2002, de 27 de dezembro, que se situa entre 90% e 80% durante toda a vida útil da instalação. A segunda significa vender a eletricidade no mercado atacadista pelo preço que resultar do mesmo, mais um incentivo e um prêmio de 10% e 40%, respectivamente, da tarifa elétrica média.

Este regime entrou em vigor no dia 28 de março de 2004, estabelecendo um regime transitório até 1º de janeiro de 2007 para as instalações incluídas no Real Decreto 2818/1998, durante o qual não lhes seria aplicável o novo regime económico, a não ser que optassem pelo mesmo, renunciando expressamente ao anterior, do qual não poderiam valer-se outra vez. O Grupo não se valeu dessa disposição transitória. Com data de 26 de maio de 2007 foi publicado o Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, pelo qual se regulava a atividade de produção de energia elétrica em regime especial. Este Real Decreto, estabelecia duas opções de remuneração das quais as instalações produtoras de energia elétrica poderiam valer-se em regime especial. A primeira delas se baseava na venda de toda a energia produzida para a empresa distribuidora de energia elétrica por um preço fixo e desvinculado da tarifa elétrica média. A segunda opção consistia em vender a energia no mercado de produção de energia elétrica, recebendo o preço de mercado mais um prêmio, com um mecanismo pelo qual a remuneração do prêmio é variável em função do preço de mercado, sendo estabelecido um limite inferior e um limite superior para o preço final que o produtor vai receber.

Este regime entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, sendo estabelecido um período transitório até 31 de dezembro de 2012 para as instalações que se valem do Real Decreto 436/2004, durante o qual não será aplicável o novo regime económico, a não ser que optem pelo mesmo e renunciem expressamente o anterior.

A Disposição Transitória Primeira do Real Decreto 661/2007 estabelece que as instalações eólicas com termo de implementação definitiva anterior a 1º de janeiro de 2008 podiam escolher entre permanecer no regime económico do Real Decreto 436/2004 ou valer-se do novo regime tarifário. O Grupo tomou a decisão de permanecer no quadro tarifário do Real Decreto 436/2004. No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2013, a exploração dos parques eólicos e das usinas termossolares pertencentes ao Grupo, acima mencionadas, seria regida pela norma prevista no Real Decreto 661/2007 e por suas alterações posteriores.

Com data de 19 de junho de 2009 foi publicado o Real Decreto 1011/2009, pelo qual foi estabelecido que a Comissão Nacional de Energia (CNE) liquidaria desde 1º de novembro de 2009 em substituição das empresas distribuidoras, os prêmios equivalentes, prêmios, incentivos e complementos às instalações afetadas pelo regime económico estabelecido no Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, no Real Decreto 436/2004, de 12 de março, e no Real Decreto 1578/2008, de 26 de setembro, e qualquer norma que as substitua. Também estabelece que corresponde à Comissão Nacional de Energia a supervisão do cumprimento da norma e procedimentos relacionados com as alterações do fornecedor, bem como a atividade do Escritório de Alterações de Fornecedor.

No exercício de 2010 entraram em vigor o Real Decreto 1565/2010, o Real Decreto 1614/2010 e o Real Decreto-Lei 14/2010, que alteraram determinados aspectos relativos à atividade de produção de energia elétrica em regime especial, entre os quais importa destacar o regime tarifário, que é alterado por uma limitação no número de horas a partir de 1º de janeiro de 2011 para as quais é aplicável a tarifa primada estabelecida pela regulação original. Durante os exercícios de 2012 e de 2013 não foi aplicada a limitação de prêmio ao faturamento das sociedades controladas em exploração, já que a produção nacional não ultrapassou o limite de horas médio estabelecido para a aplicação da mencionada limitação.

Com data de 28 de dezembro de 2012 foi publicada a Lei 15/2012, de 27 de dezembro, de medidas fiscais para a sustentabilidade energética, a qual estabelece um novo imposto sobre o valor da produção de energia elétrica que onera a realização de atividades de produção e incorporação ao sistema elétrico de energia elétrica no sistema elétrico espanhol. A base tributável do imposto é constituída, portanto, pelo valor total que corresponder ao contribuinte receber pela produção e incorporação ao sistema de energia elétrica no período tributário, que coincide com o ano civil, sendo a alíquota de 7% sobre a mesma.

Esta lei também estabelece, em seu dispositivo final primeiro, uma alteração na Lei 54/1997, em virtude da qual a energia elétrica imputável à utilização de um combustível numa instalação de geração que utilizar como energia primária alguma das energias renováveis não consumíveis, não será objeto de regime económico primado, aspecto pelo qual poderiam ser afetadas as usinas termossolares que o Grupo está construindo.

Com data de 2 de fevereiro de 2013 foi publicado o Real Decreto-lei 2/2013, de 1º de fevereiro, de medidas urgentes no sistema elétrico e no setor financeiro que contemplou, entre outras questões, as seguintes:

- Com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013, a atualização das remunerações, tarifas e prêmios recebidos pelos sujeitos do sistema elétrico e que até a entrada em vigor deste Real Decreto-lei fosse calculada de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), passaria a ser calculadas em virtude do Índice de Preços ao Consumidor a impostos constantes sem alimentos não elaborados nem produtos energéticos.
- Também é alterado o Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, pelo qual é regulada a atividade de produção de energia elétrica em regime especial, de forma que é estabelecida uma fórmula única de remuneração para as instalações de regime especial: é estabelecido que essa

remuneração seja realizada sob a fórmula de tarifa regulada, salvo se o titular da instalação decidir receber apenas o preço de mercado (sem prêmio). É eliminada, portanto, a opção "pool" mais prêmio, sistema utilizado habitualmente neste tipo de instalações.

Com data de 13 de julho de 2013 foi aprovado o Real Decreto-Lei 9/2013, de 12 de julho, pelo qual são tomadas medidas urgentes para garantir a estabilidade financeira do sistema elétrico que contempla, entre outras questões, as seguintes:

- É anunciado que o Governo é habilitado para aprovar um novo regime jurídico e econômico para as instalações de produção de energia elétrica existentes a partir de fontes de energia renovável, cogeração e resíduos. Assim, é alterado o artigo 30.4 da Lei 54/1997, de 27 de novembro, do Setor Elétrico para introduzir os princípios concretos sobre os que esse regime será articulado, com o fim de limitar a margem de atuação do Governo no desenvolvimento dos regimes de remuneração para estas instalações. Este será baseado no recebimento das receitas derivadas da participação no mercado, com uma remuneração adicional que, em caso de ser necessário, cubra aqueles custos de investimento que uma empresa eficiente e bem administrada não recupere no mercado. Neste sentido, conforme a jurisprudência comunitária entender-se-á por empresa eficiente e bem administrada aquela empresa dotada dos meios necessários para o desenvolvimento de sua atividade, cujos custos são os de uma empresa eficiente nessa atividade e considerando as receitas correspondentes e um lucro razoável pela realização de suas funções.
- Para o cálculo da remuneração específica será considerada uma instalação-tipo, as receitas pela venda da energia gerada avaliada pelo preço do mercado de produção, os custos de exploração médios necessários para realizar a atividade e o valor do investimento inicial da instalação-tipo, tudo isso para uma empresa eficiente e bem administrada. Deste modo é instaurado um regime de remuneração sobre parâmetros padrões em função das diferentes instalações-tipo que forem estabelecidas.
- Para articular este novo regime se procede à derrogação do artigo 4 do Real Decreto-lei 6/2009, de 30 de abril, pelo qual são tomadas determinadas medidas no setor energético e é aprovado o bônus social, do Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, pelo qual é regulada a atividade de produção de energia elétrica em regime especial e do Real Decreto 1578/2008, de 26 de setembro, de remuneração da atividade de produção de energia elétrica mediante tecnologia solar fotovoltaica para instalações posteriores à data limite de manutenção da remuneração do Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, para essa tecnologia. No entanto, com o fim de manter tanto os fluxos de remunerações para as instalações quanto o resto de procedimentos, direitos e obrigações, dispõe-se que o que está previsto nas normas citadas será aplicável, salvo certos pormenores, com caráter transitório enquanto não tiver sido aprovado o desenvolvimento regulamentar do presente Real Decreto-Lei.
- Deste modo, as instalações serão objeto, se for o caso, de uma liquidação por conta, ao abrigo deste regime transitório e, posteriormente, após serem aprovados os dispositivos normativos necessários para a aplicação do novo regime econômico, serão submetidas à regularização correspondente pelos direitos de cobrança ou obrigações de pagamentos decorrentes da aplicação da nova metodologia, com efeitos a partir da entrada em vigor do presente real decreto-lei.
- Por conseguinte, mesmo quando for fixada a efetividade dos dispositivos normativos de remunerações que forem aprovados com efeitos a partir da entrada em vigor do presente real decreto-lei, a norma outorga a necessária previsibilidade aos agentes já que estabelece o mecanismo de remuneração, com participação no mercado e cobrança de uma remuneração do investimento, e determina, além disso, a taxa de rentabilidade razoável para a instalação-tipo.
- Por outra parte, para aquelas instalações que na entrada em vigor do presente real decreto-lei tiverem direito ao regime econômico primado, é determinada uma rentabilidade, antes de impostos, que girará sobre o rendimento médio dos últimos dez anos das Obrigações do Tesouro Nacional a dez anos, no mercado secundário, aumentada em 300 pontos básicos, e que em qualquer caso poderá ser revista aos seis anos.

Do mesmo modo, com data de 3 de fevereiro de 2014, o Ministério da Indústria remeteu à CNMC, para seu relatório, a proposta de ordem pela qual são aprovados "os parâmetros de remunerações das instalações-tipo" aplicáveis a determinadas instalações de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos. O texto foi enviado, por sua vez, aos integrantes do conselho consultivo da eletricidade deste organismo (empresas afetadas, associações de consumidores e comunidades autônomas). Com data de sábado, 21 de junho de 2014 foi publicado o Real Decreto 413/2014, de 2014, pelo qual se regulava a atividade de produção de energia elétrica em regime especial.

De acordo com o referido, e considerando que o objetivo do Governo era reduzir os prêmios ao setor de energias renováveis, o Grupo Elecnor recalculou os fluxos futuros de todos os ativos ligados à referida norma, ao considerar que podia ser um indício de deterioração dos mesmos. Por outro lado, os parques eólicos situados no Brasil e no Canadá têm assinados contratos de compra e venda de energia elétrica, durante um período de 20 anos, com diversos compradores (Eletrobras, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Hydroquebec), sendo que estes contratos foram assinados no marco dos programas desenvolvidos pelo Governo Federal do Brasil.

Os Administradores consideram que não existem outras regulações sobre energias renováveis que possam afetar significativamente as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015.



c) Informação geográfica-

A seguir detalhamos, para os países mais significativos, as receitas ordinárias provenientes de clientes externos e os ativos não correntes que não são instrumentos financeiros, correspondentes a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

País	Milhares de euros	
	2015	2014
Espanha	851.500	794.539
Brasil	171.811	284.537
Angola	56.961	107.996
EUA	127.230	92.344
Austrália	86.821	4.657
Outros	586.820	439.655
	1.881.143	1.723.728

País	Milhares de euros		
	Imobilizado intangível	2015 Fundo de comércio	Imobilizado tangível
Canadá	-	-	216.104
Brasil	67	-	289.986
Chile	78	-	350.962
Portugal	-	4.385	-
Reino Unido	81	5.690	197
EUA	855	331	11.128
Nacional	58.941	21.945	304.815
Resto	439	1.021	26.690
	60.461	33.372	1.199.882

País	Milhares de euros		
	Imobilizado intangível	2014 Fundo de comércio	Imobilizado tangível
Canadá	-	-	240.835
Brasil	-	-	403.103
Chile	-	-	181.988
Portugal	-	4.385	427
Reino Unido	-	5.690	313
EUA	-	-	10.416
Nacional	63.223	20.693	345.802
Resto	2.148	1.618	25.265
	65.371	32.386	1.208.149

7. FUNDO DE COMÉRCIO

A seguir é apresentado o detalhamento do saldo da rubrica "Ativo intangível – Fundo de comércio" das demonstrações da situação financeira consolidadas dos exercícios de 2015 e 2014, em função das sociedades que as originam, bem como o movimento ao longo dos referidos exercícios:

	Milhares de euros						
	Saldo em 31/12/2013	Adições (Nota 2.g)	Baixas	Saldo em 31/12/2014	Adições (Nota 2.g)	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Sociedades consolidadas por consolidação global:	▼	▼	▼	▼	▼	▼	▼
Parques eólicos:							
- Eólicas Páramo de Poza, S.A.	1.104	-	-	1.104	-	-	1.104
- Galicia Vento, S.L.	8.702	-	-	8.702	-	-	8.702
- Aerogeneradores del Sur, S.A.	3.630	-	-	3.630	-	-	3.630
- Bulgana Wind Farm Pty LTD	85	-	-	85	-	-	85
Outros negócios:							
- Deimos Space, S.L.U.	158	-	-	158	-	-	158
- Deimos Engenharia, S.A.	4.227	-	-	4.227	-	-	4.227
- Ehisa Construcciones y Obras, S.A.	1.932	-	-	1.932	-	-	1.932
- Hidroambiente, S.A.U.	388	-	-	388	-	-	388
- Instalaciones y Proyectos de Gas, S.A.U. (*)	1.031	-	-	1.031	-	-	1.031
- Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U.	1.125	-	-	1.125	-	-	1.125
- Zaragoza 2005, S.L.U.	290	-	-	290	-	-	290
- Ditra Cantabria, S.A.U.	2.096	-	-	2.096	-	-	2.096
- Jomar Seguridad, S.L.U.	1.647	-	-	1.647	-	-	1.647
- Belco Elecnor Electric, Inc.	255	26	-	281	50	-	331
- IQA Operations Group Limited	5.690	-	-	5.690	-	-	5.690
- Barcaldine Remote Community Solar Farm Pty LTD	-	-	-	-	936	-	936
	32.360	26	-	32.386	986	-	33.372

(*) Sociedade fusionada com a Elecnor, S.A.



Tal como é indicado na Nota 3.b o Grupo avalia anualmente a deterioração de seus fundos de comércio.

As unidades geradoras de numerário, consideradas para efeitos dos correspondentes testes de deterioração dos fundos de comércio, incluídos no quadro anterior, são identificadas com as próprias sociedades às quais foram atribuídos os mesmos já que, e com caráter geral, essas sociedades são configuradas como entidades monoprojeto.

O valor recuperável é o maior entre o valor de mercado diminuído pelos custos de venda e o valor de uso, entendendo este como o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, aprovados pela Diretoria e considerados razoáveis. Para o cálculo do valor de uso as hipóteses utilizadas incluem as taxas de desconto, taxas de crescimento e alterações esperadas nos preços de venda e nos custos. Os Administradores da Sociedade controladora estimam as taxas de desconto que registram o valor do dinheiro no tempo e os riscos associados à unidade geradora de numerário.

Em particular, e em relação aos testes de deterioração dos fundos de comércio atribuídos a parques ou projetos eólicos situados na Espanha, os quais são feitos considerando o valor dos mesmos conjuntamente com o valor registrado dos ativos imobilizados correspondentes, que ascende a € 189.000.000 (€ 207.000.000 em 2014) (Nota 9), as estimativas relativas ao volume de negócios são realizadas tendo em conta a legislação aplicável (Nota 6.b), considerando aumentos anuais de acordo com uma estimativa prudente da evolução do índice de preços, bem como os níveis de produção médios obtidos em exercícios anteriores ou estimados pelos estudos realizados para tal efeito por peritos independentes. As principais hipóteses utilizadas pelos Administradores da Sociedade controladora na realização dos testes de deterioração de 2015 e 2014 foram as seguintes:

- Período das projeções: 25 anos contados do início da operação. Dado que há uma retribuição específica durante 20 anos, foi utilizado o período de vida útil do bem.
- Receitas: em relação ao preço de venda da eletricidade estimado pelo Grupo, nos parques eólicos que tiveram atribuída uma retribuição específica por megawatio foram utilizadas as tarifas publicadas na Portaria IET/1045/2014. Nos restantes parques eólicos foi utilizado um preço pool de 47,65 €/MWh em 2015, atualizável daqui em diante por uma inflação de 0,9%.
- Taxa de desconto: 5,4% (*)

(*) Taxa após o efeito fiscal devido a que neste tipo de projetos o componente fiscal é muito significativo, e uma variável fundamental na hora de tomar a decisão de investir. Nestes testes foram empregados fluxos líquidos de impostos.

Dos resultados obtidos nos citados testes não se depreende nenhuma possível deterioração nos fundos de comércio registrados.

Do mesmo modo, das análises de sensibilidade realizadas pela Diretoria, que incluem variações de +-5% das principais hipóteses explicadas, também não foi deduzida nenhuma depreciação.

Por outro lado, e em relação aos testes de deterioração do resto dos fundos de comércio, que em todo caso não são significativos, as taxas de desconto utilizadas se situam, em todos os casos, acima de 7%. As taxas de crescimento e as variações em preços e custos se baseiam nas previsões internas e setoriais e na experiência e expectativas futuras, respectivamente, não sendo, em nenhum caso, superiores a 5%. Nos casos em que estes cálculos contemplam a estimativa de uma renda perpétua se considera um crescimento de 2%.

Nessas análises também não foi observada nenhuma deterioração adicional.



8. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento havido neste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada nos exercícios de 2015 e de 2014 foi o seguinte:

	Milhares de euros					
	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial	Aplicativos informáticos	Concessões administrativas	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2014	1.716	2.995	7.638	56.304	27.365	96.018
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	-	25	-	-	25
Adições	147	95	893	-	-	1.135
Baixas	-	-	(285)	-	-	(285)
Transferências	-	(141)	(49)	-	142	(48)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	75	(68)	-	-	7
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.863	3.024	8.154	56.304	27.507	96.852
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	(881)	-	(139)	-	406	(614)
Adições	121	45	800	31	-	997
Baixas	(19)	-	(163)	-	-	(182)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	142	6	-	(4)	144
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.084	3.211	8.658	56.335	27.909	97.197
Amortização Acumulada -						
Saldo em 1 de janeiro de 2014	1.211	1.744	6.216	12.125	4.216	25.512
Dotações (Nota 21)	193	620	818	2.765	1.973	6.369
Baixas	(1)	-	(285)	-	-	(286)
Transferências	-	(614)	(40)	-	614	(40)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	6	(80)	-	-	(74)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.403	1.756	6.629	14.890	6.803	31.481
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	(689)	-	(113)	-	-	(802)
Dotações (Nota 21)	124	497	767	2.770	1.973	6.131
Baixas	(19)	-	(120)	-	-	(139)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	19	46	-	-	65
Saldo em 31 de dezembro de 2015	819	2.272	7.209	17.660	8.776	36.736
Total Outros Ativos Intangíveis, Líquidos	265	939	1.449	38.675	19.133	60.461



O capítulo "Outros ativos intangíveis" do quadro anterior inclui um valor bruto de €27.507.000, correspondente ao valor justo estimado dos contratos com as administrações públicas para a manutenção e conservação de rodovias da sociedade controlada Audeca, S.L.U. na data de aquisição da mesma por parte do Grupo ELEC NOR, o que aconteceu em 2010. O Grupo amortiza este ativo num período de 15 anos, que é o período médio de duração estimado dos referidos contratos, com base na experiência histórica e tendo em conta as respectivas renovações. A amortização dos exercícios de 2015 e 2014 por este título ascendeu a €1.973.000, aproximadamente.

Dentro do capítulo de "Concessões administrativas" estão registrados, no valor de €34.842.000 (€37.404.000 em 2014), aproximadamente, correspondente à estimativa do seu valor justo (calculado com base no valor justo da contraprestação entregue, que é a construção), líquido das respectivas amortizações, os investimentos realizados em diferentes centrais de tratamento de águas cuja construção e exploração é feita em regime de concessão, em virtude das respectivas concessões administrativas conferidas pelo Instituto Aragonés del Agua. Através dessas concessões, o Grupo ELEC NOR explora as mencionadas centrais de tratamento de águas obtendo suas receitas em função do volume de m³ de água que depurar. Em 31 de dezembro de 2015 estão sendo exploradas todas as centrais de tratamento de águas, e a duração das concessões é de 20 anos.

Durante a fase de exploração, o pagamento das obrigações decorrentes dos contratos por parte do Instituto Aragonés del Agua para os correspondentes exercícios será realizado através da aprovação das relações avaliadas que mensalmente sejam emitidas, e da apresentação de faturas, sobre a base das tarifas estabelecidas, as quais poderão ser objeto de revisão ao longo da vida do contrato. Não há revisão de preços em relação ao preço de construção das instalações.

O concessionário terá a seu cargo a gestão das centrais de tratamento de águas, devendo zelar, em todo momento, pelo bom funcionamento das mesmas. Em caso de interrupção dos serviços das centrais de tratamento de águas, o concessionário deverá restaurá-los com a maior diligência, sem que tenha direito de cobrar nenhuma tarifa pela instalação afetada durante o período da interrupção.

A concessão será considerada extinta por cumprimento quando decorrer o prazo inicialmente estabelecido ou, se for o caso, o que resultar das prorrogações ou reduções que tiverem sido acordadas. O concessionário ficará obrigado a entregar à Administração concedente, em bom estado de conservação e uso e de forma gratuita, as obras incluídas na concessão, bem como os bens e instalações necessários para sua exploração.

No exercício de 2015, as receitas geradas por estas concessões ascenderam a €6.575.000 (€7.030.000 no exercício de 2014), aproximadamente, as quais se encontram registradas na rubrica "Valor líquido do volume de negócios" da conta de resultados consolidada anexa.

Os valores dos ativos intangíveis em exploração, totalmente amortizados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, ascendem a aproximadamente €5.169.000 e €4.616.000, respectivamente.



9. IMOBILIZADO TANGÍVEL

O movimento havido neste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada nos exercícios de 2015 e de 2014 foi o seguinte:

	Terrenos	Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria	Aparelhos e Ferramentas	Móveis e Utensílios	Equipamentos para Processamento de Dados	Elementos de Transporte	Outro Imobilizado	Imobilizado em andamento	Total
Custo:									
Saldo em 1 de janeiro de 2014	25.315	1.245.435	15.035	8.444	20.616	22.704	5.912	157.767	1.501.228
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	16.641	10	4	8	-	-	-	16.663
Adições	98	17.771	5.035	231	1.019	2.311	158	110.291	136.914
Baixas	-	(3.825)	(2.400)	(230)	(574)	(1.493)	(239)	(1.080)	(9.841)
Transferências	-	396	(14)	68	-	10	(179)	(314)	(33)
Diferenças de conversão (Nota 13)	(708)	9.514	28	(374)	(257)	(4.907)	(1.398)	18.672	20.570
Saldo em 31 de dezembro de 2014	24.705	1.285.932	17.694	8.143	20.812	18.625	4.254	285.336	1.665.501
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	406	(9.989)	-	(32)	(46.445)	-	(123)	674	(55.509)
Adições	-	57.586	2.670	1.049	1.912	7.492	5.118	130.443	206.270
Baixas	(88)	(14.590)	(4.122)	(494)	(459)	(1.058)	(396)	(450)	(21.657)
Transferências	-	293.026	(3.014)	(261)	38.151	(1.492)	1.229	(294.970)	32.669
Diferenças de conversão (Nota 13)	(152)	(140.508)	607	(165)	(302)	(345)	(117)	10.451	(130.531)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	24.871	1.471.407	13.835	8.240	13.669	23.222	9.965	131.484	1.696.743
Amortização acumulada:									
Saldo em 1 de janeiro de 2014	-	364.785	5.811	5.317	15.413	14.209	2.625	-	408.160
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	-	-	1	2	-	-	-	3
Dotações (Nota 21)	-	59.796	(149)	648	1.548	2.418	(1.288)	-	62.973
Baixas	-	(3.288)	(20)	(80)	(525)	(654)	(6)	-	(4.573)
Transferências	-	2	(1)	(10)	1	-	199	-	191
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	(3.817)	(252)	(398)	(247)	(4.768)	80	-	(9.402)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	417.478	5.389	5.478	16.192	11.205	1.610	-	457.352
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	(1.016)	-	(22)	(9.296)	-	(79)	-	(10.413)
Dotações (Nota 21)	-	54.346	316	712	2.219	3.161	682	-	61.436
Baixas	-	(14.504)	(10)	(449)	(473)	(513)	(208)	-	(16.157)
Transferências	-	38.393	(2.969)	(14)	51	(75)	1.594	-	36.980
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	(33.554)	(26)	(124)	(170)	(560)	41	-	(34.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	461.143	2.700	5.581	8.523	13.218	3.640	-	494.805
Deterioração	-	2.056	-	-	-	-	-	-	2.056
Custo líquido em 31 de dezembro de 2015	24.871	1.008.258	11.135	2.659	5.146	10.004	6.325	131.484	1.199.882



A rubrica "Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria" inclui, principalmente, o valor bruto e a amortização acumulada dos parques eólicos em funcionamento que foram construídos em exercícios anteriores. Os aerogeradores dos parques eólicos nacionais contam com um período de garantia de 2 anos contados da data de seu recebimento, enquanto os parques brasileiros contam com um período de 3 anos. Em 31 de dezembro de 2015, as principais adições do "Imobilizado em andamento" correspondem às obras das linhas de transmissão no Chile no valor aproximado de € 124.000.000.

Adicionalmente, as principais adições do imobilizado tangível do exercício de 2015 correspondem aos investimentos em equipamentos necessários para a construção e implementação de um gasoduto no Peru no valor de 10.000.000, e os investimentos em linhas de transmissão de energia elétrica no Chile no valor aproximado de € 24.000.000.

As principais adições do "Imobilizado tangível" do exercício de 2014 correspondiam ao investimento no parque eólico da sociedade controlada Ventos dos Índios, S.A., bem como na obra de transmissão troncal da sociedade Alto Jahuel Transmisora de Energia, S.A. que em 31 de dezembro de 2014 se encontrava em fase de construção.

O valor de ativos tangíveis destinados à garantia do cumprimento de determinados empréstimos bancários ascende, antes de amortizações, em 31 de dezembro de 2015 a € 1.490.000.000 (€ 1.241.000.000 em 2014), aproximadamente, a maioria decorrentes de projetos eólicos empreendidos por empresas do Grupo (Nota 14).

Os escritórios utilizados pelo Grupo no desenvolvimento de sua atividade, com exceção dos adquiridos no exercício de 2007 mediante um contrato de leasing, referem-se, na maior parte, a espaços comerciais alugados.

O valor do imobilizado tangível do Grupo que, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, está totalmente amortizado e em uso, ascende a € 51.945.000 e a € 52.517.000, respectivamente. Desses valores, € 51.917.000 e € 48.782.000, respectivamente, correspondem à Sociedade controladora. O detalhamento por natureza do imobilizado tangível da Sociedade controladora totalmente amortizado no encerramento de 2015 e de 2014 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria	47.243	44.689
Móveis e Utensílios	1.317	1.119
Equipamentos para Processamento Eletrônico de Dados	2.862	2.803
Elementos de Transporte	495	171
	51.917	48.782

A política do Grupo é formalizar apólices de seguro para cobrir os possíveis riscos a que estão sujeitos os diversos elementos de seu imobilizado tangível, bem como as possíveis reclamações que possam ser apresentadas pelo exercício de sua atividade, entendendo que essas apólices cobrem suficientemente os riscos aos que estão submetidos.

10. INVESTIMENTOS CONTABILIZADOS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 as participações em empresas coligadas do Grupo ELEC NOR que foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 2.f) são as seguintes:

Sociedade	Milhares de euros	
	2015	2014
Cosemel Ingeniería, A.I.E.	144	398
Consortio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.L.	68	71
Parque Eólico Gaviota, S.A.	334	434
Jauru Transmissora de Energia, S.A.	18.221	21.541
Brilhante Transmissora de Energia, S.A.	28.201	37.213
Sociedad Aguas Residuales Pirineos, S.A.	4.818	4.767
Gasoducto de Morelos, S.A.P.I. de C.V.	9.901	10.652
Dioxipe Solar, S.L. (*)	-	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	43.770	-
Brilhante Transmissora de Energia, S.A. II	3.350	183
Morelos EPC, SAPI de C.V.	15.825	-
	124.632	75.259

(*) Quando o valor da quota chega a zero, as perdas da sociedade participada são consideradas menor valor dos outros ativos financeiros que fazem parte do investimento líquido da referida participada (Nota 11).

Os movimentos efetuados nos exercícios de 2015 e de 2014 nesta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada foram os seguintes:

	Milhares de euros	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	75.259	92.375
Resultado do exercício	3.038	(17.786)
Aumentos de capital	120.931	-
Reduções de capital	-	(1.789)
Diferenças de conversão	(14.762)	2.727
Dividendos cobrados	(1.007)	(850)
Varição do perímetro de consolidação	5.447	(14.490)
Varição valor justo decorrente de cobertura (líquida de efeito tributário)	6.250	(25.911)
Outros movimentos	34	(171)
Transferência para ativos financeiros (*)	(72.995)	-
Transferência para ativos financeiros (**)	2.437	41.154
Saldo no fim do exercício	124.632	75.259

(*) Reclasseificação da deterioração registrada em 31 de dezembro de 2014 nos créditos concedidos à Aries Solar Termoeléctrica, S.L. como consequência do aumento de capital social dessa sociedade (Nota 11).

(**) Quando o valor da quota chega a zero, as perdas da sociedade participada são consideradas menor valor dos outros ativos financeiros que fazem parte do investimento líquido da referida participada (Nota 11).



No Anexo III, são apresentados os principais valores das sociedades registrados pelo método da participação.

Os aumentos de capital do exercício de 2015 correspondem, principalmente, ao aumento de capital social com prêmio de emissão aprovado pela sociedade Aries Solar Termoelétrica, S.L. no valor total de €211.000.000, sendo subscrito pela Sociedade 55,7% do mesmo.

As variações no perímetro de consolidação do exercício de 2015 correspondem integralmente à integração por equivalência patrimonial da sociedade Morelos EPC SAPI de CV.

As saídas do exercício de 2014 se referem, principalmente, à venda de 50% das Sociedades Eólica Cabanillas, S.L., Eólica La Bandera S.L. e Eólica Caparroso, S.L. e à aquisição de 50% da Eólica Montes del Cierzo S.L., a qual passou a ser consolidada pelo método de integração global, não sendo significativo o efeito no resultado das vendas, nem o da combinação de negócios nos ativos e passivos adquiridos.

Por outro lado, nos exercícios de 2015 e de 2014 a depreciação do real brasileiro em relação ao euro significou uma diminuição do patrimônio líquido das sociedades brasileiras avaliadas pelo método de equivalência patrimonial no processo de conversão das suas demonstrações financeiras em moeda funcional do Grupo (Notas 2.c e 2.f).

No exercício de 2010, o Grupo adquiriu 55% das sociedades controladas Dioxipe Solar, S.L. e Aries Solar Termoelétrica, S.L., cujo objeto social consiste na construção e na exploração de três usinas termossolares de tecnologia cilindro-parabólica em Extremadura e em Castilla La Mancha. No referido exercício também foram assinados diversos acordos entre os sócios das mesmas, os quais regulavam suas relações como sócios, suas relações com as próprias sociedades, a gestão e a administração das mesmas, bem como os diferentes aspectos do desenvolvimento dos projetos e suas fases posteriores. Em particular, eram estabelecidas uma série de matérias reservadas sobre as quais qualquer decisão a tomar exige unanimidade.

As matérias reservadas, cuja decisão sobre as mesmas exige a unanimidade de todos os sócios da Assembleia Geral, são as seguintes:

- a) Devolução do Prêmio, aumento ou redução de capital social, alterações dos estatutos e, em particular, a aprovação de quaisquer cláusulas em matéria de restrições à transmissão de participações,
- b) Fusão, cisão, transformação, dissolução, cessão global de ativos e passivos e disposição de uma parte substancial dos ativos,
- c) Participação em qualquer joint venture, sociedade ou associação, ou a aquisição de qualquer participação no capital social ou dos ativos e negócios de qualquer outra sociedade,
- d) Celebração, alteração, modificação e/ou finalização de quaisquer contratos assinados com os sócios ou sociedades que façam parte de seu Grupo, ou a aprovação de qualquer operação com entidades vinculadas às anteriores,
- e) Aprovação da concessão aos sócios, ou entidades relacionadas, de empréstimos, penhores ou garantias de qualquer tipo,
- f) Alteração do número de conselheiros,
- g) Nomeação ou cessação de auditores,
- h) Alteração da política de maximização de distribuições aos sócios,
- i) Acordos relativos a decisões fundamentais do Projeto sobre qualquer alteração de atividade, assinatura de qualquer operação, contrato ou operação que altere a natureza do negócio ou o âmbito do Projeto ou o altere de forma substancial, e o abandono do Projeto, bem como a celebração de qualquer contrato que não se refira à atividade habitual, ou que não seja realizada no decorrer habitual do negócio da Sociedade,
- j) Alteração do regime fiscal,
- k) Acordos relativos à assinatura do Financiamento do Projeto e a qualquer possível refinanciamento, e
- l) Alteração dos termos dos contratos de crédito que constituam o Financiamento do Projeto que afetem a TIR sobre o Investimento da Data de Encerramento Financeiro ou as garantias do Financiamento, ou a rescisão desses contratos.

No que diz respeito às matérias reservadas, cuja decisão sobre as mesmas por parte dos Administradores do Conselho de Administração deve ser unânime, estas seriam as seguintes:

- a) Concessão de empréstimos, créditos ou qualquer outra forma de financiamento ou a prestação de qualquer garantia a um terceiro,
- b) Assunção de qualquer endividamento, e a outorga de garantias diferentes das exigidas pelos fornecedores correntes,
- c) Aprovação do Plano de Negócio e o primeiro Orçamento de Exploração,
- d) Aprovação do Orçamento de Exploração quando este comportar um aumento de despesas totais que ultrapasse 10% do orçamento do exercício anterior,
- e) Outorga de procurações relativas a matérias reservadas,
- f) Alteração de contratos de financiamento relativos ao Financiamento do projeto,
- g) Constituição de filiais ou aquisição de ações em outras sociedades,
- h) Aumentos do Capital Social,
- i) Outorga do Certificado de Aceitação Provisória e Definitiva da estação, conforme o contrato EPC, aprovação de waivers e variações do contrato EPC, O&M e/ou "Owner's Engineering".

Dada a natureza das matérias reservadas, e dos regimes de maiorias estabelecidos para a tomada de deliberações relativa às mesmas, o GRUPO ELECNOR considerou, de acordo com os princípios de consolidação descritos na Nota 2.f, que a participação nestas sociedades deve ser qualificada como um negócio conjunto, e em particular como entidades controladas em conjunto; por isso, essas participações foram consolidadas conforme o método de equivalência patrimonial. Na data de formulação destas demonstrações financeiras consolidadas, as três usinas termossolares nas quais estes projetos são concretizados estão em funcionamento.

A seguir é apresentado um quadro com os principais valores destas sociedades em 31 de dezembro de 2015:

	2015	
	Dioxipe Solar, S.L.	Aries Solar Termoeléctrica, S.L.
Ativos:	▼	▼
Imobilizado tangível	254.033	466.629
Outros ativos não circulantes	24.958	51.243
Ativo circulante	7.392	14.721
Passivos:		
Dívida financeira lp y cp (*)	243.614	457.659
Empréstimos participativos	56.315	119
Outros passivos não circulantes	41.103	11.366
Outros passivos circulantes	13.522	4.622
Ajustes por alterações de valor	(29.132)	(57.717)
Resultado do exercício	(12.049)	(16.199)

(*) Inclui os passivos referentes às avaliações dos derivativos de taxa de juros em 31 de dezembro de 2015.

Tal como foi comentado, a atividade das sociedades coligadas Dioxipe Solar, S.L e Aries Solar Termoeléctrica, S.L consiste na exploração de três usinas termossolares de tecnologia cilindro-parabólica.

O Grupo analisou o impacto das alterações regulatórias ocorridas no exercício de 2012 nas referidas sociedades coligadas, revendo em 2013 as projeções financeiras desses projetos, e realizando os respectivos testes de deterioração das imobilizações tangíveis dos mesmos, considerando tanto a situação regulatória do momento quanto as diferentes incertezas existentes em relação ao desenvolvimento e futuro desempenho do setor.

Todas as hipóteses e estimativas realizadas pelos administradores em relação aos testes de deterioração das participações nas Sociedad Dioxipe Solar, S.L e Aries Solar Termoeléctrica, S.L., registram os valores contemplados na Portaria IET/1045/2014, pela qual são aprovados os parâmetros retributivos das instalações-tipo, aplicáveis a determinadas instalações de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos.

As principais hipóteses utilizadas pelos Administradores da Sociedade controladora na realização dos testes de deterioração de 2015 e 2014 foram as seguintes:

Período das projeções: 25 anos.

Receitas: Geração conforme os relatórios do setor para esse tipo de usinas.

Taxa de desconto: 5,4% (*)

(*) Taxa após o efeito fiscal devido a que neste tipo de projetos o componente fiscal é muito significativo, e uma variável fundamental na hora de tomar a decisão de investir. Nesses testes foram empregados fluxos líquidos de impostos.

Os projetos termossolares em que o Grupo teve participação estão sujeitos a uma regulação que garante uma rentabilidade razoável de projeto para uma empresa eficiente e bem administrada, até determinado valor de investimento inicial.

Visando manter no tempo esta rentabilidade razoável, a retribuição regulatória é construída sobre o rendimento médio das Obrigações do Estado a dez anos no mercado secundário, acrescida de um diferencial. Assim, as variações no custo de capital são transferidas para as receitas esperadas, de modo que essas variações no custo de capital não afetam o valor recuperável.

Adicionalmente, existem determinadas obrigações assumidas pelas entidades acreditadas cujo descumprimento poderia ser causa de resolução antecipada obrigatória dos referidos empréstimos. Na opinião dos Administradores da Sociedade controladora, essas obrigações foram cumpridas no exercício de 2015 para a maior parte dos financiamentos, e não se esperam eventuais incumprimentos das mesmas no



futuro. Os casos de descumprimento dessas obrigações são devidos à entrada em vigor da regulamentação em vigor em matéria de geração de energia renovável. Para esses casos, os administradores das sociedades estão negociando com as instituições de crédito, e se entende que chegarão a um acordo.

No que diz respeito às participações que o Grupo mantém nestas sociedades, bem como nos parques eólicos da Eólica Montes del Cierzo, S.L. existe um direito real de penhor a favor das instituições financeiras em garantia do cumprimento de todas as obrigações de pagamento decorrentes dos empréstimos que essas sociedades têm contraídos, em geral, sob a modalidade de "Project Finance". Conforme os Administradores da Sociedade controladora, essas obrigações estão sendo cumpridas com normalidade (Nota 14).

Nos Anexos I e IV é incluída uma relação das participações em empresas coligadas e negócios conjuntos na qual é detalhada a informação legal e financeira mais significativa das mesmas.

11. ATIVOS FINANCEIROS NÃO CIRCULANTES

O detalhamento dos instrumentos financeiros não circulantes diferentes das sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial é o seguinte:

	Ativos financeiros disponíveis para a venda		Empréstimos e contas a receber				
	Participações líquidas no capital	Instrumentos derivativos de ativo (Nota 15)	Empréstimos no longo prazo (Nota 26)	Empréstimo ao pessoal	Concessões administrativas	Outros ativos não circulantes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.772	528	117.053	31	521.101	54.660	697.145
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	(199)	3.054	-	-	(1.740)	-	1.115
Adições	2.436	-	5.200	-	51.562	12.789	71.987
Baixas	-	-	-	(2)	-	(4.407)	(4.409)
Transferências (Nota 10)	-	-	(41.154)	-	-	-	(41.154)
Deterioração	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão	-	-	2.003	-	5.210	(411)	6.802
Variação no valor de mercado	-	(167)	-	-	-	-	(167)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.009	3.415	83.102	29	576.133	62.631	731.319
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	(1.683)	-	-	-	-	-	(1.683)
Adições	609	7.736	5.273	-	38.799	10.895	63.312
Baixas	(534)	(3.054)	-	(5)	-	(9.290)	(12.883)
Transferências (Nota 10)	-	-	(32.722)	-	-	-	(32.722)
Deterioração	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão	-	-	1.902	-	(147.866)	(16.161)	(162.125)
Variação no valor de mercado	-	(139)	-	-	-	-	(139)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.401	7.958	57.555	24	467.066	48.075	585.079

a) Participações líquidas no capital-

O valor justo das participações mantidas nesta rubrica foi determinado utilizando estimativas internas realizadas pelo Grupo dado que não existem preços de cotação das mesmas em mercados organizados.

Com data de 26 de julho de 2010, a Elecnor S.A. constituiu com três sócios a sociedade CPTR-Companhia Paranaense de Tratamento de Resíduos com um capital social de R\$50.000.000, tendo subscrito 26% do mesmo no valor de €5.673.000, aproximadamente, dos quais se encontra pendente de integralização, em 31 de dezembro de 2014, um valor de €3.640.000 de euros. Durante o exercício de 2015 o Grupo vendeu sua participação nesta sociedade (ver nota 2.g).

Com data de 28 de dezembro de 2005, a Elecnor Financiera S.L. adquiriu 100% das ações da Vendaval Promociones Eólicas, S.A.U. no valor de €53.850.000, aproximadamente. Dentro desta operação se incluía a participação minoritária na Sociedad Eólica de Andalucía, S.A. (5,27%) que o Grupo Elecnor tem classificada no balanço consolidado como "Ativos financeiros disponíveis para vender".

b) Empréstimos no longo prazo-

O capítulo "Empréstimos no longo prazo" do quadro anterior em 31 de dezembro de 2015 inclui, principalmente, diversos empréstimos concedidos a empresas coligadas do Grupo ELECNOR (Notas 10 e 26).

Com data de 20 de dezembro de 2011 a sociedade controlada Celeo Termosolar, S.L. concedeu à Aries Solar Termoeléctrica, S.L. um crédito participativo e um crédito subordinado ao financiamento principal obtido pela mesma (Nota 10) por uns valores aproximados de €33.720.000 e €67.440.000, respectivamente, com vencimento em 1º de janeiro de 2031 para o financiamento de duas usinas termosolares em Castilla-La Mancha (Notas 10 e 20). O crédito participativo incorre numa taxa de juros que é composta por um juro fixo anual e por um juro variável anual indexado à margem operativa do acreditado depois de impostos e depois de deduzir os juros correspondentes a este crédito participativo, ou a qualquer outra dívida subordinada. O crédito subordinado incorre numa taxa de juros indexada à Euribor mais um diferencial de mercado. O valor disposto em 31 de dezembro de 2014 ascendia a €38.364.000 e €77.028.000, aproximada e respectivamente, e figurava registrado nas rubricas "Ativos financeiros não correntes – Outros investimentos financeiros" e "Ativos financeiros correntes – Devedores comerciais, empresas vinculadas" da demonstração da situação financeira consolidada na mencionada data anexa. Durante o exercício de 2015 ambos os créditos foram capitalizados exceto por €115.000 (ver nota 10).

Com data de 5 de março de 2010 a sociedade controlada Celeo Termosolar, S.L. concedeu à Dioxipe Solar, S.L. um crédito participativo subordinado ao financiamento principal obtido pela mesma (Nota 10) no valor de €68.514.000, aproximadamente, com vencimento em 6 de março de 2030 para o financiamento de uma usina termosolar em Extremadura (Notas 10 e 20). Esse crédito incorre numa taxa de juros que é composta por um juro fixo anual e por um juro variável anual indexado aos lucros brutos do acreditado antes de impostos e antes de deduzir os juros correspondentes a este crédito participativo, ou a qualquer outra dívida subordinada. O valor disposto em 31 de dezembro de 2015 ascende a €60.309.000 (€57.446.000 em 31 de dezembro de 2014), aproximadamente, e aparece registrado nas rubricas "Ativos financeiros não circulantes – Outros investimentos financeiros" e "Ativos financeiros circulantes – Devedores comerciais, empresas relacionadas" da demonstração da situação financeira consolidada na mencionada data anexa.

Os referidos créditos participativos e o subordinado concedidos pela Celeo Termosolar, S.L. à Aries Solar Termoeléctrica, S.L. e à Dioxipe Solar, S.L. foram diminuídos, em 31 de dezembro de 2015, no valor de €32.149.000 (€102.702.000 em 31 de dezembro de 2014. Nota 2.f) devido à sua consideração como investimento líquido na hora de refletir o valor dessas Sociedades pelo método de equivalência patrimonial. Portanto, o saldo que aparece no balanço é composto pelos valores dos parágrafos anteriores reduzido no ajuste indicado, o que ascende a um líquido total de €28.160.000 em 31 de dezembro de 2015 (€70.136.000 em 31 de dezembro de 2014).

Os Administradores da Sociedade controladora consideram que todos os empréstimos acima referidos não serão cancelados no curto prazo, pelo que continuam sendo classificados no longo prazo na demonstração da situação financeira consolidada anexa.

d) Concessões administrativas-

Atualmente o Grupo ELECNOR se encontra desenvolvendo e executando, em regime de concessão, diversos projetos para a construção, exploração e manutenção de diferentes linhas de transmissão de energia elétrica no Brasil, através de suas filiais constituídas para isso, e cuja sociedade líder no mencionado país é a Celeo Redes Brasil, S.A. (anteriormente Elecnor Transmissão de Energia, S.A.). De acordo com os contratos de concessão, o Grupo receberá um valor determinado ao longo do período da concessão como retribuição, tanto pelos trabalhos de construção quanto pelos de exploração e manutenção, que não depende da utilização que, se for o caso, for feita das mencionadas linhas de transmissão. Os períodos de concessão se situam em torno a 30 anos, aproximadamente. Esse valor determinado a receber será objeto de atualização periódica em função de determinadas variáveis, tais como as taxas de juros, o índice geral de preços ao consumidor e outras taxas de referência do mercado segundo é estabelecido pelos diferentes contratos, embora as alterações não sejam significativas.

O Grupo se compromete, em virtude dos acordos de concessão, a implantar integralmente as instalações de transmissão num período determinado, bem como a prestar os serviços de operação e manutenção utilizando materiais, equipamentos de qualidade e mantendo as



instalações e os métodos operativos adequados que garantam bons níveis de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, esforço permanente na redução de custos, integração social e conservação do meio. A entidade concessionária não poderá ceder ou dar em garantia os ativos associados ao serviço público de transmissão sem a autorização da ANEEL.

A extinção da concessão ocorrerá nos seguintes casos: termo final do contrato, vencimento, rescisão, anulação por vício ou irregularidade ou extinção da transmissora. A extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente de todos os bens ligados ao serviço, iniciando-se as avaliações das análises correspondentes, as quais servirão, se for o caso, para determinar a indenização da transmissora. Os bens deverão estar em condições adequadas de operação e técnicas, mantidas de acordo com os procedimentos de redes aprovados pela ANEEL que permitam a continuidade do serviço público de transmissão de energia.

Na conclusão final do contrato, é facultado à ANEEL, por critério exclusivo dela, prorrogar o contrato. O prazo de renovação máxima é pelo mesmo período da concessão e através de requerimento da transmissora. Também poderá ser acordada uma eventual prorrogação do prazo de concessão em função do interesse público e das condições estipuladas no contrato.

A transmissora poderá promover a rescisão do contrato em caso de descumprimento pelo poder concedente das normas estabelecidas no contrato. Neste caso, a transmissora não poderá interromper a prestação do serviço até a aprovação, por decisão judicial, que decrete a extinção do contrato.

De acordo com os critérios descritos na Nota 3j, o Grupo possui no momento inicial um ativo financeiro pelo valor justo das importâncias a receber pela construção das infraestruturas, o que é avaliado pelo seu custo amortizado a partir daí, utilizando o método de juros efetivos. De acordo com este critério, o Grupo registrou, no exercício de 2015, com crédito na rubrica "Receitas financeiras" da conta de resultados do exercício mencionado, o valor de €48.084.000 (€55.276.000 no exercício de 2014), aproximadamente, correspondente ao efeito financeiro da aplicação do referido método.

Durante o exercício de 2014 entra no perímetro de consolidação a sociedade concessionária Cantareria Transmissora de Energia, S.A., que desenvolve o mesmo tipo de atividade que o descrito acima. O capítulo "Concessões administrativas" do quadro acima inclui, em 31 de dezembro de 2014, o valor €3.662.000, aproximadamente, pela referida sociedade.

Outros ativos não circulantes-

A composição do capítulo "Outros ativos não circulantes" do quadro anterior é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
	▼	▼
Conta de reserva do serviço da dívida	33.156	56.498
Fianças	1.848	1.974
Outros	13.071	4.159
	48.075	62.631

O capítulo "Conta de reserva do serviço da dívida" inclui os valores que as sociedades controladas Aerogeneradores del Sur, S.A., Galicia Vento, S.L., Ventos Do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Villanueva, S.L.U., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral Energia, S.A. e Ventos dos Índios Energia, S.A. deverão manter em depósitos bancários em virtude dos contratos de financiamento assinados pelas mesmas (Nota 14), e que ascendem a €2.500.000, €7.564.000, €4.490.000, €3.184.000, €1.327.000, €1.377.000, €2.646.000 e €590.000, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015. (Em 31 de dezembro de 2014 a conta de reserva do serviço da dívida correspondente às sociedades Aerogeneradores del Sur, S.A., Galicia Vento, S.L., Ventos Do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Villanueva, S.L.U., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A. e Ventos do Litoral Energia, S.A. ascendia a €40.839.000).

Adicionalmente, este capítulo inclui o valor da conta de reserva do serviço da dívida das sociedades concessionárias LT Triangulo, S.A., Vila Do Conde Transmissora de Energia, S.A., Coqueiros Transmissora de Energia, S.A., Pedras Transmissora de Energia, S.A., Encruzo Novo Transmissora de Energia, S.A., Caiua Transmissora de Energia, S.A., Integração Maranhense Transmissora de Energia, S.A. e Linha de Transmissão Corumbá, LTDA no valor de €9.478.000, aproximadamente (€15.659.000, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2014).

Sobre esses depósitos incide uma taxa de juros de mercado.

A Elecnor, S.A. também tem fianças e depósitos por arrendamentos no valor de €1.818.000, aproximadamente (€1.957.000 em 31 de dezembro de 2014).

Os ativos financeiros não circulantes em 31 Dezembro 2015 e 2014 encontram-se registrados pelo seu custo de aquisição menos os derivativos financeiros que são registrados pelo valor justo.

12. ATIVOS FINANCEIROS CIRCULANTES

a) Devedores comerciais e outras contas a receber-

O capítulo "Devedores comerciais e outras contas a receber" do ativo circulante da demonstração da situação financeira registra as contas a receber que o Grupo tem como consequência das operações realizadas com terceiros.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 existiam contas a receber vencidas no valor de €59.991.000 e de €182.743.000. A análise de antiguidade destas contas é a seguinte:

Descrição	Milhares de euros	
	2015	2014
Saldos não vencidos	908.732	745.073
Até 6 meses	27.798	48.314
Entre 6 e 12 meses	16.611	69.754
Superior a 12 meses	15.582	64.675
Total	968.723	927.816

O Grupo também dota uma provisão para a cobertura das dívidas em situação irregular por pagamento atrasado, suspensão de pagamentos, insolvência ou outras causas, após um estudo individualizado sobre a possibilidade de receber as mesmas. As dotações são realizadas em função das melhores estimativas no encerramento do exercício.

A seguir é apresentado o movimento havido durante os exercícios de 2015 e de 2014, bem como a composição da rubrica "Deterioração de contas a receber" em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

Deterioração	Milhares de euros					31/12/2015
	31/12/2014	Deterioração reconhecida no exercício	Cancelamento de Saldos Incobráveis	Reversão	Diferenças de conversão	
	62.783	20.694	(2.518)	(4.213)	50	76.796

Deterioração	Milhares de euros					31/12/2014
	31/12/2013	Deterioração reconhecida no exercício	Cancelamento de Saldos Incobráveis	Variação no perímetro de consolidação	Diferenças de conversão	
	51.990	19.183	(1.699)	(453)	(6.238)	62.783

b) Numerário e outros meios líquidos equivalentes

A composição deste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada anexa é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
Outros ativos líquidos equivalentes	75.706	75.112
Tesouraria	261.283	183.787
Total	336.989	258.899



O saldo da rubrica "Outros ativos líquidos equivalentes" em 31 de dezembro de 2015 inclui, principalmente, valores de renda fixa e depósitos a prazo fixo com vencimento inferior a 3 meses contratados pela sociedade Elecnor Chile S.A., que incorrem numa taxa de juros de mercado. O saldo final da rubrica "Outros ativos líquidos equivalentes" de 31 dezembro 2014 corresponde, principalmente, à aquisição temporária de letras do tesouro com pacto de recompra na data fixa não opcional e a depósitos e tributações, todas elas a muito curto prazo, que incorrem em juros de mercado. No seu vencimento são reinvestidos em ativos de natureza e prazo semelhantes em função das necessidades de tesouraria em cada momento.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA SOCIEDADE CONTROLADORA

a) Capital social-

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o capital social da Elecnor, S.A. estava representado por 87.000.000 ações ordinárias ao portador de €0,10 de valor nominal cada uma, totalmente subscritas e integralizadas.

As ações da Elecnor, S.A. têm cotação no mercado contínuo espanhol.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a composição dos acionistas da Sociedade controladora, bem como sua participação, era a seguinte:

	% Participação	
	2015	2014
Cantiles XXI, S.L.	52,76%	52,76%
Bestinver Gestión, S.A., S.G.I.I.C.	4,76%	4,76%
Outros (*)	42,48%	42,48%
	100,00%	100,00%

(*) Todos eles com % de participação inferior a 3%. Também se incluem as ações próprias da Sociedade controladora que ascendem a 2,85% em 2015 (2,84% em 2014 (Nota 3.n).

b) Ajustes de avaliação patrimonial-

O movimento ocorrido nesta reserva durante os exercícios de 2015 e de 2014 é o seguinte:

Milhares de euros	31/12/2013	Contratação	Varição no valor de mercado	Liquidação de derivativos	Transferência (nota 13 e)	31/12/2014	Contratação	Varição no valor de mercado	Liquidação de derivativos	31/12/2015
Por integração global- Cobertura de fluxos de caixa:										
Swaps de taxas de juros (IRS) (Nota 15)	(23.238)	(784)	(19.069)	2.233	-	(40.858)	(2.465)	1.176	3.957	(38.190)
Seguros de taxa de câmbio (Nota 15)	(866)	2.729	(2.822)	853	-	(106)	3.255	(65)	(20)	3.064
Outros (Nota 11)	1.487	-	1	-	-	1.488	-	148	-	1.636
	(22.617)	1.945	(21.890)	3.086	-	(39.476)	790	1.259	3.937	(33.490)
Imposto diferidos por ajustes de avaliação patrimonial (Nota 19)	5.425	(486)	5.473	(772)	-	9.640	(198)	(315)	(984)	8.143
Total ajustes de avaliação patrimonial pelo método de consolidação global	(17.192)	1.459	(16.417)	2.314	-	(29.836)	593	944	2.952	(25.347)
Sociedades em equivalência patrimonial	(31.611)	-	(39.472)	13.559	-	(57.524)	446	(6.476)	12.281	(51.273)
Minoritários	230	81	1.080	-	3.711	5.102	554	(817)	-	4.839
Total ajustes de avaliação patrimonial	(48.573)	1.540	(54.809)	15.873	3.711	(82.258)	1.592	(6.349)	15.233	(71.781)

c) Outras Reservas-

O detalhamento, por itens, do saldo deste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
Reservas restringidas-		
Reserva legal	1.743	1.743
Reserva fundo de comércio	1.031	1.031
Reserva de capitalização	1.756	-
Reserva de redenominação em euro	15	15
Reserva para ações próprias (Nota 3.n)	22.264	22.341
Outras reservas	491.983	495.511
Reservas da Sociedade controladora	518.869	520.564
Reservas em sociedades consolidadas (*)	160.598	117.061
Diferenças de conversão	(237.546)	(130.540)
Ações próprias (Nota 3.n)	(22.341)	(22.264)
Total	419.580	484.821

(*) Inclui os ajustes de consolidação e ajustes à Norma Internacional.



Reserva legal-

De acordo com o artigo 274 do Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital espanhola, deve destinar-se um valor igual a 10% do lucro do exercício à reserva legal até esta atingir, pelo menos, 20% do capital social. Esse limite já foi alcançado.

A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital na parte de seu saldo que ultrapassar 10% do capital já aumentado. A não ser para a finalidade acima mencionada, e enquanto não ultrapassar 20% do capital social, esta reserva poderá ser destinada apenas à compensação de perdas, e desde que não existam outras reservas disponíveis suficientes para esse fim.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade controladora tem dotada esta reserva com o limite mínimo estabelecido pelo Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital.

Reserva pelo fundo de comércio-

A reserva pelo fundo de comércio provém integralmente da Sociedade controladora. Essa reserva foi dotada em conformidade com o artigo 273.4 do Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital, que estabelece que, em todo caso, deverá dotar-se uma reserva indisponível equivalente ao fundo de comércio que aparecer na demonstração da situação financeira individual da Sociedade, destinando-se para tal efeito uma cifra do lucro que represente, no mínimo, 5% do montante do citado fundo de comércio. Se não existir lucro, ou este for insuficiente, devem ser utilizadas reservas de livre disposição.

Reserva de capitalização-

A reserva de capitalização foi dotada em conformidade com o artigo 25 da Lei do Imposto sobre Sociedades, que estabelece que a reserva seja dotada no valor do direito à redução da base tributável do exercício. O direito à redução da base tributável ascende a 10% do acréscimo dos fundos próprios, conforme é definido no referido artigo, sem que em nenhum caso possa ultrapassar do montante de 10% da base tributável positiva do período tributável prévia à redução e à integração à qual se refere o ponto 12 do artigo 11 da Lei e à compensação de bases tributáveis negativas. Não obstante, em caso de a base tributável ser insuficiente para aplicar a redução, as quantias pendentes podem ser objeto de aplicação nos períodos tributários que finalizem nos dois anos imediatos e sucessivos ao encerramento do período tributário em que se tiver gerado o direito à redução, junto com a redução que possa corresponder no referido exercício e com o limite indicado. A reserva é indisponível e está condicionada a que se mantenha o acréscimo de fundos próprios durante um prazo de 5 anos contados do encerramento do período tributário ao que a redução corresponder, a não ser que existam perdas contábeis.

d) Ações próprias em carteira-

Em virtude das deliberações que, sucessivamente, estão sendo tomadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Elecnor, S.A., durante os últimos exercícios foram sendo adquiridas diversas ações próprias da mencionada sociedade, cujo destino é a sua alienação progressiva no mercado. Em particular, no dia 23 de maio de 2012, a Assembleia Geral de Acionistas acordou autorizar por um período de cinco anos a aquisição, por ela mesma ou através de sociedades do Grupo, de ações emitidas pela Sociedade até um 10% do capital social (Nota 3.n), sempre que o preço de compra não difira, em mais ou menos, de 30% do preço de mercado.

O detalhamento e o movimento das ações próprias durante o exercício de 2014 e 2015 é o seguinte:

	Nº de ações
Ações próprias em 31 de dezembro de 2013	2.488.452
Aquisição de ações próprias	241.137
Venda de ações próprias	(258.557)
Ações próprias em 31 de dezembro de 2014	2.471.032
Aquisição de ações próprias	246.633
Venda de ações próprias	(234.555)
Ações próprias em 31 de dezembro de 2015	2.483.110

A compra e venda das ações próprias representaram valores de € 2.191.000 e € 2.114.000, respectiva e aproximadamente (€ 2.512.000 e € 2.669.000, respectiva e aproximadamente em 31 de dezembro de 2014).

A totalidade das ações próprias que a Sociedade controladora mantinha em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 representavam 2,85% e 2,84%, respectivamente, do total de ações que compõem o capital social da Elecnor S.A. nas referidas datas.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 continua constituída a correspondente reserva indisponível para ações próprias no valor das ações da Elecnor, S.A. em carteira nas referidas datas.

e) Participações não controladoras-

A composição da rubrica "Patrimônio Líquido - De Participações não controladoras" do passivo da demonstração da situação financeira consolidada anexa durante os exercícios de 2015 e de 2014 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
	▼	▼
Eólicas Páramo de Poza, S.A.	3.892	4.388
Galicia Vento, S.L.	2.969	2.568
Elecven Construcciones, S.A.	241	111
Rasacaven, S.A.	170	83
Sociedad Aragonesa de Estaciones Depuradoras, S.A.	1.259	1.267
Deimos Engenharia, S.A.	223	241
Elecnor Argentina, S.A.	1	(28)
IQA Operations Group Limited	118	76
Ventos Do Sul Energia, S.A.	7.507	9.303
Aerogeneradores del Sur, S.A.	535	420
Enerfin Enervento, S.A.	16.020	15.853
Parque Eólico Malpica, S.A.	582	1.356
Enervento Galicia, S.L.	(1)	(1)
Infraestructuras Villanueva, S.L.	1	1
Parques Eólicos Palmares, S.A.	6.654	4.411
Ventos do Litoral Energia, S.A.	5.234	3.495
Ventos da Lagoa, S.A.	4.783	3.191
Enerfin Rodonita Galicia, S.L.	-	1
Ventos do Faro Farelo, S.L.	-	1
Éoliennes de L'étable, SEC.	17.308	33.948
Subgrupo Celeo Redes	249.513	262.642
Ventos dos Índios Energia, S.A.	4.469	-
Eólica Montes de Cierzo, S.L.	2.152	1.778
Outros	(1.070)	(981)
	322.560	344.124

Durante o exercício de 2015 e 2014, o Grupo realizou diferentes transações de venda de participações em sociedades controladas a participações não controladas, sem perder o controle. O detalhamento das transações mais relevantes e os seus efeitos no patrimônio líquido são mostrados a seguir:



2015							
Atribuído à Sociedade Controladora							
Transação	Valor venda	Custos transação	Reservas	Diferenças de conversão	Ajustes patrimônio avaliação	Total	Participações não controladoras
Venda 10% P.E.Palmares, S.A.	4.955	-	(999)	1.292	-	293	4.662
Venda 10% Ventos da Lagoa, S.A.	3.777	-	(442)	853	-	411	3.366
Venda 10% Ventos do Litoral Energia, S.A.	4.160	-	(322)	998	-	676	3.484
Venda 20% Ventos dos Índios, S.A.	3.745	-	(2.217)	1.250	-	(967)	4.712
Venda 1% Ventos do Sul, S.A.	954	-	357	103	-	460	494
	17.591	-	(3.623)	4.496	-	873	16.718

2014							
Atribuído à Sociedade Controladora							
Transação	Valor venda	Custos transação	Reservas	Diferenças de conversão	Ajustes patrimônio avaliação	Total	Participações não controladoras
Venda 49% Celeo Redes, S.L.U.	236.740	(7.511)	(18.833)	28.293	3.711	13.171	216.058
Venda 49% Éoliennes de L'Érable Sec	50.645	(2.894)	3.973	-	-	3.973	43.778
Venda 10% Ventos do Sul Energia, S.A.	10.448	(1.705)	2.821	1.025	-	3.846	4.897
	297.833	(12.110)	(12.039)	29.318	3.711	20.990	264.733

O movimento havido durante os exercícios de 2015 e de 2014 nesta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada é detalhado a seguir:

Milhares de euros

Saldo em 31 de dezembro de 2013	81.112
- Resultado do exercício	12.462
- Variação no valor de mercado dos instrumentos de cobertura (*)	(1.161)
- Dividendos distribuídos	(1.901)
- Diferenças de conversão (**)	(16.583)
- Redução de capital	(8.840)
- Aumento de capital	15.074
- Variação de quotas	264.733
- Outros	(772)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	344.124
- Resultado do exercício	24.671
- Variação no valor de mercado dos instrumentos de cobertura (*)	263
- Dividendos distribuídos	(658)
- Diferenças de conversão (**)	(65.686)
- Redução de capital	(16.339)
- Aumento de capital	19.647
- Variação de quotas	16.718
- Outros	(180)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	322.560

(*) Referem-se às variações na avaliação dos Swaps de cobertura que o Grupo ELECNOR utiliza (Nota 15).

(**) Referem-se, principalmente, às diferenças de conversão geradas no grupo Celeo Redes Brasil.

f) Diferenças de conversão-

As diferenças de conversão acumuladas no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014 de cada uma das moedas significativas são as seguintes:

	Milhares de Euros	
	2015	2014
Diferenças de conversão		
Brasil	(203.662)	(91.185)
Venezuela	(40.109)	(33.100)
Argentina	(2.907)	(2.663)
Canadá	(7.849)	(6.259)
Chile	8.749	3.016
EUA	2.228	-
Outros	6.004	(349)
Total	(237.546)	(130.540)



14. DÍVIDA FINANCEIRA

Como parte fundamental de sua estratégia, o Grupo possui uma política de máxima prudência financeira. A estrutura de capital objetivo está definida por esse compromisso de solidez e pelo objetivo de maximizar a rentabilidade do acionista.

No entanto, determinados projetos, basicamente a construção e a exploração de parques eólicos e de suas correspondentes linhas de interligação elétrica e subestações, bem como de infraestruturas de distribuição elétrica e centrais de tratamento de águas residuais que o Grupo explora em regime de concessão, das quais o mesmo é titular, são financiadas, na maior parte, mediante empréstimos sindicados em regime de "Project Finance". Em virtude desses empréstimos, as sociedades controladas, titulares dos referidos projetos, assumem determinadas limitações à distribuição de dividendos, a qual está sujeita ao cumprimento de certas condições, como a constituição de uma nova conta de reserva para o serviço da dívida. Do mesmo modo, essas sociedades controladas deverão manter um quociente de Fundos Alheios/Recursos Próprios e uma estrutura de recursos próprios determinados.

A quantificação da estrutura de capital objetivo, excluído o efeito dos projetos financiados pelo financiamento sem recurso, é estabelecida como relação entre o financiamento líquido e os do patrimônio líquido, de acordo com o quociente:

Dívida financeira líquida Dívida financeira líquida + Patrimônio Líquido

A dívida financeira líquida inclui as seguintes rubricas da demonstração da situação financeira consolidada (após ser eliminado o efeito da dívida financeira líquida dos projetos financiados através do financiamento sem recurso):

	Milhares de euros	
	2015	2014
Passivo não circulante – Dívida financeira	338.699	347.125
Passivo circulante – Dívida financeira	185.338	191.983
Ativos financeiros circulantes –		
Outros investimentos financeiros	(71.425)	(15.663)
Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	(172.591)	(175.537)
Dívida financeira líquida	280.021	347.908

A evolução e a análise deste quociente são feitas de forma contínua, efetuando-se, além disso, estimativas de futuro do mesmo como fator fundamental e limitativo na estratégia de investimentos e na política de dividendos do Grupo. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, esse quociente se situou em aproximadamente 27,44% e 30,05%, respectivamente.

A composição das rubricas "Dívida financeira e derivados" do passivo não circulante e do passivo circulante das demonstrações da situação financeira consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 anexas é a seguinte:

	Milhares de Euros			
	2015		2014	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Empréstimos e créditos sindicados	304.669	-	291.162	-
Empréstimos concessões	387.769	50.437	340.859	29.872
Empréstimos sindicados parques eólicos e fotovoltaicos	393.356	47.159	502.150	54.759
Empréstimos com garantia pessoal	-	10.756	22.935	22.136
Empréstimos com garantia hipotecária	7.859	659	8.509	646
Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis.	-	99.419	-	98.800
Créditos IVA Parques Eólicos e concessões	-	8.203	-	17.057
Linhas de créditos com garantia pessoal	10.007	59.289	8.751	49.677
Títulos pendentes de vencimento	-	9.170	-	13.841
Juros incorridos não pagos:				
Parques eólicos, fotovoltaicos e concessões	-	3.559	85	676
Resto	-	1.610	-	1.872
Dívidas por arrendamento mercantil (Nota 9)	6.620	619	6.853	550
Instrumentos derivativos de cobertura (Nota 15):				
Parques eólicos, fotovoltaicos e concessões	25.600	2.894	31.395	1.461
Resto	9.545	3.808	8.915-	2.831
Linhas de desconto			-	1.632
Total	1.145.425	297.582	1.221.614	295.810

O detalhamento por vencimentos da parte no longo prazo ("não circulante") de empréstimos e créditos é o seguinte para os exercícios de 2015 e de 2014:

	Milhares de euros 31/12/2015
Dívidas com vencimento em	
2017	125.983
2018	122.693
2019	152.214
2020 e seguintes	744.535
Total	1.145.425

	Milhares de euros 31/12/2014
Dívidas com vencimento em	
2016	145.357
2017	137.321
2018	166.285
2019 e seguintes	772.651
Total	1.221.614



Empréstimos e créditos sindicados

Com data de 21 de julho de 2014, a Elecnor formalizou um Contrato de financiamento sindicado no valor de €600.000.000 com um grupo de 19 instituições financeiras, que substituiu os €401.000.000 dispostos na data de refinanciamento sindicado assinado em 2012. Esse financiamento foi estruturado em duas partes: uma parte empréstimo por €300.000.000 com amortizações parciais, e uma parte linha de crédito revolving com um limite de €300.000.000 e vencimento em julho de 2019.

Com data de 2 de julho de 2015, a Elecnor assinou uma Novação deste Contrato, que foi assinada por 18 das 19 entidades credoras (o Novo Banco cedeu sua participação, de 1,5% (€9.000.000) para a Abanca).

O objeto desta Novação foi:

- Alterar as condições financeiras, reduzindo a margem aplicável que passa a ser, inicialmente, de 1,55 anual.
- A ampliação do prazo de financiamento, atrasando um ano a data de cada uma das amortizações parciais e a data de devolução da parte crédito, cujo vencimento passa para julho de 2020.

Em relação à cobertura do risco de juros, antes da Notação existiam swaps vinculados que cobriam 100% do calendário do empréstimo. Decidiu-se cobrir o risco de juros do nocional adicional decorrente da Novação, pelo que foram contratados 8 swaps novos de tipo IRS, com um nocional máximo de €145.000.000 e um novo basis swap. Em 31 de dezembro de 2015 existem 21 swaps de tipo IRS e 3 basis swap atribuídos ao financiamento sindicado. Os vencimentos dos swaps, bem como as datas de liquidação dos juros, coincidem com as do contrato de empréstimo ao qual estão atribuídos.

Sobre esse empréstimo incide uma taxa de juros indexado à Euribor do prazo do período de juros escolhido pelo credenciado (1,3 e 6 meses) mais um diferencial, o qual se encontra indexado ao nível do rácio Dívida Financeira Líquida/(EBITDA + Dividendos de projeto). A Sociedade controladora se comprometeu a cumprir durante a duração do contrato de financiamento bancária diferentes rácios ((Dívida financeira líquida/EBITDA), (EBITDA /Despesas financeiras líquidas) e (Dívida financeira líquida/Fundos Próprios)), que serão calculados sobre a base dos correspondentes valores consolidados do Grupo ELECNOR, cujo descumprimento poderia ser motivo de rescisão de contrato. Adicionalmente, o empréstimo contempla a obrigação de cumprir com os Rácios de Cobertura de Garantias que, em 31 de dezembro de 2015, se cumprem. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o saldo disposto do empréstimo sindicado ascende a €300.000.000, respectivamente, pertencentes integralmente à parte empréstimo.

A Sociedade contratou, durante o exercício de 2015, coberturas de taxas de juros vinculadas ao financiamento sindicado obtido durante o mesmo. Do mesmo modo, a Sociedade contratou, durante o exercício de 2014, coberturas de taxas de juros vinculadas ao financiamento sindicado obtido durante 2014. Estes contratos permanecem em vigor em 31 de dezembro de 2015.

O contrato de financiamento sindicado mencionado anteriormente (parte empréstimo e parte crédito) gerou em 2015, a título de juros, €10.601.000, considerando o efeito das coberturas (€18.968.000 no exercício de 2014) que a Sociedade tem registrados na rubrica "Despesas financeiras" da conta de resultados do exercício de 2015 anexa (Nota 21).

Com data de 22 de maio de 2013, a sociedade Elecnor Transmissão de Energia, S.A. (atualmente Celeo Redes Brasil, S.A.) obteve um empréstimo no valor de R\$110.000.000 e com último vencimento em 21 de novembro de 2014 para o financiamento de suas participações em concessionárias de transmissão de energia no Brasil através da entrada de verbas. O referido empréstimo incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de 2,95% sobre a taxa de juros variável interbancária CDI ("Certificado de Depósito Interbancário"). Em 31 de dezembro de 2014 este empréstimo se encontrava totalmente amortizado.

Empréstimos concessões

Com data de 12 de novembro de 2015, a sociedade Charrúa Transmisora de Energia, S.A. assinou um empréstimo em regime "Project Finance" no valor de \$175.000.000, além de um crédito de financiamento de IVA no valor de \$23.000.000. Esse financiamento visa a construção e a futura exploração de uma linha de transmissão de energia no Chile (ver Nota 9). Esse financiamento com vencimento final em 2034 incorre numa taxa de juros indexada à Libor a 180 dias, acrescida de um diferencial de 1,65% aumentando-se 0,25% a cada cinco anos. O valor disponível em 31 de dezembro de 2015 ascendia a €37.800.000 aproximadamente, dos quais €32.000.000 referem-se ao empréstimo e o resto ao crédito de financiamento do IVA. Adicionalmente foi contratada uma operação de cobertura de 70% do principal do empréstimo para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito. Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito.

Com data de 29 de janeiro de 2015, a sociedade Alto Jahuel Transmisora de Energia, S.A. assinou um empréstimo em regime "Project Finance" no valor de \$100.000.000, além de um crédito de financiamento de IVA no valor de \$15.000.000. Esse financiamento visa a construção e a futura exploração de uma linha de transmissão de energia no Chile (ver Nota 9). Esse financiamento com vencimento final em 2035 incorre numa taxa de juros indexada à Libor a 180 dias, acrescida de um diferencial de 2,25%, mais um aumento de 0,25% a cada cinco anos para a parte em dólares e o ICP NOMINAL, acrescida de um diferencial de 3,25% para a parte em Pesos. O valor disponível em 31 de dezembro de 2015 ascendia a €86.300.000 aproximadamente, dos quais €83.300.000, aproximadamente, referem-se ao empréstimo e o resto ao crédito de financiamento do IVA. Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito.

Com data de 15 de janeiro de 2013, a concessionária Alto Jahuel Transmisora de Energía, S.L. assinou um empréstimo em regime "Project Finance" no valor de \$167.000.000, além de um crédito de financiamento de IVA no valor de \$29.000.000. Esse financiamento visa a construção e a futura exploração de uma linha de transmissão de energia no Chile (ver Nota 9). O referido financiamento, com vencimento final em 2032, incorre numa taxa de juros indexada à Libor a 180 dias, acrescida de um diferencial de 4,25% para a parte em dólares e o TAB UF a 180 dias, mais um diferencial de 1,60% para a parte em UF. O valor disposto em 31 de dezembro de 2015 ascende a €122.200.000 aproximadamente (€135.900.000 em 31 de dezembro de 2014), os quais correspondem integralmente ao empréstimo (118.900.000 em 2014 e o resto ao crédito de financiamento do IVA). Adicionalmente foi contratada uma operação de cobertura de 75% do principal do empréstimo para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito. Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito.

Com data de 5 de julho de 2007, a concessionária Sociedad Aragonesa de Aguas Residuales, S.A.U. contratou um crédito com um limite de €23.000.000, com vencimento em 5 de dezembro de 2026. A concessionária dispôs de todo o crédito. Este financiamento incorre numa taxa de juros da Euribor, mais um diferencial. A despesa financeira em que este empréstimo incorreu nos exercícios de 2015 e de 2014 ascendeu a, aproximadamente, €201.000 e €244.000, respectivamente. Esta sociedade contratou um swap de taxa de juros de €17.250.000 para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito. Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito.

Com data de 21 de julho de 2009, a concessionária Sociedad Aragonesa de Estaciones Depuradoras, S.A. contratou um crédito com um limite de €15.500.000 com vencimento em 31 de dezembro de 2026. A concessionária dispôs de todo o crédito. Este financiamento incorre numa taxa de juros da Euribor, mais um diferencial. A despesa financeira em que este empréstimo incorreu nos exercícios de 2015 e 2014 ascendeu a, aproximadamente, €363.000 e €416.000, respectivamente. Esta sociedade contratou um swap de taxa de juros de €11.625.000 para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito. Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito. O valor pendente de pagamento do crédito em 31 de dezembro de 2015 ascendia a €11.893.000 (€12.805.000 em 31 de dezembro de 2014).

Com data de 30 de dezembro de 2013 a sociedade Integração Maranhense T. de Energia, S.A. obteve um crédito no valor de R\$142.000.000, cujo último vencimento é o dia 15 de fevereiro de 2029. Sobre o mencionado crédito incide uma taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de 2,42% sobre a Taxa de Juros de Longo Prazo. Em 31 de dezembro de 2015, o valor disposto desses empréstimos, com vencimento no longo e curto prazo, é de €32.300.000 (em 31 de dezembro de 2014 o valor disposto desse empréstimo é de €45.700.000).

Com data de 23 de dezembro de 2013, a concessionária Caiua T. Energía, S.A. obteve um crédito no valor de R\$84.600.000, cujo último vencimento é o dia 15 de fevereiro de 2028. Sobre o mencionado crédito incide uma taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de 2,28% sobre a Taxa de Juros de Longo Prazo. Em 31 de dezembro de 2015, o valor disposto desse empréstimo, com vencimento no longo e curto prazo, é de €19.500.000 (Em 31 de dezembro de 2014, o valor disposto desse empréstimo é de €27.600.000).

Durante o exercício de 2010 a sociedade LT Triângulo, S.A. passou a ser consolidada pelo método de consolidação global, já que o Grupo passou a deter a totalidade do seu capital social. Esta entidade obteve um empréstimo em regime de "Project Finance" de uma entidade financiadora com data de 7 de outubro de 2008 e último vencimento em 4 de outubro de 2022 para o financiamento das infraestruturas de transmissão de energia elétrica objeto da concessão, o que incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de mercado sobre a taxa de juros variável no longo prazo do país (TJLP). Em 31 de dezembro de 2015, o valor pendente de pagamento deste empréstimo ascende a €48.000.000, aproximadamente (€73.000.000 em 2014).

No exercício de 2011, o Grupo Elecnor adquiriu 66% da Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A., passando a consolidar essa sociedade pelo método de consolidação global. Com data de 19 de dezembro de 2006 o BNDES concedeu à Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A. um crédito destinado ao financiamento da construção de linhas de transmissão de energia elétrica com vencimento em 15 de abril de 2019. Esse crédito é dividido em dois subcréditos: o subcrédito A incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de mercado sobre o custo médio ponderado da captação de moeda estrangeira pelo BNDES, e o subcrédito B incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de mercado sobre a taxa de juros variável no longo prazo (TJLP) do país.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor pendente de pagamento desse empréstimo, com vencimento no longo e curto prazo, ascende a €14.100.000, aproximadamente (€22.100.000, aproximadamente em 31 de dezembro de 2014).

A devolução dos empréstimos à LT Triângulo, S.A. e à Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A. está garantida por penhor sobre os direitos da concessão, garantia sobre a totalidade de ações, garantia sobre os direitos de crédito por prestação de serviços e aval bancário.

Adicionalmente, as mencionadas sociedades controladas devem manter, durante a vigência do contrato de empréstimo, os seguintes quocientes financeiros:

- O índice de cobertura resultante de dividir o fluxo de caixa disponível entre os juros a pagar mais a amortização do principal deve ser igual ou superior a 1,3.
- Índice de capitalização (Patrimônio/Ativo Total) igual ou superior a 0,3.



Empréstimos sindicados parques eólicos e fotovoltaicos-

No exercício de 2015, a Éoliennes de L'Érable SEC obteve financiamento sindicado no valor de C\$35.000.000. Esse financiamento com vencimento em 2033 incorre numa taxa de juros fixa. Para esse empréstimo o RCSD deve ser superior a um determinado coeficiente durante toda a vida do empréstimo. Em 31 de dezembro se encontram dispostos €23.000.000.

No exercício de 2012, o Grupo obteve financiamento sindicado para a construção de um parque eólico em Quebec (Canadá) por C\$250.000.000, aproximadamente (Éoliennes de l'Érable Inc.). Esse financiamento, com vencimento em 2033, incorre numa taxa de juros indexada à cotação do bônus canadense. Para esse empréstimo sindicado em regime de "Project Finance", o quociente de cobertura anual do serviço da dívida principal deve ser, conforme consta das escrituras do empréstimo de financiamento, superior a um determinado coeficiente durante toda a vida do empréstimo. Durante 2014 são transferidos o ativo e o passivo da Éoliennes de L'Érable Inc para a sociedade Éoliennes de L'Érable Inc, transferindo-se este empréstimo, o qual em 31 de dezembro de 2015 se encontra disposto por 152.700.000 (€ 170.800.000 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, o resto das dívidas com instituições de crédito incluídas nesta rubrica se refere, principalmente, aos saldos vivos dos empréstimos sindicados, e contratos swaps associados ao mesmo, que a Aerogeneradores del Sur, S.A., Galicia Vento, S.L, Ventos Do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos de Villanueva, S.L.U., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral, S.A., Siberia Solar, S.L.U. e a Ventos dos Índios S.A., têm assinados e dispostos com diversas instituições financeiras nos valores de €9.366.000, €24.070.000, €60.622.000, €67.031.000, €29.943.000, €28.555.000, €27.937.000, €24.255.000 e €31.123.000, aproximada e respectivamente, em regime de "Project Finance". Esses empréstimos foram recebidos para o financiamento da construção dos parques eólicos e fotovoltaicos e suas correspondentes linhas de interconexão elétrica e subestações dos quais essas sociedades são titulares. O empréstimo sindicado recebido pela Ventos do Sul Energia, S.A., em reais brasileiros, tem um limite equivalente a R\$529.000.000 (Nota 20). Desde o dia 31 de dezembro de 2007, este empréstimo estava totalmente disponível. Igualmente, os empréstimos recebidos pela Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral, S.A. e Ventos dos Índios, S.A. têm uns limites de R\$153.653.000, R\$150.821.000, R\$141.250.000 e R\$134.573.000, sucessiva e respectivamente.

A amortização dos empréstimos sindicados será realizada em 26, 25, 37 e 28 amortizações semestrais consecutivas. No caso dos empréstimos concedidos às sociedades controladas Aerogeneradores del Sur, S.A., Galicia Vento S.L, Parques Eólicos de Villanueva, S.L.U. e Siberia Solar, S.L.U., respectivamente, e em 144, 192, 192, 192 e 192 amortizações mensais nos conferidos à Ventos Do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos do Litoral, S.A., Ventos do Lagoa, S.A. e Ventos dos Índios, S.A.

Os empréstimos espanhóis sindicados incorrem numa taxa de juros equivalente à EURIBOR em seis meses mais uma margem de mercado, que pode variar posteriormente em função do R.C.S.D.P. auditado (quociente de cobertura anual do serviço da dívida principal auditado). No caso dos empréstimos obtidos em reais brasileiros pelas sociedades controladas Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A. e Ventos do Litoral, S.A., a taxa de juros aplicável é o resultado de acrescentar uma margem de mercado sobre a taxa de juros variável no longo prazo (TJLP) do país. Com a finalidade de reduzir o risco da taxa de juros de seus respectivos empréstimos sindicados, a Aerogeneradores del Sur, S.A., a Parques Eólicos de Villanueva, S.L.U. e Galicia Vento, S.L. assinaram com diversas instituições financeiras contratos "swap" de taxa de juros por unas taxas fixas médias que oscilam entre 1,09% e 5,08%, respectivamente, que cobrem entre 65%, 75% e 65% da dívida viva em cada uma das sociedades mencionadas (Nota 15).

Para os empréstimos sindicados em regime de "Project Finance" das sociedades espanholas controladas, o quociente de cobertura anual do serviço da dívida principal (R.C.S.D.P.) deve ser, segundo é extraído das escrituras dos empréstimos de financiamento, superior a um determinado coeficiente durante toda a vida do empréstimo, calculando-se, basicamente, como a proporção entre o Cash Flow Disponível para o Serviço da Dívida de um exercício encerrado de 12 meses de duração, e o Serviço da dívida para esse mesmo exercício, tal como é definido no empréstimo. Adicionalmente estas sociedades deverão manter um quociente Fundos Alheios/Recursos Próprios e uma estrutura de recursos próprios determinados.

As sociedades espanholas são obrigadas, ainda, a formalizar, num prazo de dois anos contados da implementação do parque, uma conta de reserva para o serviço da dívida (materializada num depósito bancário), no valor determinado especificamente nos respectivos contratos de financiamento (Nota 11). Do mesmo modo, são obrigados a realizar uma cobertura de risco de evolução da taxa de juros, após o requerimento prévio da instituição de crédito agente, por, no mínimo, 65% do valor do empréstimo e um prazo mínimo de 9 anos, em cumprimento do qual foram assinados os contratos de "swap" mencionados anteriormente. No caso da Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A. e Ventos do Litoral, S.A., também existe a obrigação de manter uns quocientes de cobertura da dívida dentro de uns limites, bem como de depositar numa conta reserva um valor monetário que cubra, pelo menos, três mensalidades do pagamento de principal e dos juros. Na opinião dos Administradores da Sociedade controladora não ocorreu nenhum problema em relação ao cumprimento dos contratos.

Como garantia de cada um dos empréstimos sindicados das sociedades espanholas foi constituído um direito real de penhor sobre as ações das respectivas sociedades controladas e, adicionalmente, sobre as indenizações, compensações e/ou sanções que possam ser geradas a favor das mesmas, em relação aos contratos de execução de obra e de gestão da exploração e sobre todas as contas de tesouraria dessas sociedades

eólicas. Em relação à Ventos do Sul Energia, S.A., à Parques Eólicos Palmares, S.A., à Ventos da Lagoa, S.A. e à Ventos do Litoral, S.A., estas sociedades assinaram com as instituições financeiras uma garantia fiduciária sobre o imobilizado tangível.

Do mesmo modo, as sociedades controladas assumiram, em virtude desses empréstimos, diversas limitações à liberdade de alienação de suas imobilizações tangíveis e de distribuição de dividendos. Essas restrições estão sujeitas ao cumprimento de certas condições, como a manutenção do quociente de cobertura da dívida estipulado nas escrituras dos empréstimos de financiamento e da constituição da conta de reserva para o serviço da dívida (Nota 11).

Os Administradores consideram que todas as condições estabelecidas pelos empréstimos sindicados assinados estão sendo cumpridas, e que o financiamento em regime de "Project Finance" irá sendo atendido normalmente com as receitas geradas pela atividade de cada projeto.

Passivos financeiros por emissão de obrigações e outros valores negociáveis

Durante 2015, a Elecnor emitiu promissórias no Mercado Alternativo de Renda Fixa no valor nominal de € 171.000.000 com vencimento máximo de um ano e uma taxa de juros de 1,24%, tendo sido cancelados € 171.000.000. O valor máximo do programa de promissórias é de € 200.000.000 nominais. O valor nominal pendente em 1 de dezembro de 2015 é de € 100.000.000 que corresponde a 1.000 títulos de € 100.000 de valor nominal, e cujo valor líquido contábil ascende a € 99.000.000.

Durante 2014, a Elecnor emitiu promissórias no Mercado Alternativo de Renda Fixa no valor nominal de € 126.000.000 com vencimento máximo de um ano e uma taxa de juros de 2,84%, tendo sido cancelados € 26.000.000 em 31 dezembro 2014. O valor máximo do programa de promissórias é de € 200.000.000 nominais. O montante nominal pendente em 31 de dezembro de 2014 é de € 100.000.000, que corresponde a 1.000 títulos e cujo valor líquido contábil ascende a € 99.000.000.

Empréstimos com garantia pessoal-

Durante o exercício de 2015 a Elecnor não contratou os novos empréstimos bancários com garantia pessoal.

Resto de financiamento-

Durante o exercício de 2014, o Grupo através da sociedade controlada Deimos Castilla La Mancha, S.L. contratou uma linha de crédito com garantia pessoal com um limite de € 30.000.000 para a construção de um satélite. Em 31 de dezembro de 2014 tinha disponível um valor de € 28.400.000.

Durante o exercício de 2013, o Grupo, através da sociedade controlada Deimos Castilla La Mancha, S.L., contratou uma linha de crédito e um empréstimo com garantia pessoal com um limite de € 25.000.000 para a construção de um satélite. Em 31 de dezembro de 2014 tinha disponível um valor de € 12.500.000.

Ambos os créditos foram cancelados no exercício de 2015 como consequência da venda do satélite de observação da Terra que a Elecnor possui, Deimos 2 (ver nota 2.g).

O Grupo ELECNOR contratou, no exercício de 2007, um empréstimo com garantia hipotecária para a aquisição de um galpão industrial em Valência para desenvolver sua atividade de fabricação de módulos solares (Nota 9). O saldo pendente de vencimento desse empréstimo ascende a € 8.534.000, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2015 (€ 9.288.000 em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade controladora Elecnor S.A. mantém abertas com diferentes instituições de crédito 9 linhas de crédito com um limite máximo total de € 157.000.000, das quais, em 31 de dezembro de 2015, não tinha disponível nenhuma quantia, e que incorrem numa taxa de juros da EURIBOR/LIBOR, acrescida de um diferencial de mercado, com vencimentos a um ano ou anuais com renovações tácitas de, no máximo, três anos. Do mesmo modo, em 31 de dezembro de 2014 tinha abertas linhas de crédito com um limite total de € 144.000.000, aproximadamente das quais não se tinha disposto nada.

No total, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o Grupo tem linhas de crédito com garantia pessoal não disponíveis, no valor total de, aproximadamente, € 538.000.000 e € 570.000.000, respectivamente, todas elas com garantia pessoal. (Nota 4.c).

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo ELECNOR não tem dívidas com instituições de crédito indexadas a uma taxa de juros fixa por um valor significativo, salvo pelo efeito das operações de cobertura que são descritas na Nota 15.



15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Grupo ELECNOR utiliza instrumentos financeiros derivativos para cobrir os riscos aos que estão expostas suas atividades, operações e fluxos de caixa futuros decorrentes das variações das taxas de câmbio e das taxas de juros, as quais afetam os resultados do Grupo. O detalhamento das composições dos saldos que registram a avaliação de derivativos das demonstrações da situação financeira consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é o seguinte:

	Milhares de euros							
	2015				2014			
	Ativo não circulante (Nota 11)	Ativo circulante	Passivo não circulante (Nota 14)	Passivo circulante (Nota 14)	Ativo não circulante (Nota 11)	Ativo circulante	Passivo não circulante (Nota 14)	Passivo circulante (Nota 14)
Cobertura de taxa de juros								
Cobertura de fluxos de caixa:								
Interest rate swap	222	-	35.145	2.894	361	-	40.310	1.461
Cobertura de taxa de câmbio								
Cobertura de fluxos de caixa:								
Seguros de câmbio	7.736	-	-	3.808	3.054	-	-	2.831
	7.958	-	35.145	6.702	3.415	-	40.310	4.292

Taxa de câmbio-

O Grupo ELECNOR utiliza instrumentos de cobertura da taxa de câmbio principalmente para suavizar o possível efeito negativo que as variações nas taxas de câmbio possam significar nos fluxos de caixa futuros correspondentes a dois tipos de transações:

- Pagamentos correspondentes a contratos de obra e fornecimento cuja moeda é diferente do euro.
- Cobranças correspondentes a contratos de obra cuja moeda é diferente do euro.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o valor nominal total objeto de cobertura da taxa de câmbio é o seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Moedas		
Milhares de Dólares americanos	67.885	69.534
Milhares de euros	2.731	8.413

Do total de nominais cobertos em 31 de dezembro de 2015, €45.674.000 correspondem a seguros de compras de dólares para cobrir futuros fluxos de pagamento da referida moeda estrangeira, e €14.925.000 correspondem a seguros de venda de dólares para cobrir fluxos futuros de cobranças nesta moeda estrangeira (€54.887.000 correspondem a seguros de compras de dólares para cobrir futuros fluxos de pagamento nestas moedas estrangeiras e €2.593.000 correspondem a seguros de venda de dólares para cobrir fluxos futuros de cobranças nesta moeda estrangeira em 2014).

O valor da contrapartida em euros do valor nominal objeto de cobertura da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2015 ascende a €63.330.000, aproximadamente (€65.893.000 aproximadamente em 2014).

O vencimento desses seguros de câmbio ocorrerá no exercício de 2016 coincidindo com a corrente real de pagamentos e cobranças que estão cobrindo, sendo o risco de variações nos fluxos de caixa esperados muito baixos, já que existem contratos assinados que mostram o calendário de pagamentos e de cobranças correspondente.

Taxa de juros-

O Grupo ELECENOR realiza operações de cobertura de taxa de juros de acordo com sua política de gestão de riscos. Essas operações visam suavizar o efeito que a variação nas taxas de juros pode ter sobre os fluxos de caixa futuros de determinados créditos e empréstimos indexados a uma taxa de juros variável, associados ao financiamento corporativo da Sociedade controladora e aos financiamentos dos projetos. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o valor nominal total dos passivos objeto de cobertura de taxa de juros é de €505.295.000 e €491.291.000, respectivamente.

A seguir é mostrado o detalhamento dos vencimentos dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

Milhares de euros	31/12/2015					Total
	Vencimento					
	2016	2017	2018	2019	2020 e seguintes	
Cobertura de taxa de câmbio:						
Venda de USD (*)	(16.208)	-	-	-	-	(16.208)
Compra de USD (*)	51.677	-	-	-	-	51.677
Compra de EUR (*)	2.713	-	-	-	-	2.713
Cobertura de taxas de juros	(18.238)	(7.475)	(6.724)	(6.013)	(10.875)	(49.325)
Cross currency swap:						
Fluxo em GBP (*)	2.050	-	-	-	-	2.050
Fluxo em AUD (*)	11.775	-	-	-	-	11.775

(*) Dados expressos na moeda estrangeira correspondente.

Milhares de euros	31/12/2014					Total
	Vencimento					
	2015	2016	2017	2018	2019 e seguintes	
Cobertura de taxa de câmbio:						
Venda de USD (*)	(2.907)	(230)	-	-	-	(3.137)
Compra de USD (*)	66.397	-	-	-	-	66.397
Compra de EUR (*)	8.413	-	-	-	-	8.413
Cobertura de taxas de juros	(4.366)	(6.085)	(5.636)	(4.011)	(14.723)	(34.821)
Cross currency swap:						
Fluxo em USD (*)	208.500	-	-	-	-	208.500

(*) Dados expressos na moeda estrangeira correspondente.

O vencimento dos valores nominais dos diferentes instrumentos financeiros derivativos acima descritos, sem incluir os de cobertura de taxa de câmbio, é o seguinte:

Milhares de euros	31/12/2015					Total
	Vencimento					
	2016	2017	2018	2019	2020 e seguintes	
Cobertura de taxas de juros	34.443	46.102	54.585	94.961	275.204	505.295

Milhares de euros	31/12/2014					Total
	Vencimento					
	2015	2016	2017	2018	2019 e seguintes	
Cobertura de taxas de juros	16.143	48.039	63.574	89.570	273.965	491.291



Os swaps de taxas de juros têm o mesmo valor nominal, ou inferior, que os principais vivos dos empréstimos cobertos e o mesmo vencimento que as datas de liquidações de juros dos empréstimos que estão cobrindo.

Em relação às coberturas de taxas de câmbio quanto às taxas de juros, nos exercícios de 2015 e de 2014 não ocorreu nenhuma circunstância que exija a modificação da política de contabilidade de coberturas, inicialmente adotada, na hora de contabilizar os derivativos. Durante os exercícios de 2015 e 2014 o Grupo Ecnor não manteve derivados que não cumpram as condições para serem considerados cobertura contábil.

Preço-

O valor de mercado dos diferentes instrumentos financeiros é calculado através dos seguintes procedimentos:

- O valor de mercado dos derivativos cotados num mercado organizado é a sua cotação no encerramento do exercício.
- No caso dos derivados não negociáveis em mercados organizados o Grupo ELECENOR utiliza, para avaliá-los, as avaliações enviadas pelas instituições financeiras, bem como as hipóteses baseadas nas condições de mercado na data de encerramento do exercício. Mais especificamente, o valor de mercado dos swaps de taxa de juros é calculado através da atualização pela taxa de juros de mercado da diferença de taxas do swap, enquanto o valor de mercado dos contratos de taxa de câmbio no futuro é determinado descontando os fluxos futuros estimados utilizando as taxas de câmbio futuras existentes no encerramento do exercício.

Este procedimento também é utilizado para avaliar o mercado dos empréstimos e créditos existentes devido às operações de permuta financeira denominadas "cross currency swaps", mediante as quais o Grupo e o banco se intercambiam as correntes de um empréstimo expresso em euros, pelas correntes de outro empréstimo expresso em dólares (canadenses/americanos), liquidando-se a diferença que resultar no vencimento. No encerramento do exercício, o Grupo converte o empréstimo em dólares (mais os juros incorridos) à taxa de câmbio de encerramento e o compara com o empréstimo em euros (mais os juros incorridos), registrando o valor líquido (a diferença) nas rubricas "Outros ativos circulantes", "Ativos financeiros não circulantes" ou "Dívida financeira", dependendo do saldo devedor ou credor e de seu vencimento, sendo gerado como contrapartida uma receita ou uma despesa por diferenças de câmbio.

As principais características dos "cross currency swaps" em vigor em 31 de dezembro de 2014 e de 2015 são as seguintes:

	Milhares de euros	
	2015	2014
Valor Nominal em Moeda Estrangeira (USD)	-	(208.500)
Valor Nominal em Moeda Estrangeira (GBP)	(2.050)	-
Valor Nominal em Moeda Estrangeira (AUD)	11.775	-
Contravalor em euros	10.615	168.028
Valor justo no encerramento do exercício	(55)	4.328

Os contratos em vigor em 31 de dezembro de 2015 tinham a data de início estabelecida no dia 29 de dezembro de 2015, sendo sua data de vencimento, em todos os casos, o dia 29 de janeiro de 2016.

Os contratos em vigor em 31 de dezembro de 2014 tinham a data de início estabelecida nos dias 18, 19 e 29 de dezembro de 2014, sendo sua data de vencimento, em todos os casos, em janeiro de 2015.

Esses instrumentos financeiros não foram designados como de cobertura, de forma que o Grupo registra, no encerramento de cada exercício, a variação em seus valores justos diretamente na conta de resultados correspondente.

16. PROVISÕES PARA RISCOS E DESPESAS

O movimento e a composição da rubrica "Provisões para riscos e despesas" do passivo não circulante da demonstração da situação financeira consolidada anexa durante os exercícios de 2015 e de 2014 são os seguintes:

Milhares de euros	Provisões para litígios e responsabilidades	Provisões para garantias	Total Provisões para riscos e despesas
Saldo em 31 de dezembro de 2013	20.801	2.147	22.948
Dotações com débito nas perdas e ganhos (Nota 21)	9.071	30	9.101
Transferências	(12.694)	-	(12.694)
Diferenças de conversão	(1.208)	-	(1.208)
Reversões com crédito nas perdas e ganhos (Nota 21)	(3.535)	(1.234)	(4.769)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.435	943	13.378
Dotações com débito nas perdas e ganhos (Nota 21)	2.530	19	2.549
Transferências	-	-	(822)
Diferenças de conversão	(822)	-	-
Reversões com crédito nas perdas e ganhos (Nota 21)	(3.137)	(264)	(3.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.006	698	11.704

O Grupo realiza uma estimativa da avaliação dos passivos gerados por litígios e semelhantes. Embora o grupo estime que a saída de fluxos será feita nos próximos exercícios, não pode prever a data de finalização dos litígios e, por isso, não realiza estimativas das datas específicas das saídas de fluxos considerando que o valor do efeito de uma possível atualização não seria significativo.

O Grupo, dadas suas atividades, está exposto a numerosas reclamações e litígios que, na maior parte, comportam valores pouco significativos. A rubrica "Provisões para litígios e responsabilidades" do quadro anterior inclui a melhor estimativa do Grupo sobre possíveis penalidades e outras contingências em relação à execução de diferentes projetos desenvolvidos, principalmente, no exterior. Os Administradores estimaram que a provisão dotada cobre de forma razoável os prováveis desembolsos que ocorrerão no futuro decorrentes de fatos passados.

O Grupo ELECNOR, através das respectivas sociedades participadas, assinou em exercícios anteriores com um terceiro dois contratos para a construção e a exploração de duas linhas de transmissão elétrica. Para efetuar o pagamento das possíveis sanções para a concessionária, em caso de descumprimento por parte da mesma das suas obrigações derivadas do mencionado contrato, a sociedade participada entregou à entidade contratante duas fianças solidárias, irrevogáveis e de realização automática, cujo vencimento estava estabelecido no ano de 2012. Por sua vez, essa garantia se encontra contra garantida pela Elecnor, S.A. em sua porcentagem de participação. Como consequência de diversas circunstâncias ocorridas depois do momento da adjudicação do contrato, o projeto resultou inviável do ponto de vista da rentabilidade e, por isso, o Grupo decidiu não iniciar o mesmo até negociar com a entidade contratante umas novas condições que permitissem empreender o projeto numa situação de equilíbrio patrimonial, porém essas gestões não deram frutos. Dado que o Grupo Elecnor estimou que o prejuízo patrimonial para o mesmo como consequência do desenvolvimento do projeto seria maior que o derivado das possíveis sanções por descumprimento do contrato, decidiu não proceder à execução do mencionado projeto. O capítulo "Provisões para litígios e responsabilidades" do quadro anterior continha, portanto, em 31 de dezembro de 2012, um valor de € 13.642.000, correspondente à parte proporcional das mencionadas fianças que correspondem ao Grupo em virtude da sua porcentagem de participação, dada a consideração do risco de execução das mesmas realizada pelos Administradores do Grupo Elecnor nas circunstâncias atuais. Diante dessa situação, e dado o risco de execução das garantias concedidas pelo Grupo, finalmente em dezembro de 2013 foi conseguido um acordo com o cliente pelo qual foi negociado um plano de pagamentos a realizar entre 2013 e 2015 pelo mesmo valor das garantias concedidas. Em 31 de



dezembro de 2013 o Grupo realizou o primeiro pagamento do acordo conseguido, no valor de € 1.686.000, ficando pendente um saldo, na data, no valor de € 11.956.000. Esse valor foi transferido para o início do exercício de 2014 para a rubrica "Credores comerciais e outras contas a pagar" não ficando nada pendente de pagamento em 31 de dezembro de 2015 (€ 4.367.000 em 31 de dezembro de 2014).

O Grupo ELECNOR entregou em exercícios anteriores diversos parques de produção de energia solar (parques fotovoltaicos) em relação aos quais existe a garantia por parte do Grupo para com seus clientes quanto à reparação e/ou restituição dos materiais e instalações durante um período de 10 anos, sem limitação, e durante um período de 25 anos, em caso de que devido à deterioração dos mesmos não se alcance a potência nos módulos estipulada no contrato. Os diversos fornecedores dos módulos fotovoltaicos concederam ao Grupo ELECNOR uma garantia nesse mesmo sentido. Durante o ano 2014 se revertió la totalidad de esta provisión por importe de 927 miles de euros.

17. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E FATURAMENTO ANTECIPADO

A composição desses itens incluídos na rubrica "Credores comerciais e outras contas a pagar" da demonstração da situação financeira consolidada anexa é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
Faturamento antecipado (Nota 3.c)	376.155	304.945
Adiantamento de clientes	139.580	192.660
	515.735	497.605

O faturamento antecipado é composto pelas faturas emitidas por conta, de acordo com as condições temporárias estipuladas nos contratos de obra atualmente em andamento.

Os adiantamentos de clientes se referem, basicamente, aos valores pagos por antecipado pelos clientes antes de ser iniciada a execução dos respectivos contratos. Esses adiantamentos vão sendo descontados do faturamento efetuado durante a prossecução desses contratos.

18. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS NO LONGO PRAZO

O movimento e a composição das rubricas "Impostos diferidos ativos" e "Impostos diferidos passivos" da demonstração da situação financeira consolidada anexa durante os exercícios de 2015 e de 2014 são os seguintes:

	31/12/2013	Transferências	Crédito/ débito na conta de resultados	Crédito/ débito na reserva de avaliação de ativos e passivos	31/12/2014	Transferências	Crédito/ débito na conta de resultados	Crédito/ débito na reserva de avaliação de ativos e passivos	Diferenças de conversão	Saídas do perímetro	31/12/2015
Impostos diferidos ativos:											
Avaliação de instrumentos											
financeiros derivativos (Nota 15)	7.860	156	-	3.129	11.145	41	-	(122)	283	-	11.347
imobilizado tangível/intangível	7.117	9	(1.305)	-	5.821	7.789	(1.509)	(12)	-	(298)	11.791
Créditos fiscais	15.518	35	2.978	-	18.531	(3.455)	(3.003)	-	(524)	-	11.549
Deduções e bonificações											
pendentes de aplicar	4.181	259	(544)	-	3.896	1.266	(1.147)	-	-	-	4.015
Perdas sucursais exterior	9.050	-	(2.209)	-	6.841	(24)	2.014	-	-	-	8.831
Provisões não dedutíveis											
(Nota 16)	8.009	2.277	(1.080)	-	9.206	460	5.737	-	-	-	15.403
Outros impostos diferidos ativos	22.532	(2.737)	3.020	-	22.815	(6.077)	1.885	-	(1.126)	-	17.497
	74.267	(1)	860	3.129	78.255	-	3.977	(134)	(1.367)	(298)	80.433
Impostos diferidos passivos:											
Imobilizado tangível/intangível											
Fundo de comércio	-	7.249	4.825	-	12.074	8.671	1.633	-	(2.098)	-	20.280
Avaliação de instrumentos	-	10.475	(1.175)	-	9.300	(6.297)	301	-	-	-	3.304
financeiros derivativos (Nota 15)											
Operação de alienação da	158	-	-	848	1.006	-	-	2.032	(347)	-	2.691
Enerfin Enervento, S.A.	9.645	(2.649)	-	-	6.996	(200)	-	-	-	-	6.796
Provisões de carteira	14.416	(684)	(13.732)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dedução prêmio de emissão	2.849	-	(475)	-	2.374	-	-	-	-	-	2.374
Outros impostos diferidos passivos	34.560	(14.394)	6.656	-	26.822	300	6.200	-	(1.806)	-	31.516
	61.628	(3)	(3.901)	848	58.572	2.474	8.134	2.032	(4.251)	-	66.961

Os ativos e passivos por impostos diferidos cujo prazo de realização ou de reversão for inferior a 12 meses são pouco significativos.

Os capítulos "Impostos diferidos ativos – Imobilizado tangível/intangível" e "Impostos diferidos passivos – Imobilizado tangível/intangível" do quadro anterior incluem, principalmente, as diferenças temporárias surgidas como consequência das diferenças entre o valor contábil e fiscal de diferentes elementos do imobilizado tangível e do ativo intangível, bem como as diferenças temporárias derivadas das diferenças entre a amortização contábil e fiscal destes elementos do ativo não corrente (Notas 8 e 9).

Os capítulos "Impostos diferidos ativos – Créditos fiscais" e "Impostos diferidos ativos – Deduções e bonificações pendentes de aplicar" do quadro anterior incluem, respectivamente, os créditos fiscais por bases tributáveis negativas e deduções pendentes de compensação por parte de diversas sociedades do Grupo que foram ativados por serem considerados pelos Administradores da Sociedade controladora recuperáveis com as receitas previstas que serão obtidas pelas mesmas nos próximos exercícios.

O capítulo "Impostos diferidos ativos – Provisões não dedutíveis" do quadro anterior inclui, principalmente, o impacto fiscal dos ajustes ao resultado contábil como consequência de diferentes provisões que não se consideraram dedutíveis no momento do seu registro contábil (Notas 12.a e 16).

Os capítulos "Impostos diferidos ativos – Outros impostos diferidos ativos" e "Impostos diferidos passivos – Outros impostos diferidos



passivos" do quadro anterior inclui, principalmente, o impacto fiscal de diferentes receitas e despesas cujo efeito fiscal não coincide com o momento de seu registro contábil, bem como as diferenças temporárias surgidas como consequência das diferenças entre o valor contábil e fiscal de determinados ativos, principalmente ativos financeiros (Nota 11).

O capítulo "Impostos diferidos passivos – Operação de alienação da Enerfin Enervento, S.A." do quadro anterior corresponde ao impacto fiscal da mais-valia obtida apenas em nível consolidado pelo Grupo em virtude do aumento de capital com prêmio de emissão da mesma assinada por um terceiro em 2005.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2015 os créditos fiscais por bases tributáveis negativas ativadas, bem como os ativos e passivos por impostos diferidos por entidades/subgrupos são detalhados a seguir:

Milhares de euros	Créditos fiscais	2015	Passivo por
		Ativo por imposto diferido	imposto diferido
	▼	▼	▼
Elecnor, S.A.	1.016	26.078	3.689
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.A.	4.170	5.514	-
Subgrupo Celeo	1.634	16.956	30.496
Subgrupo Enerfin	2.007	22.272	25.234
Audeca	-	239	4.683
Elecnor Brasil	2.526	2.526	2.630
Resto	196	6.848	229
	11.549	80.433	66.961

Milhares de euros	Créditos fiscais	2014	Passivo por
		Ativo por imposto diferido	imposto diferido
	▼	▼	▼
Elecnor, S.A.	1.265	20.365	3.812
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.A.	4.152	5.513	-
Subgrupo Celeo	1.966	17.546	23.622
Subgrupo Enerfin	937	22.450	24.756
Audeca	-	273	5.176
Elecnor Brasil	1.861	1.861	-
Resto	8.350	10.247	1.206
	18.531	78.255	58.572

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhamento das bases tributáveis negativas em milhares de euros não ativadas das entidades/grupos fiscais mais significativos, bem como a sua data de validade, é como segue:

2015	Bases tributáveis negativas a compensar não ativadas	Ano de validade
	▼	▼
Celeo Redes	4.250	sem vencimento
Elecnor Chile	7.107	sem vencimento
Montelecno	5.461	2019
Elecno Argentina	4.701	2019-2020
Elecno, INC	28.160	sem vencimento
	49.679	

2014	Bases tributáveis negativas a compensar não ativadas	Ano de validade
Atersa	8.261	2031
Elecnor Argentina	3.088	2019
Elecnor, INC	16.522	sem vencimento
	27.871	

19. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A composição das rubricas "Ativo corrente – Administrações Públicas devedoras" e "Fazenda Nacional, devedora por Imposto sobre Sociedades" e "Outras dívidas – Administrações Públicas credoras" e "Fazenda Nacional, credora por Imposto sobre Sociedades" do ativo e do passivo, respectivamente, da demonstração da situação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são as seguintes:

	Milhares de euros	
	2015	2014
Administração Pública, devedora-		
Fazenda Nacional, devedora por IVA	14.147	34.148
Fazenda Nacional, devedora por IRPF	15	-
Fazenda Nacional, retenções e pagamentos por conta	14.408	15.622
Fazenda Nacional, devedora por Imposto sobre Sociedades	6.901	1.716
Fazenda Nacional, devedora por diversos itens (*)	16.528	19.911
Organismos da Seguridade Social, devedores	3.174	860
Subvenções	7	-
Total	55.180	72.257
Administração Pública, credora-		
Fazenda Nacional, credora por IVA	25.223	16.999
Fazenda Nacional, credora por retenções efetuadas	8.387	13.015
Fazenda Nacional, credora por Imposto sobre Sociedades	19.016	16.824
Fazenda Nacional, credora por outros itens (*)	17.758	17.233
Organismos da Seguridade Social, credores	10.003	8.257
Total	80.387	72.328

(*) Principalmente provenientes das UTEs e das filiais exteriores.

No encerramento do exercício de 2015, a Sociedade controladora tem abertos para inspeção os exercícios desde 2012 para todos os impostos aos quais está sujeita, salvo o imposto sobre sociedades que tem aberto desde o exercício de 2011. Como consequência das diferentes interpretações que possam ser feitas à norma fiscal em vigor, poderiam existir determinados passivos de caráter contingente que não são susceptíveis de quantificação objetiva. Não obstante, os Administradores da Sociedade controladora consideram que foram feitas adequadamente as liquidações dos referidos impostos, pelo que, mesmo em caso de surgirem discrepâncias na interpretação da regulamentação em vigor pelo tratamento fiscal concedido às operações, os eventuais passivos resultantes, em caso de se materializarem, não afetariam de modo significativo as demonstrações financeiras consolidadas em anexo.



O quadro que é apresentado a seguir estabelece a determinação da despesa gerada pelo Imposto sobre Sociedades nos exercícios de 2015 e de 2014, que é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
Resultado consolidado antes de impostos	128.760	115.954
Despesas não dedutíveis	3.908	4.227
Receitas não computáveis (**)	(28.565)	(6.248)
Resultado líquido de sociedades integradas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	(3.038)	17.786
Outros	(837)	-
Reserva de capitalização	(1.764)	
Créditos fiscais não ativados aplicados	-	(3.132)
Bases tributáveis negativas não ativadas	17.728	9.885
Resultado contábil ajustado	116.129	138.472
Imposto bruto calculado pela taxa tributária em vigor em cada país (*)	40.176	46.040
Deduções da quota por incentivos fiscais e outras	(2.832)	(2.338)
Regularização da despesa por Imposto sobre Sociedades do exercício anterior	947	960
Ativação bases tributáveis de exercícios anteriores	-	(1.963)
Efeito mudança alíquota em impostos diferidos	-	2.451
Outros ajustes	136	(200)
Despesa gerada por Impostos sobre os ganhos	38.427	44.950

(*) As diferentes sociedades estrangeiras controladas consolidadas pelo método de consolidação global calculam a despesa por Imposto sobre Sociedades, bem como as quotas resultantes dos diferentes impostos que lhe são aplicáveis, em conformidade com suas correspondentes legislações, e de acordo com as taxas tributáveis em vigor em cada país.

(**) As receitas não computáveis relativas ao exercício de 2015 correspondem, principalmente, aos ajustes ao resultado contábil por receitas por alienação de participações financeiras que são isentas de tributação (Notas 2.g e 13), bem como pelas receitas derivadas de sucursais e UTEs no exterior.

A Lei 27/2014, de 27 de novembro de 2014, do Imposto sobre Sociedades, aprovada em 28 de novembro de 2014 e que significa uma completa revisão da anterior norma reguladora do referido Imposto, entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015. Entre as numerosas alterações normativas introduzidas pela mencionada norma nova, destaca-se a isenção para evitar a dupla tributação sobre dividendos e rendas derivadas da transmissão de valores representativos dos fundos próprios de entidades residentes e não residentes em território espanhol, bem como a alteração da taxa tributária, que passou a ser de 28% para 2015 e de 25% desde 2016 em diante.

A seguir são detalhados os principais componentes da despesa incorrida por Impostos sobre os ganhos nos exercícios de 2015 e de 2014:

	Milhares de euros	
	2015	2014
Imposto corrente	▼	▼
Do exercício	33.187	48.951
Ajustes de exercícios anteriores	947	960
Outros ajustes	136	(200)
Imposto diferido		
Valor da despesa (receita) por impostos diferidos relacionado com o nascimento e a reversão de diferenças temporárias	4.157	(4.761)
Despesa gerada por Impostos sobre os ganhos	38.427	44.950

Do mesmo modo, a seguir é detalhada a quantia e a data de validade das diferenças temporárias dedutíveis, perdas ou créditos fiscais para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos no balanço em 31 de dezembro de 2014 e de 2015 (em milhares de euros):

Bases tributáveis negativas a compensar	31/12/2015
Ano de validade:	▼
2019	2.281
2020	7.892
2022	2.139
2023	519
Sem vencimento	43.484
Total	56.315

Bases tributáveis negativas a compensar	31/12/2014
Ano de validade:	▼
2019	3.088
2022	2.284
2023	253
2029	779
2030	252
2031	8.494
2032 e seguintes	23.447
Total	38.597

Créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar	31/12/2015
Ano de validade:	▼
2017	75
2027	626
2028	890
2029	451
2030	124
2031	141
Sem vencimento	2.645
Total	4.952



Créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar	31/12/2014
Ano de validade:	▼
2017	1.021
2018	137
2019	1.056
2020	458
2021	340
2025	77
2026	253
2027	960
2028	954
2029	530
2030	173
2031	164
Total	6.123

As bases tributáveis negativas a compensar e os créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar acima descritos foram gerados por diferentes sociedades pertencentes ao Grupo ELECNOR e a sua recuperabilidade futura está condicionada à obtenção de bases tributáveis positivas suficientes por parte das próprias sociedades que os geraram.

Como consequência das diferentes interpretações que possam ser feitas à norma fiscal em vigor, poderiam existir determinados passivos de caráter contingente que não são susceptíveis de quantificação objetiva. No entanto, segundo a opinião dos Administradores da Sociedade controladora, a possibilidade de que em futuras inspeções sejam materializados esses passivos contingentes nas sociedades do Grupo é remota, e, em qualquer caso, a dívida tributária que pudesse derivar deles não afetaria significativamente as demonstrações financeiras do Grupo ELECNOR.

20. GARANTIAS COMPROMETIDAS COM TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o risco por avais recebidos e fianças de licitação, boa execução ou garantia de obras, correspondentes, principalmente, à Sociedade controladora, e o seu detalhamento, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
De execução de obras	546.113	607.363
De adiantamentos de contratos:		
Em vigor	198.300	290.592
Pendentes de cancelar	929	3.422
Em garantia de obras	264.239	111.422
De licitação de obras	72.579	47.703
Outros	16.206	10.406
Total	1.098.366	1.070.908

Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade controladora prestou avais no valor de €92.000.000 para o cliente EDC Electricidad Car a título de garantia de execução de obra e adiantamento de contratos (€97.000.000 em 2014).

Durante o exercício de 2014, a Sociedade controladora conta com avais no valor total de €198.000.000 como garantia da correta execução da construção de uma usina de ciclo combinado na Venezuela (Nota 12), bem como em garantia de concessão de facilidades creditícias a favor de sua filial na Venezuela.

Os Administradores da Sociedade controladora estimam que os passivos que possam ser originados pelos avais prestados, se houver, não significariam perdas significativas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

21. RECEITAS E DESPESAS

Valor líquido do volume de negócios-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2015 e de 2014 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
Contratos de construção e prestação de serviços	1.723.707	1.576.081
Venda de bens e energia	157.536	147.647
Total	1.881.143	1.723.728

Aprovisionamentos-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2015 e de 2014 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
Compras de matérias-primas e outros aprovisionamentos	962.318	765.668
Variação de estoques comerciais, matérias-primas e outros estoques	5.294	5.037
Total	967.612	770.705

Outras despesas operacionais-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2015 e de 2014 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
Serviços externos	289.693	282.079
Tributos	38.795	35.636
Outras despesas de gestão	4.628	2.907
Total	333.116	320.622

Despesas com pessoal-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2015 e de 2014 é o seguinte:



	Milhares de euros	
	2015	2014
Salários e ordenados	395.736	384.064
Seguridade Social a cargo da empresa	83.261	78.412
Outras despesas sociais	34.346	28.702
Total	513.343	491.178

O número médio de pessoas empregadas no decurso dos exercícios de 2015 e de 2014, distribuído por categorias, foi o seguinte:

	Número médio de funcionários	
	2015	2014
Alta Diretoria (Nota 25)	6	6
Diretoria	21	19
Área Técnica	2.659	2.544
Área de Administração	1.461	1.363
Chefias intermédias	1.092	1.162
Oficiais	5.290	5.575
Especialistas	873	723
Serventes	872	1.276
Subalternos	318	555
Total	12.592	13.223

Do quadro de funcionários médio do Grupo durante 2015 e 2014, 4.813 e 4.182 pessoas, respectivamente, possuíam contratos de caráter eventual.

Do mesmo modo, a distribuição por sexos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, detalhada por categorias, é a seguinte:

Categorias	31/12/2015		31/12/2014	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alta Diretoria (Nota 25)	6	-	6	-
Diretoria	18	1	19	-
Área Técnica	2.252	465	2.106	457
Área de Administração	644	853	594	759
Chefias intermédias	1.076	31	1.050	33
Oficiais	4.936	120	5.323	62
Especialistas	1.006	29	706	9
Serventes	922	70	914	70
Subalternos	263	48	301	70
Total	11.123	1.617	11.019	1.460

O número médio de pessoas empregadas pela Sociedade controladora, com deficiência maior ou igual a 33%, detalhado por categorias, é o seguinte:

	2015	2014
Categorias	▼	▼
Área Técnica	9	10
Área de Administração	8	10
Especialistas	2	2
Chefias intermédias	4	3
Oficiais	14	16
Serventes	1	-
Total	38	41

A Elecnor, S.A. fechou o exercício de 2015 com um quadro de funcionários de 6.652 pessoas na Espanha, das quais 38 são portadoras de deficiência, o que significa um 0,57% do quadro de funcionários na Espanha. Elecnor, S.A., tem concedida a excepcionalidade através de medidas alternativas. As compras realizadas no Centro Especial de Empleo e certificadas durante o exercício de 2015 ascenderam a € 1.963.000, o que equivaleria a uma contratação adicional de 1,46% do quadro de funcionários com deficiência. Com tudo isso, seria um total de 2,03%, superando assim a quota de cumprimento obrigatório (2%).

Amortizações e provisões-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2015 e de 2014 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
	▼	▼
Dotações para amortizações de ativos tangíveis (Nota 9)	61.436	62.973
Dotações para amortizações de ativos intangíveis (Nota 8)	6.131	6.369
Varição de provisões para riscos e despesas (Nota 16)	(852)	4.332
Varição de deteriorações de contas a receber (Nota 12)	16.481	17.031
Deterioração imobilizado tangível	1.921	18
Varição de outras provisões	14.400	3.285
Total	99.877	94.008

Receias financeiras-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2015 e de 2014 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
	▼	▼
Receitas de outros valores negociáveis e créditos com terceiros	5.536	5.354
Outras receitas financeiras e receitas semelhantes (Notas 11 e 12)	71.370	74.129
Total	76.906	79.483

Durante o exercício de 2015 foi capitalizado um valor de € 16.000.000 (€ 6.000.000 em 2014) a título de juros, sendo a taxa de capitalização de 6% aproximadamente em ambos os exercícios.



Despesas financeiras-

O detalhamento deste saldo das contas de resultados consolidadas dos exercícios de 2015 e de 2014 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
Despesas financeiras com instituições de crédito (*)	89.134	87.347
Outras despesas financeiras	3.599	3.980
	92.733	91.327

(*) Derivados principalmente dos "Project Finance" dos parques eólicos e fotovoltaicos, das sociedades concessionárias, dos empréstimos sindicados da Elecnor, S.A. e dos Swaps de taxa de juros (IRS) (Notas 14 e 15).

As despesas financeiras se referem, quase totalmente, com a aplicação do método da taxa de juros efetiva aos passivos financeiros na categoria de empréstimos e contas a pagar.

22. INTERESSES EM NEGÓCIOS CONJUNTOS - UNIÕES TEMPORÁRIAS DE EMPRESAS

Tal como é indicado na Nota 2.a, no exercício de 2015 e de 2014 o balanço e a demonstração dos resultados das Uniões Temporárias de Empresas, nas quais participam a Elecnor, S.A. ou suas sociedades controladas, são incorporados pelo método de consolidação proporcional nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, de acordo com o disposto na NIC 31.

A relação das Uniões Temporárias de Empresas (UTE), a percentagem de participação do Grupo, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, bem como o valor da obra executada em 2015 e em 2014 e a carteira de encomendas no encerramento, são incluídos no Anexo II destas demonstrações financeiras consolidadas.

A contribuição das Uniões Temporárias de Empresas para as diferentes rubricas da demonstração da situação financeira e da conta de resultados (consolidadas) em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 anexas foi a seguinte:

	Milhares de euros			Milhares de euros	
	2015	2014		2015	2014
ATIVO			PASSIVO		
Imobilizado intangível	-	3	Resultado exercício	10.590	9.341
Imobilizado tangível	1.975	1.472	Credores no longo prazo	0	164
Imobilizado financeiro	10	322	Credores e dívidas no curto prazo	123.039	77.786
Estoques	5.647	3.323			
Devedores	103.703	45.621			
Investimentos financeiros temporários	(319)	(589)			
Tesouraria	20.475	34.149			
Ajustes por periodização	2.138	2.990			
Total	133.629	87.291	Total	133.629	87.291

	Milhares de euros	
	2015	2014
Conta de Resultados	▼	▼
Valor líquido volume de negócios	101.265	101.262
Aprovisionamentos	(67.022)	(67.544)
Receitas acessórias	259	657
Despesas com pessoal	(5.313)	(6.775)
Serviços externos	(11.268)	(12.059)
Tributos	(1.824)	(1.075)
Perdas por deterioração e variação de provisões por operações comerciais	113	(688)
Dotação para a amortização	(177)	(285)
Deterioração e resultado por alienação de imobilizado	-	(1)
Receias financeiras	57	65
Despesas financeiras	(3.081)	(2.926)
Diferenças de câmbio	181	151
Impostos estrangeiros	(2.600)	(1.441)
Total	10.590	9.341

23. CARTEIRA DE ENCOMENDAS

A carteira de encomendas pendente de executar em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 pela Sociedade controladora, excluídas as Uniões Temporárias de Empresas (Nota 22) e detalhada por linhas de negócio, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2015	2014
Por Áreas Geográficas	▼	▼
Nacional	307.748	346.649
Exterior	1.798.694	1.654.241
Total	2.106.442	2.000.890
Por Atividades		
Eletricidade	675.461	888.355
Instalações	42.829	24.966
Gás	167.822	58.448
Geração de Energia	910.711	785.007
Ferrovias	71.779	70.714
Construção	121.505	41.883
Meio ambiente e água	12.302	12.607
Telecomunicações e sistemas	70.825	94.775
Manutenção	33.208	24.135
Total	2.106.442	2.000.890

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015 a carteira de encomendas pendente de executar pelas sociedades controladas ascende a € 396.003.000 (€ 415.880.000 em 2014), basicamente relacionada com as realizadas para empresas do setor elétrico.



24. REMUNERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a) Remunerações e outros proventos do Conselho de Administração-

Durante o exercício de 2015, os membros do Conselho de Administração da Sociedade controladora receberam remunerações no valor de € 7.215.000 por todos os itens (€ 7.042.000 no exercício de 2014). Essas remunerações incluem as decorrentes da sua qualidade de pessoal diretivo.

A Sociedade controladora satisfaz um valor de € 17.000, aproximadamente, a título de seguros de vida contratados a favor dos membros antigos ou atuais do Conselho de Administração (€ 30.000 no exercício de 2014).

Do mesmo modo, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Sociedade controladora não tinha contraídas obrigações em matéria de pensões, nem garantias com os membros antigos ou atuais do referido Órgão de Administração, bem como nenhum crédito concedido.

Em 31 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Sociedade controladora é composto por 14 membros, sendo um deles mulher. Em 31 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Sociedade controladora é composto por 12 membros, todos homens.

b) Situações de conflito de interesse dos Administradores-

Os Membros do Conselho de Administração da Elecnor, S.A., e as pessoas ligadas aos mesmos, não incorreram em nenhuma situação de conflito de interesse que devesse ser objeto de comunicação, de acordo com o disposto no Artigo 229 do TRLSC.

25. REMUNERAÇÕES DA ALTA DIRETORIA

Os custos com o pessoal (remunerações em dinheiro, em espécie, Seguridade Social, etc.) dos Diretores-Gerais da Sociedade controladora e pessoas que desempenham funções semelhantes – excluídos aqueles que, simultaneamente, têm a condição de membros do Conselho de Administração (cujas remunerações foram detalhadas antes) – durante os exercícios de 2015 e de 2014, ascendem a aproximadamente € 1.967.000 e € 2.124.000, respectivamente.

Nos exercícios de 2015 e de 2014 não foram verificadas outras operações com diretores alheias ao andamento normal do negócio. Todos os Diretores-Gerais da Sociedade controladora são homens em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Todos os saldos significativos mantidos no encerramento do exercício entre as entidades consolidadas e o efeito das transações realizadas entre si, ao longo do exercício, foram eliminados no processo de consolidação (Nota 2.f).

As condições das transações com as partes relacionadas são equivalentes às que ocorrem em transações feitas em condições de mercado. As transações efetuadas pelo Grupo com as sociedades participadas não consolidadas por consolidação global ou proporcional, e com as sociedades não incluídas no perímetro de consolidação durante o exercício de 2015 e de 2014, são as seguintes:

Exercício de 2015	Milhares de euros			
	Aprovisionamentos	Serviços externos	Vendas e outras receitas operacionais	Receitas financeiras
Pelo método de equivalência patrimonial:				
Cosemel Ingeniería, A.I.E.	-	-	14	258
Dioxipe Solar, S.L.	-	-	5.659	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	324	-	10.784	216
Gasoducto de Morelos S.A.	-	-	1.028	2.400
Sociedad Aguas Residuales Pirineos, S.A.	-	-	1	-
Morelos EPC	-	-	3.191	-
Outras sociedades:				
Centro Logístico Huerta del Peñón, S.L.	-	-	7	7
Fundación Elecnor	-	600	3	-
Total	324	600	20.687	2.881

Exercício de 2014	Milhares de euros			
	Aprovisionamentos	Serviços externos	Vendas e outras receitas operacionais	Receitas financeiras
Pelo método de equivalência patrimonial:				
Cosemel Ingeniería, A.I.E.	-	-	43	-
Dioxipe Solar, S.L.	-	-	5.369	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	-	-	9.339	837
Eólica Montes de Cierzo, S.L.	-	-	15	-
Eólica La Bandera, S.L.	-	-	34	-
Eólico Caparroso, S.L.	-	-	6	-
Eólica Cabanillas S.L.	-	-	2	-
Gasoducto de Morelos S.A.	-	-	82	1.495
Sociedad Aguas Residuales Pirineos, S.A.	-	-	3	-
Outras sociedades:				
Centro Logístico Huerta del Peñón, S.L.	-	-	-	7
Enertel, S.A. de C.V.	654	2.434	949	-
Fundación Elecnor	54	400	-	2
Total	708	2.834	15.842	2.341

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a composição dos saldos a receber e a pagar a estas sociedades participadas não consolidadas por consolidação global ou proporcional, e com as sociedades não incluídas no perímetro de consolidação, decorrentes das operações anteriores, é a seguinte:



	2015			2014		
	Contas a receber		Contas a pagar	Contas a receber		Contas a pagar
	Outros investimentos financeiros (Nota 11)	Devedores comerciais, empresas vinculadas e investimentos em empresas vinculadas a curto prazo	Credores comerciais, empresas coligadas e vinculadas	Outros investimentos financeiros (Nota 11)	Devedores comerciais, empresas vinculadas e investimentos em empresas vinculadas a curto prazo	Credores comerciais, empresas coligadas e vinculadas
Milhares de euros						
Pelo método de equivalência patrimonial:						
Eólica La Bandera, S.L.	-	-	-	-	4	-
Eólica Caparrosa, S.L.	-	-	-	-	3	-
Eólica Montes del Cierzo, S.L.	-	-	-	-	1	-
Cosemel Ingeniería, A.I.E.	-	7	5	-	4	5
Sociedad Aguas Residuales Pirineos, S.A.	-	1	-	-	5	-
Dioxipe Termosolar, S.L.	28.160	4.967	-	25.092	9.789	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	119	2.124	-	41.060	35.645	-
Gasoducto Morelos S.A.P.I. de CV	29.026	2.226	-	16.700	3.257	-
Brilhante Transmissora de Energia, S.A.	-	138	-	-	738	-
Morelos EPC	-	1.260	-	-	-	-
Outras sociedades:			-			
Fundación Elecnor	-	-	-	-	2	-
Centro Logístico Huerta del Peñón, S.L.	-	258	-	-	261	-
Elecen, S.A. de C.V.	-	-	-	-	9	259
Elecnor Perú, S.A.	-	-	-	-	617	-
Enervento, S.A.	-	-	-	-	3	-
Enervento, Ventos do Faro Farelo, S.A.	-	13	-	-	13	-
Enertel, S.A. de C.V.	-	-	-	-	724	860
Ace Omnistal - Elecnor	-	-	-	-	3	96
Cantiles XXI, S.L. (Nota 5)	-	-	2.361	-	-	2.278
Consortio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.A.	250	-	-	250	-	-
	57.555	10.994	2.366	83.102	51.078	3.498

A Elecnor, S.A. concluiu em 2013 a construção das usinas termosolares para a Dioxipe Solar, S.L. e para a Aries Solar Termoeléctrica, S.L. Em 31 de dezembro de 2015 o valor pendente de pagamento à Elecnor, S.A., por parte da sociedade Aries Solar Termoeléctrica, S.L. em virtude dos contratos de construção e pelos últimos faturamentos realizados, ascende a €2.105.000, aproximadamente, (€33.855.000 em 31 de dezembro de 2014), e consta registrado na rubrica "Devedores comerciais, empresas vinculadas" da demonstração da situação financeira consolidada na mencionada data em anexo.

Em 31 de dezembro de 2015 a sociedade Bestinver Gestión, S.A., S.G.I.I.C. tem uma participação significativa na Elecnor, S.A., Sociedade controladora do GRUPO ELECNOR. Durante o exercício não foi realizada nenhuma transação com a referida sociedade, nem há saldos pendentes de cobrança ou pagamento em 31 de dezembro de 2015.

27. HONORÁRIOS POR SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES DE CONTAS

Durante o exercício de 2015 e 2014, os honorários relativos aos serviços de auditoria de contas e a outros serviços prestados pelo auditor da Sociedade controladora, a KPMG Auditores, S.L., ou por uma empresa vinculada ao auditor por controle, propriedade comum ou gestão foram os seguintes (em milhares de euros):

Exercício de 2015	Milhares de euros	
	Serviços prestados pelo auditor principal	Serviços prestados por outras firmas de auditoria
Descrição	▼	▼
Serviços de Auditoria	578	473
Outros serviços de Verificação	220	-
Total serviços de Auditoria e Relacionados	798	473
Serviços de Assessoria Fiscal	16	59
Outros serviços	125	271
Total Serviços Profissionais	939	803

Exercício de 2014	Milhares de euros	
	Serviços prestados pelo auditor principal	Serviços prestados por outras firmas de auditoria
Descrição	▼	▼
Serviços de Auditoria	578	472
Outros serviços de Verificação	90	-
Total serviços de Auditoria e Relacionados	668	472
Serviços de Assessoria Fiscal	19	12
Outros serviços	64	129
Total Serviços Profissionais	751	613

28. LUCROS POR AÇÃO

Os lucros básicos por ação correspondentes aos exercícios de 2015 e de 2014 são os seguintes:

	2015	2014
Lucro líquido atribuível (Milhares de euros)	▼ 65.662	▼ 58.542
Número de ações totais em circulação	87.000.000	87.000.000
Menos – Ações próprias (Nota 13 d)	(2.483.110)	(2.471.032)
Número médio ponderado de ações em circulação	84.516.890	84.528.968
Lucros básicos por ação (euros)	0,78	0,69



Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Elecnor, S.A., Sociedade controladora do Grupo ELECENOR, não emitiu instrumentos financeiros nem outros contratos que dão direito ao seu possuidor a receber ações ordinárias da Sociedade. Como consequência, os lucros diluídos por ação coincidem com os lucros básicos por ação.

29. INFORMAÇÃO AMBIENTAL

Dada a importância que o respeito ao Meio Ambiente tem na manutenção e melhoria de vida da atual e das futuras gerações, a Diretoria da Sociedade vem desenvolvendo boas práticas ambientais, partindo da base do cumprimento da legislação ambiental. Com a entrada em vigor da Norma UNE-EN ISO 14001 no ano de 1996, a Sociedade incorpora a Gestão Ambiental ao modo de gestão da empresa, com o compromisso de melhorar de forma contínua o impacto ambiental de nossos produtos/serviços e processos produtivos.

As principais atuações em instalações e atividades do Grupo são as que se descrevem a seguir:

Gestão ambiental-

O Grupo consolidou a implantação de Sistemas de Gestão Ambiental, mantendo a certidão da AENOR conforme a norma UNE-EN ISO 14001: 2004 para cada uma das seguintes Subdireções Gerais e Diretorias:

- Subdireção Geral de Energia (GA-2000/0294)
- Subdireção Geral de Grandes Redes (GA-2000/0295)
- Delegações Norte (GA-2002/0183)
- Diretoria Leste (GA-2002/0225)
- Diretoria Centro (GA-2003/0220)
- Diretoria Nordeste (GA-2004/0031)
- Diretoria Sul (GA-2004/0273)
- Elecnor Meio Ambiente (GA-2004/0030)

Do mesmo modo, no exercício de 2015 foi consolidado o Sistema de Gestão Energética UNE-EN ISO 50001 para Elecnor S.A.(GE-033/2013).

Atuações ambientais-

Dentro do exercício de 2015, foram desenvolvidas diversas atuações visando diminuir os níveis de contaminação sonora, redução e melhorias na gestão de resíduos, redução do consumo de papel e aumento do uso de papel reciclado nos escritórios e armazéns, bem como o fomento e o desenvolvimento de atividades destinadas a uma eficiente Gestão da Energia, o que tem como resultado o respeito e o cuidado integral do ambiente em todas e cada uma das atividades desenvolvidas pela empresa.

Durante o exercício de 2015, visando melhorar a gestão ambiental e energética, a Elecnor quantificou e verificou pela AENOR as emissões GEI (Gases Efeito Estufa) de suas atividades, o que representa um ponto de referência na hora de formular estratégias destinadas à redução das emissões.

30. INFORMAÇÃO SOBRE O PERÍODO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES. DISPOSIÇÃO FINAL SEGUNDA DA LEI 31/2014, DE 3 DE DEZEMBRO

A Lei 15/2010, de 5 de julho, de alteração da Lei 3/2004, de 29 de dezembro, pela qual são estabelecidas medidas de luta contra a inadimplência nas operações comerciais, estabeleceu, entre outras questões, umas restrições aos prazos máximos de pagamento das companhias.

Nesse contexto, o Grupo Elecnor constituiu um grupo de trabalho integrado pelos departamentos de sistemas de informação, controle de gestão, contabilidade geral, assessoria jurídica e tesouraria que visa conciliar o disposto na mencionada Lei com os procedimentos e sistemas do Grupo. Como resultado dos trabalhos realizados, foi elaborada uma nota interna, que foi distribuída às Diretorias de Negócio e às Filiais do Grupo no mês de julho de 2010, na qual, e entre outras questões, era estabelecido o seguinte:

- Para contratos anteriores a 7 de julho de 2010 seriam mantidas as condições pactuadas com o fornecedor.
- Para contratos posteriores a 7 de julho de 2010, as condições pactuadas no contrato em nenhum caso poderão ultrapassar os prazos de pagamento máximos estabelecidos pela Lei, e que para o período que vai desde 31 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2015, situam-se em 60 dias, tanto com caráter geral quanto para obra civil.
- Exigência aos clientes, além disso, do cumprimento dos prazos estabelecidos pela Lei.

A seguir é detalhada a informação requerida pela disposição final segunda da Lei 31/2014 de 3 de dezembro, que altera a disposição adicional terceira da mencionada Lei 15/2010 de 5 de julho, que foi preparada de acordo com a resolução do Instituto de Contabilidade e Auditoria de Contas do dia 29 de janeiro de 2016:

	Dias
	▼
Período médio de pagamento a fornecedores	62
Rácio das operações pagas	69
Rácio das operações pendentes de pagamento	40
	Contravalor em Milhares de euros
Total pagamentos realizados	786.415
Total pagamentos pendentes	206.862

Os dados mostrados no quadro anterior sobre pagamentos a fornecedores se referem aos das sociedades espanholas do conjunto consolidável que, por sua natureza, são credores comerciais por dívidas com fornecedores de bens e serviços, de modo que incluem os dados relativos às rubricas "Credores comerciais e outras contas a pagar - Dívidas por compras ou por prestação de serviços" do passivo circulante da demonstração da situação financeira consolidada.



DADOS DE EMPRESAS 2015

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2015	Sede	Auditor	Atividade	% de	Capital	Reservas	Resultado	Dividendo
				Participação				
Sociedades participadas consolidadas				Direta ou	Subscrito		Exercício	do Exercício
Por consolidação global				Indireta			de 2015	de 2015
Aerogeneradores del Sur, S.A. (*)	Sevilha	Deloitte	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	76,00%	2.912	2.829	440	-
Alto Jahuel Transmisora de Energía, S.A. (*)	Chile	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	50,99%	50.325	14.189	9.453	-
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.L. (ATERSA)	Valência	Deloitte	Energia solar	100,00%	24.535	(852)	(828)	-
Área 3 Equipamiento y Diseño del Interiorismo, S.L.U.	Madrid	***	Obras de design de interiores	100,00%	12	417	12	-
Audeca, S.L.U.	Madrid	KPMG	Restauração e reflorestamento do meio natural e exploração de estradas.	100,00%	132	2.257	754	(700)
Barcaldine Remote Community Solar Farm PTY, LTD	Austrália	ESV	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100,00%	4.889	(107)	(23)	-
Belco Elecnor Electric, Inc. (*)	EUA	RP&B	Instalações elétricas	100,00%	14.964	(9.779)	(2.683)	-
Bulgana Wind Farm PTY LTD (*)	Austrália	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	00,00%	1.819	(956)	(39)	-
Caiua Transmissora De Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%	30.713	(10.301)	1.334	-
Cantareira Transmissora De Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%	32.910	(5.174)	58	-
Celeo Concesiones e Inversiones, S.L.U.	Madrid	KPMG	Gestão e administração de empresas	100,00%	90.344	267.412	860	-
Celeo Energia Brasil, Ltda (*) (****)	Brasil	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%	114	80	(569)	-
Celeo Energia Chile, SPA (*) (****)	Chile	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%	--	(1)	(27)	-
Celeo Energia, S.L. (*) (****)	Espanha	***	Promoção, construção e exploração de qualquer classe de energia e serviços, fornecimentos, tratamento de resíduos, etc.	100,00%	18	135	(16)	-
Celeo Redes Brasil, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Promoção, construção e exploração de instalações de energia elétrica	51,00%	344.164	(92.461)	19.229	-
Celeo Redes Chile, Ltda.	Chile	KPMG	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%	76.677	11.533	537	-
Celeo Redes, S.L.U. (*)	Madrid	KPMG	Gestão e administração de empresas	51,00%	41.101	433.320	(2.672)	-
Celeo Termosolar, S.L. (*)	Madrid	KPMG	Construção e subsequente exploração de usinas termosolares.	100,00%	3.440	5.562	2.833	-
Charrúa Transmisora de Energía, S.A. (*)	Chile	KPMG	Montagem, instalação, exploração de Nova Linha , 2 x 5 00 Charrúa – Ancoa	51,00%	23.458	111	(890)	-
CLN, S.A. (*)	Venezuela	***	Sem atividade	100,00%	385	(194)	48	-
Coqueiros Transmissora de Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%	25.468	(10.001)	129	-
Corporación Electrade, S.A.	Venezuela	Olivier D. Baylone Garrido	Construção e montagem	100,00%	799	(889)	382	-
Deimos Castilla La Mancha, S.L.U.	Ciudad Real	KPMG	Desenvolvimento de software, engenharia e assistência técnica no campo da teledeteção	100,00%	500	6.776	(5.377)	-
Deimos Engenharia, S.A.	Portugal	ESAC Espírito Santo Associados	Prestação de serviços em áreas de telecomunicações, energia aeronáutica e espacial	80,00%	250	854	9	-

EXERCÍCIO DE 2015

	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2015	Dividendo por Conta do Exercício de 2015
Deimos Space UK, Limited (*)	Inglaterra	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%	496	(126)	11	-
Deimos Space, S.L.U.	Madrid	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%	500	5.139	7.482	-
Ditra Cantabria, S.A.U.	Santander	***	Instalação de redes elétricas	100,00%	60	949	292	-
Ehisa Construcciones y Obras, S.A.	Saragoça	Luis Ruiz-Apilanez	Construção e montagem	100,00%	600	3.974	1.119	-
Elecda, URL	Argélia	***	Construção e montagem	100,00%	12	1.741	(59)	-
Elecдор, S.A.	Equador	Atig Auditores	Construção e montagem	100,00%	821	108	883	-
Eleen, S.A.	Honduras	***	Construção e montagem	100,00%	8	771	8	-
Elecfrance, SASU	França	Excellia Conseil	Estudo e realização de atividades elétricas	100,00%	1.000	(649)	149	-
Elecnor Argentina, S.A.	Argentina	KPMG	Construção e montagem	99,89%	15.223	(11.265)	(3.153)	-
Elecnor Chile, S.A.	Chile	Armando Vergara Gutiérrez	Construção e montagem	100,00%	19.507	4.477	(10.930)	-
Elecnor Do Brasil, Ltda.	Brasil	KPMG	Construção e montagem	100,00%	6.551	9.905	(6.292)	-
Elecnor Financiera, S.L. (*)	Bilbau	Deloitte	Administração e assessoria	100,00%	12.000	17.044	384	-
Elecnor Perú, S.A.	Peru	***	Construção e montagem	100,00%	51	(92)	2.039	-
Elecnor Australia PTY, Ltd.	Austrália	ESV	Gestão e administração de empresas	100,00%	2.867	(390)	(96)	-
Elecnor de Mexico, S.A.	Mexico	KPMG	Construção e montagem	100,00%	910	1.819	262	-
Elecnor Energie and Bau, GmbH	Alemanha	***	A mais ampla atividade comercial com base em engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, movimento e conservação de toda classe de obras, instalação de qualquer tipo, particularmente eficiência energética e renováveis.	100,00%	75	553	669	-
Elecnor Hawkeye, LLC (*)	EUA	***	Instalações elétricas	100,00%	10.819	1.405	(5.104)	-
Elecnor Montagens Eletricas. Ltda.	Brasil	***	Construção e montagem	100,00%	372	866	33	-
Elecnor Seguridad, S.L.	Madrid	***	Instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios	100,00%	120	640	220	-
Elecnor South Africa (PTY) Ltd.	África do Sul	***	Construção e montagem	100,00%	--	(293)	(468)	-
Elecnor, Inc	Delaware (EUA)	RP&B	Instalações	100,00%	28.996	2.227	(374)	-
Encruzo Novo Transmissora de Energia, Ltda. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%	16.662	(5.517)	499	-
Enerfera, S.R.L. (*)	Itália	***	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	100,00%	10	40	(7)	-
Enerfin Developments British Columbia, Inc. (*)	Canadá	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%	74	(22)	(9)	-
Enerfin do Brasil Sociedad de Energia, Ltda. (*)	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	100,00%	96.412	(40.918)	2.644	-
Enerfin Energy Company of Australia PTY, Ltd (*)	Austrália	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%	2.242	(1.221)	(37)	-
Enerfin Energy Company of Canada, Inc. (*)	Canadá	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%	7.281	(920)	(14)	-
Enerfin Energy Company, Inc. (*)	EUA	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%	3.275	(2.297)	(208)	-
Enerfin Enervento Exterior, S.L.U. (*)	Madrid	***	Gestão e administração de empresas	100,00%	38.772	31.630	1.729	-
Enerfin Québec Services, Inc. (*)	Canadá	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100,00%	1.259	(108)	248	-
Enerfin Rodonita Galicia, S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%	4	(2)	(0)	-



EXERCÍCIO DE 2015

	Domicílio	Auditor	Actividad	% de Participación Directa o Indirecta	Capital Suscrito	Reservas	Resultado Neto del Ejercicio 2015	Dividendo a Cuenta del Ejercicio 2015
Enerfin Sociedad de Energía, S.L.	Madrid	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100,00%	64.224	219.890	836	-
Enerfin Enervento, S.A. (*)	Madrid	Deloitte	Gestão e administração de empresas	70,00%	11.163	40.840	1.397	-
Enertel, S.A. de C.V.	Mexico	KPMG	Construção e montagem	99,99%	55	(22)	46	-
Enervento Galicia, S.L. (*)	Corunha	***	Construção, instalação, venda e gestão de parques e usinas eólicas na Galiza	59,50%	10	(8)	-	-
Eólica Montes de Cierzo, S.L. (*)	Tudela	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	70,00%	1.313	263	4.460	(1.800)
Eólica Páramo de Poza, S.A. (*)	Madrid	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	55,00%	601	11.459	(1.102)	-
Eoliennes L'Erable Commanditaire, Inc. (*)	Canadá	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%	6.433	4.167	(32)	-
Eoliennes L'Erable Commanditaire, Inc. (*) (****)	Canadá	***	Administração e assessoria	100,00%	7	(0)	(2)	-
Eoliennes de L'Érable, SEC. (*)	Canadá	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51,00%	35.920	(4.554)	3.957	-
Galicia Vento II, S.L. (*)	Lugo	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	69,44%	4	(2)	(0)	-
Galicia Vento, S.L. (*)	Lugo	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	69,44%	8.250	6.751	1.762	-
Green Light Contractors PTY, Ltd. (*)	Austrália	***	Construção de um parque fotovoltaico	100,00%	67	27	826	-
Grupo Elenor Angola	Angola	***	Atividades nas áreas das obras públicas e construção civil	55,00%	842	(36)	(12)	-
Helios Almussafes II, S.L.U. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de energias renováveis	100,00%	10	116	16	-
Helios Almussafes II, S.L.U. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de energias renováveis	100,00%	10	112	18	-
Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%	3.306	5.245	23	-
Hidroambiente, S.A.U.	Getxo (Vizcaya)	KPMG	Atividades de meio ambiente	100,00%	615	6.832	462	-
IDDE, S.A.	Madrid	***	Comercial	100,00%	1.202	77	--	-
Infraestructuras Villanueva, S.L. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	59,47%	3	0	--	-
Integração Maranhense Transmissora De Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26,01%	63.611	(21.453)	1.585	-
Investissements Eoliennes de L'Érable, Inc. (*)	Canadá	***	Administração e assessoria	100,00%	8	(5)	(2)	-
Investissements Eoliennes de L'Érable, Sec. (*)	Canadá	***	Administração e assessoria	100,00%	6.690	(1.045)	(2)	-
IQA Operations Group LTD	Escócia	KPMG	Instalações elétricas	96,88%	2.271	117	1.318	-
Jauru Transmissora De Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	16,99%	102.042	(42.035)	(136)	-
Jomar Seguridad, S.L.U.	Guadalajara	***	Venda, instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios e segurança	100,00%	60	1.399	23	-
Lambton Enerwind General Partner, Inc. (GP) (*) (****)	Canadá	***	Administração e assessoria	100,00%	599	(54)	(241)	-
Lambton Enerwind Limited Partnership (SEC) (*) (****)	Canadá	***	Promoção de parques eólicos	100,00%	1	(0)	(0)	-
Linha De Transmissão Corumba, Ltda. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%	58.929	(23.206)	341	-
LT Triangulo, SA (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%	94.601	(45.019)	6.890	-
Montagens Elétricas da Serra, Ltda.	Brasil	***	Construção e montagem	100,00%	7	162	12	-
Monteleonor, S.A.	Uruguai	Ernst & Young	Construção e montagem	100,00%	4.815	5.313	(6.165)	-

EXERCÍCIO DE 2015

	Domicílio	Auditor	Actividad	% de Participación Directa o Indirecta	Capital Suscrito	Reservas	Resultado Neto del Ejercicio 2015	Dividendo a Cuenta del Ejercicio 2015
Muiño do Vicedo, S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	94,00%	3	(2)	(0)	-
Omninstal Electricidade, S.A.	Portugal	KPMG	Construção e montagem	100,00%	1.053	1.646	165	-
Parque Eólico Cofrentes, S.L.U. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%	10	(2)	(0)	-
Parque Eólico Malpica, S.A. (*)	Corunha	Deloitte	Construção e exploração de instalações de aproveitamento energético	68,64%	950	978	10	-
Parques Eólicos Villanueva, S.L.U. (*)	Valência	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%	5.000	20.557	1.048	-
Parques Eólicos Palmares, S.A. (*)	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	80,00%	48.645	(17.698)	2.324	-
Pedras Transmissora De Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%	33.895	(13.750)	348	-
Rasacaven, S.A.	Venezuela	Deloitte	Construção e montagem	93,72%	2.731	(2.558)	775	-
S.C. Deimos Space, S.R.L. (*)	Romênia	***	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100,00%	250	18	103	-
Sdad Aragonesa De Estaciones Depuradoras, S.A. (*)	Saragoça	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	60,00%	6.000	161	156	-
Siberia Solar, S.L. (*)	Madrid	KPMG	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%	500	3.106	(308)	-
Sociedad Aragonesa de Aguas Residuales, S.A.U.	Saragoça	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	100,00%	6.600	(530)	523	-
Ventos da Lagoa, S.A.(*)	Brasil	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%	36.981	(14.124)	1.058	-
Ventos de Granjas Vargas Energia, S.A. (*)	Brasil	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%	489	122	(1.401)	-
Ventos de Granjas Vargas II Energia, S.A. (*)	Brasil	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%	501	192	(1.797)	-
Ventos de Cabo Verde I, S.A. (*)	Brasil	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%	398	(86)	6	-
Ventos de Cabo Verde II, S.A. (*)	Brasil	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%	830	(170)	2	-
Ventos de Cabo Verde III, S.A. (*)	Brasil	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%	581	(131)	11	-
Ventos do Litoral Energia, S.A.(*)	Brasil	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%	41.404	(16.039)	802	-
Ventos do Sul, S.A. (*)	Brasil	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80,00%	47.123	(21.068)	8.075	-
Vila Do Conde Transmissora de Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51,00%	46.731	(22.264)	8.083	-
Vilhena Montagens Elétricas, Ltda. (*)	Brasil	***	Construção e montagem	100,00%	8	830	111	-
Zaragua 2005, S.L.U.(*)	Saragoça	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100,00%	60	(59)	(0)	-
Zinertia Antequera, S.L.U.(*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%	3	(19)	156	-
Zinertia Renovables Aascv 2, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%	3	475	113	-
Zinertia Renovables Aascv, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%	3	533	89	-



EXERCÍCIO DE 2015

	Domicílio	Auditor	Actividad	% de Participación Directa o Indirecta	Capital Suscrito	Reservas	Resultado Neto del Ejercicio 2015	Dividendo a Cuenta del Ejercicio 2015
Zinertia Renovables Elc, S.L.U.(*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%	123	2.009	86	-
Zinertia Renovables Hae, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100,00%	84	1.307	75	-
Zogu, S.A. (*)	Equador	Atig Auditores	Construção e montagem	100,00%	316	2.290	(13)	-

Pelo método da participação (Nota 10)

Aries Solar Termoelectrica, S.L. (Aste) (*)	Madrid	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoelectrica	55,70%	10.156	122.588	(16.199)	-
Brilhante II Transmissora De Energia S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia eléctrica	25,50%	6.984	(1.092)	90	-
Brilhante Transmissora De Energia S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia eléctrica	25,50%	96.383	(42.408)	1.380	-
Consortio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	35,00%	200	(59)	(6)	-
Cosemel Ingenieria, Aie	Madrid	***	Promoção, comercialização e desenvolvimento de atividades de instalações e electrificações ferroviárias de alta velocidade	33,33%	9	411	22	-
Dioxipe Solar, S.L. (*)	Madrid	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoelectrica	55,00%	109	(27.099)	(12.049)	-
Gasoducto de Morelos, S.A.P.I. (Sdad Anónima Promotora de Inversión) de C.V.	Mexico	Deloitte	Exploração e manutenção do gasoduto Morelos	50,00%	28.524	504	(2.752)	-
Morelos EPC S.A.P.I. de CV	Mexico	Deloitte	Construção, engenharia e fornecimento do gasoduto Morelos	50,00%	6	10.894	20.877	-
Parque Eólico La Gaviota, S.A. (*)	Canárias	Ernst & Young	Exploração de instalações de aproveitamento energético	34,53%	1.352	(186)	(178)	-
Sdade. Aguas Residuales Pirineos, S.A.	Saragoça	***	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	50,00%	9.158	1.415	99	-
Ventos do Faro Farelo, S.L. (*)	Galiza	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	37,50%	4	(13)	(1)	-

(*) Sociedades participadas indiretamente pela Elecnor, S.A.

(***) Sociedades não obrigadas legalmente a submeter as suas demonstrações financeiras a auditoria.

(****) Sociedades incorporadas ao perímetro de consolidação no Exercício de 2015.

DADOS DE EMPRESAS 2014

(Milhares de euros)

Sociedades participadas consolidadas Por consolidação global	Sede	Auditor	Atividade	% de	Capital	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2014	Dividendo por Conta do Exercício de 2014
				Participação Direta ou Indireta				
Adhorna Prefabricación, S.A.	Bilbau	Deloitte	Fabricação de artigos derivados do cimento e de poliéster reforçado em fibra de vidro	100%	1.081	3.178	(2.253)	-
Aerogeneradores del Sur, S.A. (*)	Sevilha	Deloitte	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	76%	2.912	3.109	(279)	--
Alto Jahuel Trans. Energia (*)	Chile	KPMG	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	51%	46.080	(319)	7.919	--
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.L. (ATERSA)	Valência	Deloitte	Energia solar	100%	24.535	(876)	27	--
Área 3 Equipamiento y Diseño Interiorismo, S.L.U.	Madrid	***	Obras de design de interiores	100%	12	402	15	--
Audeca, S.L.U.	Madrid	KPMG	Restauração e reflorestamento do meio natural e exploração de estradas	100%	132	2.931	659	(600)
Belco Elecnor Electric INC	EUA	RP&B	Instalações elétricas	100%	14.964	(5.829)	(4.675)	--
Bulgana Wind Farm PTY LTD (*) (****)	Austrália	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	1.386	(28)	(894)	--
Caiua Transmissora De Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26%	30.713	(3.927)	959	--
Cantareira Transmissora De Energia, S.A. (*) (****)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26%	9.936	(279)	(47)	--
Celeo Concesiones E Inversiones, S.L.U.	Madrid	KPMG	Gestão e administração de empresas	100%	88.946	264.083	23.630	--
Celeo Redes Chile, Ltda. (*)	Chile	KPMG	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51%	61.526	3.813	(280)	--
Celeo Redes, S.L.U. (*)	Madrid	KPMG	Gestão e administração de empresas	51%	40.025	413.570	(676)	--
Celeo Termosolar, S.L.	Madrid	KPMG	Construção e subsequente exploração de usinas termosolares	100%	105	(58.830)	2.395	--
Charrúa Transmissora De Energia, S.A. (*)	Chile	KPMG	Montagem, instalação, exploração de Nova Linha , 2 x 5 Charrúa - Ancoa	51%	77	(220)	(616)	--
CLN, S.A. (*)	Venezuela	***	Sem atividade	100%	385	1.127	10	--
Coqueiros Transmissora de Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51%	25.468	(4.806)	173	--
Corporación Electrade, S.A.	Venezuela	Muñoz y Asociados	Construção e montagem	100%	799	(1.288)	968	--
Deimos Castilla La Mancha, S.L.	Ciudad Real	KPMG	Desenvolvimento de software, engenharia e assistência técnica no ramo da teledeteção	100%	750	3.438	(1.012)	--
Deimos Engenharia, S.A.	Portugal	ESAC Espírito Santo Associados	Prestação de serviços em áreas de telecomunicações, energia aeronáutica e espacial	80%	250	755	199	--
Deimos Imaging, S.L.U. (*)	Valladolid	KPMG	Desenvolvimento de software, engenharia e assistência técnica no ramo da teledeteção	100%	400	1.119	74	--
Deimos Space UK, Limited (*) (****)	Inglaterra	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100%	496	13	(155)	--
Deimos Space, S.L.U.	Madrid	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100%	500	9.508	131	--
Ditra Cantabria, S.A.U.	Santander	***	Instalação de redes elétricas	100%	60	759	190	--
Ehisa Construcciones y Obras, S.A.	Saragoça	Luis Ruiz Apilanez	Construção e montagem	100%	600	3.712	262	--
Elecdal, URL	Argélia	***	Construção e montagem	100%	12	184	1.302	--
Elecdor, S.A.	Equador	Atig Auditores	Construção e montagem	100%	821	(105)	(223)	--



EXERCÍCIO DE 2014

	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2014	Dividendo por Conta do Exercício de 2014
Elecfrance, S.A.S.	França	Excelia Conseil	Estudo e realização de atividades elétricas	100%	1.000	(31)	(618)	--
Elecnor Argentina, S.A.	Argentina	KPMG	Construção e montagem	100%	9.293	(7.263)	(4.213)	--
Elecnor Australia PTY, Ltd.	Austrália	***	Gestão e administração de empresas	100%	1.249	9	(347)	--
Elecnor Brasil, LT.D.A.	Brasil	KPMG	Construção e montagem	100%	6.551	13.431	264	--
Elecnor Chile, S.A.	Chile	Armando Vergara Gutiérrez	Construção e montagem	100%	6.406	5.648	(2.648)	--
Elecnor Financiera, S.L. (*)	Bilbau	Deloitte	Administração e assessoria	100%	12.000	18.637	(1.594)	--
Elecnor de Mexico, S.A.	México	KPMG	Construção e montagem	100%	910	1.725	82	--
Elecnor Energie and Bau, GmbH	Alemanha	***	A mais ampla atividade comercial com base em engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, movimento e conservação de toda classe de obras, instalação de qualquer tipo, particularmente eficiência energética e renováveis	100%	75	248	(1.132)	--
Elecnor Hawkeye, LLC.	EUA	***	Instalações elétricas	100%	10.819	(152)	(85)	--
Elecnor Montagens Elétricas. Ltda.	Brasil	***	Construção e montagem	100%	372	882	419	--
Elecnor Seguridad, S.L.	Madrid	***	Instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios	100%	120	577	63	--
Elecnor South Africa (PTY) LT.D. (****)	África do Sul,	***	Construção e montagem	100%	--	(10)	(339)	--
Elecnor Transmissão De Energia,S.A. (*)	Brasil	KPMG	Construção e montagem	51%	344.164	(16.319)	14.478	--
Elecnor, INC	Delaware (Euu)	RP&B	Instalações	100%	28.562	(2.150)	(186)	--
Electrolíneas de Ecuador, S.A.	Equador	Atig Auditores	Construção e montagem	100%	1.272	1.081	43	--
Elecven Construcciones, S.A.	Venezuela	Deloitte	Construção e montagem	96%	3.299	(8.221)	8.788	--
Encruzo Novo Transmissora de Energia, Ltda. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51%	14.945	(2.605)	710	--
Enerfera, S.R.L. (*)	Itália	***	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	100%	10	47	(7)	--
Enerfin Enervento Exterior, S.L.U.	Madrid	***	Gestão e administração de empresas	100%	35.752	(2.261)	4.697	(1.400)
Enerfin Developments British Columbia, Inc (*) (****)	Canadá	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100%	74	(3)	(16)	--
Enerfin do Brasil Sociedad de Energia Ltda. (*)	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	100%	96.412	(20.909)	(280)	--
Enerfin Energy Company of Australia PTY, LTD (*) (****)	Austrália	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100%	1.692	(107)	(1.080)	--
Enerfin Energy Company of Canada, INC (*)	Canadá	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	26.144	(1.691)	(36)	--
Enerfin Energy Company, LLC (*)	EUA	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100%	3.275	(2.305)	(88)	--
Enerfin Québec Services, INC (*)	Canadá	***	Promoção e direção de atividades eólicas	100%	1.259	(70)	56	--
Enerfin Rodonita Galicia, S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80%	4	(2)	--	--
Enerfin Sociedad de Energia,S.L.	Madrid	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100%	48.052	154.259	554	--
Enerfin Enervento,S.A.	Madrid	Deloitte	Gestão e administração de empresas	70%	11.163	37.841	6.066	(1.000)
Enervento Galicia,S.L.	Corunha	***	Construção, instalação, venda e gestão de parques e usinas eólicas na Galiza	59,5%	10	(7)	0	--
Eólica Páramo de Poza, S.A.(*)	Madrid	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	55%	601	13.172	(1.932)	--
Eoliennes de L'Érable, INC. (*)	Canadá	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	25.917	(630)	4.231	--

EXERCÍCIO DE 2014

	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2014	Dividendo por Conta do Exercício de 2014
Eoliennes de L'Érable, SEC. (*)	Canadá	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	51%	71.179	749	(2.647)	--
Galicia Vento II, S.L. (*)	Lugo	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	69,44%	4	(1)	--	--
Galicia Vento, S.L. (*)	Lugo	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	69%	8.250	7.021	(269)	--
Green Light Contractors PTY, LTD (*) (****)	Austrália	***	Construção de um parque fotovoltaico	100%	--	--	36	--
Grupo Elecnor Angola (****)	Angola	***	Atividades nas áreas das obras públicas e construção civil	55%	842	91	--	--
Helios Almussafes II, S.L.U. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de energias renováveis	100%	10	104	8	--
Helios Almussafes, S.L.U. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de energias renováveis	100%	10	104	12	--
Helios Inversión Y Promoción Solar, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	3.306	5.493	(17)	--
Hidroambiente, S.A.U.	Getxo (Vizcaya)	KPMG	Atividades de meio ambiente	100%	615	6.827	774	(705)
IDDE, S.A.	Madrid	***	Comercial	100%	1.202	77	--	--
Infraestructuras Villanueva, S.L. (*)	Valência	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	59,47%	3	0	--	--
Integração Maranhense Transmissora De Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26%	62.238	(7.079)	401	--
Investissements Eoliennes de L'Érable, INC. (*)	Canadá	***	Administração e assessoria	100%	8	(3)	(2)	--
Investissements Eoliennes de L'Érable, SEC. (*)	Canadá	***	Administração e assessoria	100%	26.157	(1.933)	(2)	--
IOA Operations Group, LTD	Escócia	KPMG	Instalações elétricas	96,88%	2.271	(400)	205	--
Jomar Seguridad, S.L.U.	Guadalajara	***	Venda, instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios e segurança	100%	60	1.372	27	--
Linha De Transmissão Corumba, Ltda. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51%	58.929	(11.433)	634	--
Lt Triangulo, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51%	94.601	(27.509)	7.637	--
Montagens Elétricas da Serra, Ltda.	Brasil	***	Construção e montagem	100%	7	202	21	--
Montelecon, S.A.	Uruguai	Ernst & Young	Construção e montagem	100%	486	3.884	1.305	--
Muiño do Vicedo, S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	94%	3	(2)	(0)	--
Omninstal Electricidade, S.A.	Portugal	KPMG	Construção e montagem	100%	1.053	1.839	185	--
Parque Eólico Cofrentes, S.L.U. (*)	Valência	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	10	(2)	--	--
Parque Eólico Malpica, S.A. (*)	Corunha	Deloitte	Construção e exploração de instalações de aproveitamento energético	69%	950	1.397	(419)	--
Parques Eólicos Villanueva, S.L.U. (*)	Valência	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	5.000	20.533	984	--
Parques Eólicos Palmares, S.A.	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	90%	48.645	(6.011)	1.477	--
Pedras Transmissora De Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51%	33.895	(7.216)	497	--
Rasacaven, S.A.	Venezuela	Deloitte	Construção e montagem	94%	2.731	(5.543)	4.662	--
S.C. Deimos Space, S.R.L. (*) (****)	Romênia	***	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100%	250	1	21	--
Sdad Aragonesa De Estaciones Depuradoras, S.A. (*)	Saragoça	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	60%	6.000	(15)	176	--



EXERCÍCIO DE 2014

	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2014	Dividendo por Conta do Exercício de 2014
Siberia Solar, S.L. (*)	Madrid	KPMG	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	500	3.106	(308)	
Sociedad Aragonesa de Aguas Residuales, S.A.U.	Saragoça	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	100%	6.600	(3.356)	2.825	--
Ventos da Lagoa, S.A.	Brasil	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	90%	36.981	(5.548)	474	--
Ventos do Litoral Energia, S.A.	Brasil	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	90%	41.404	(6.661)	210	--
Ventos do Sul S.A. (*)	Brasil	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	81%	47.123	(4.964)	6.809	--
Ventos dos Índios Energia, S.A.	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	100%	20.782	(1.090)	3.957	--
Vila Do Conde Transmissora de Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51%	46.731	(10.067)	10.593	--
Vilhena Montagens Elétricas, Ltda.	Brasil	***	Construção e montagem	100%	8	2.322	(1.179)	--
Zaragua 2005, S.L.U. (*)	Saragoça	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	60	(59)	--	--
Zinertia Antequera, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	3	186	(205)	--
Zinertia Renovables Aascv 2, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	3	348	127	--
Zinertia Renovables Aascv, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	3	434	99	--
Zinertia Renovables Elc, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	123	2.023	122	--
Zinertia Renovables Hae, S.L.U. (*)	Madrid	***	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	84	1.302	101	--
Zogu, S.A. (*)	Equador	Atig Auditores	Construção e montagem	100%	316	1.928	(30)	--
Eólica Montes de Cierzo, S.L. (*)	Tudela	Auditores Asociados del Norte, S.L.	Exploração de instalações de aproveitamento energético	70%	1.313	263	1.658	(1.200)
Pelo método da participação (Nota 10)								
Aries Solar Termoeléctrica, S.L. (Aste) (*)	Madrid	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoelétrica	55,7%	10.020	(62.247)	(26.042)	--
Brilhante Transmissora De Energia S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26%	96.383	(23.372)	1.589	--
Brilhante II Transmissora De Energia S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	26%	202	(151)	(119)	--
Consorcio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.L. (*)	Corunha	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	35%	200	(53)	(6)	--
Dioxipe Solar, S.L. (*)	Madrid	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoelétrica	55%	109	(12.956)	(14.143)	--

EXERCÍCIO DE 2014

	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2014	Dividendo por Conta do Exercício de 2014
Eólica Cabanillas, S.L. (*)	Tudela	Audidores Asociados del Norte, S.L.	Construção e subsequente exploração de usinas de energia	0%	1.120	224	477	--
Eólica Caparroso, S.L. (*)	Tudela	Audidores Asociados del Norte, S.L.	Exploração de instalações de aproveitamento energético	0%	2.001	400	(2)	--
Eólica La Bandera, S.L. (*)	Tudela	Audidores Asociados del Norte, S.L.	Exploração de instalações de aproveitamento energético	0%	161	1.113	(700)	--
Gasoducto de Morelos, S.A.P.I. (Sdad Anónima Promotora de Inversión) de C.V.	México	Deloitte	Exploração e manutenção de parques eólicos	50%	28.518	(506)	(2.962)	--
Jauru Transmissora De Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	17%	102.042	(21.672)	326	--
Parque Eólico La Gaviota, S.A. (*)	Canárias	Ernst & Young	Exploração de instalações de aproveitamento energético	35%	1.352	189	(379)	--
Sdade. Aguas Residuales Pirineos, S.A.	Saragoça	***	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	50%	9.158	1.062	353	--
Ventos do Faro Farelo, S.L. (*)	Galiza	***	Exploração de instalações de aproveitamento energético	38%	4	(11)	(2)	--

(*) Sociedades participadas indiretamente pela Elecnor, S.A.

(***) Sociedades não obrigadas legalmente a submeter as suas demonstrações financeiras a auditoria.

(****) Sociedades incorporadas ao perímetro de consolidação no Exercício de 2014.

RELAÇÃO DE UTEs INTEGRADAS

Milhares de euros

UTE	Porcentagem de participação	2015		2014	
		Obra Liquidada	Carteira não liquidada	Obra Liquidada	Carteira não liquidada
UTE ELEC NOR OSEPSA	50,00%	-	-	989	-
UTE CAN COLOMER	50,00%	49	-	4	-
UTE MINGORRIA	25,00%	-	-	-	53
UTE AVELE	22,00%	500	-	1.202	376
UTE AVELE 2	22,00%	409	-	994	651
UTE ELEC NOR - EUROFINSA	50,00%	1.780	-	450	1.662
UTE ELEC NOR - DEIMOS	50,00%	-	-	7	-
UTE OIZ	33,34%	15	-	-	15
AEROPUERTO LANZAROTE SAMPOL-ELEC NOR UTE	50,00%	-	-	829	-
UTE TORRE ABANDOIBARRA	50,00%	-	-	18	-
UTE EUROCAT SUR AV	41,20%	2.024	-	3.860	-
UTE AVESUR	12,00%	821	210	1.219	315
UTE INSTALLACIONS TECNO CAMPUS	50,00%	244	-	139	139
UTE EXPLOTACION ZONA 07-A	60,00%	1.052	-	949	-
UTE SUBESTACION JUNCARIL	50,00%	-	130	614	-
UTE MARINA BAIXA	40,00%	537	92	512	629
UTE FOTOVOLTAICA FIRA	50,00%	-	-	9	-
UTE CENTRO MAYORES BAENA	20,00%	-	-	64	-
UTE TARAZONA	50,00%	-	-	60	-
UTE CASTELLO ELEC NOR	50,00%	-	-	64	-
UTE TERMINAL DE CARGA	50,00%	-	-	125	-
UTE ESTACION LA MOLINA	35,00%	-	-	138	17
UTE FERIA REQUENA	50,00%	-	-	87	157
UTE GALINDO	100,00%	1.255	1.180	1.473	884
UTE ELEC TUNEL SPA	50,00%	-	-	10	-
UTE LABORATORIO AITEX-ITE	50,00%	-	-	13	-
UTE DESVIOS LAV Sevilla	28,85%	-	810	-	810
UTE MTO. SEG. Y EMERG. MADRID	50,00%	1	-	-	-
UTE PARC ENGINERIES	40,00%	-	-	121	-
UTE EQUIPAMIENTO TERMINAL GRAN CANARIA	50,00%	-	-	885	-
UTE MOBILIARIO TERMINAL GRAN CANARIA	50,00%	-	-	166	-
UTE FIGUERES WIFI	25,00%	7	14	6	21
UTE EDAR SERRANILLOS	100,00%	-	-	543	-
UTE MUTXAMEL	30,00%	25	14	298	39
UTE ELEC NOR ONILSA	85,00%	9	-	1.145	-
UTE SAN CRISPIN	30,00%	341	24	288	25
UTE UBE LA ISLA	30,00%	123	-	107	4
UTE RECINTOS FERIALES	30,00%	48	-	156	48
UTE EXPLOTACION ZONA P2	50,00%	612	-	664	-
UTE AS SOMOZAS	50,00%	-	42	259	33
UTE SAN JERONIMO	30,00%	104	9	98	2
UTE MANTENIMIENTO PUERTO GIJON	50,00%	-	-	89	158
UTE JARDINES MOGAN	50,00%	1.045	-	1.075	-
UTE URTEGI	60,00%	425	-	451	-
UTE ABASTECIMIENTO PEDRAZA	70,00%	224	918	242	1.142
UTE URBANIZACION PEDRO III	50,00%	145	2	398	50
UTE AYTO SEGURA DE LA SIERRA	20,00%	-	-	156	-
UTE ELEC NOR-ONDOAN SERVICIOS	50,00%	695	-	553	-

UTE	Porcentagem de participação	2015		2014	
		Obra Liquidada	Carteira não liquidada	Obra Liquidada	Carteira não liquidada
UTE ELECINOR – DEIMOS SIPA	50,00%	1.489	-	1.446	-
UTE COMUNICACIONES SANT CUGAT	20,00%	94	-	131	-
UTE FORNILLOS	20,00%	-	-	643	9
UTE CALANDA	20,00%	-	-	515	-
UTE VALDESPARTERA	25,00%	-	-	147	-
UTE PIF ALGECIRAS	20,00%	581	-	1.240	462
UTE PATRIMONIO SEGURIDAD	33,33%	488	-	404	-
UTE ESPACIOS VERDES SAN VICENTE DEL RASPEIG	30,00%	720	94	767	266
UTE CINTAS	50,00%	-	-	134	-
UTE PLAZAS COMERCIALES T4	50,00%	-	-	682	-
UTE BT HOSPITAL DE ZAMORA	50,00%	118	681	915	799
UTE TRANVIA OUARGLA	33,00%	53.292	115.811	26.600	169.103
UTE ENERGIA GALICIA	20,00%	14.384	65.720	20.160	80.104
UTE CELLA	20,00%	48	-	918	43
UTE AEROPUERTO DE PALMA	45,00%	935	262	416	1.197
UTE VALDELINARES	20,00%	-	-	964	-
GRUPEMENT INTERNATIONAL SANTE POUR HAITI	100,00%	2.758	31.377	3.859	34.135
UTE MANCOMUNIDAD DE DURANGO	60,00%	16	-	14	16
UTE ENERGIA GRANADA	33,34%	2.735	1.982	819	4.717
UTE MOBILIARIO HUCA	50,00%	-	-	285	-
UTE ANILLO GALINDO	25,00%	6.082	9.135	763	15.217
UTE SICA BCN	20,00%	689	162	265	474
UTE HORMIGONES MTNEZ-ELECINOR, CASCO ANTIGUO					
ALICANTE	30,00%	-	55	-	55
UTE DEINOR NOAIN	50,00%	402	70	-	472
CONSORCIO NUEVA POLICLINICA DE CHITRE	100,00%	2.574	4.958	1.053	7.532
CONSORCIO NUEVA POLICLINICA DE CHEPO	100,00%	2.305	3.897	825	6.202
UTE ADEC LOCALES CERCANIAS	85,00%	134	278	-	412
UTE CRA ENAGAS	60,00%	300	74	81	374
UTE CAMPO DE VUELO VIGO	65,00%	629	49	-	678
UTE CAMPO DE VUELO TF NORTE	70,00%	829	169	-	-
UTE MATIKO	20,00%	1.415	8.195	-	9.610
UTE VOPI4-ELNR CA L´ALIER	50,00%	943	3.777	-	-
UTE MONTES SEVILLA SUR	70,00%	-	-	289	-
UTE REUBIC EQUIP NAV BARAJAS	70,00%	1.455	-	-	-
UTE MANTENIMIENTO AVE ENERGIA	12,37%	4.809	150.279	-	-
UTE CAUCES CORDOBA	50,00%	505	-	-	-
UTE ASEGOP IBIZA	32,50%	34	2.698	-	-
UTE ELECINOR BUTEC BELLARA	60,00%	12.371	529	-	-
UTE AVELE3	22,00%	322	79	-	-
UTE AVELE4	22,00%	276	54	-	-
UTE EDARES SEGOVIA	40,00%	2.100	1.494	-	-
UTE VIGILANCIA BOADILLA	50,00%	-	166	-	-
UTE SICA	50,00%	-	2.275	-	-
UTE CASTELFLORITE	20,00%	1.262	1.238	-	-
UTE AEROPUERTO DE PALMA	50,00%	448	1.067	-	-
UTE CUETO DEL MORO	25,00%	415	12	-	-
UTE ELECINOR ALGHANIM	60,00%	680	20.754	-	-



UTE	Porcentagem de participação	2015		2014	
		Obra Liquidada	Carteira não liquidada	Obra Liquidada	Carteira não liquidada
UTE MANTENIMIENTO VALEBU	50,00%	94	3.248	-	-
UTE EMBARQUE DESEMBARQUE T4	50,00%	362	66	-	-
UTE CONTAR	95,00%	2	351	-	-
UTE INST. RECERCA SANT PAU	50,00%	-	5.114	-	-
UTE AEROPUERTO DE VALENCIA	45,00%	309	1.304	-	1.613
UTE INST. MERCAT DE SANT ANTONI	60,00%	-	9.299	-	-
UTE TUNELES ABDALAJIS	90,00%	32	1.939	-	-
UTE TORRENTE - XATIVA	50,00%	-	9.169	-	-
UTE EMPALME II	50,00%	8.556	60.899	-	-
UTE CENTRO LOG. IBEREBRO	41,90%	-	30.454	-	-
UTE AEROPUERTO TERUEL	50,00%	-	1.350	-	-
UTE URBANIZADORA RIODEL	50,00%	-	194	-	194
UTE OVERTAL - ELECNOR	24,00%	-	360	-	360
UTE ENERGÍA LÍNEA 9	20,00%	16.940	925	42.395	17.063
UTE CAL PARACUELLOS	50,00%	169	-	-	118
UTE SERRANO - ELECNOR CANSALADES	40,00%	-	114	-	114
UTE ELECNOR GONZALEZ SOTO	50,00%	173	57	119	96

ELECNOR, S.A. E SOCIEDADES CONTROLADAS

Informação Financeira Resumida das sociedades consolidadas em equivalência patrimonial

31 de dezembro de 2015	Gasoducto de Morelos, S.A. Promotora de Inversión de C.V.	Dioxipe Solar, S.L.	Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	Brilhante Transmissora de Energia, S.A.	Jauru Transmissora de Energia, S.A.	Morelos EPC, S.A.P.I. de CV
Milhares de euros						
Informação da demonstração da situação financeira						
Ativos não circulantes	261.625	278.991	517.873	75.444	110.254	6
Passivos não circulantes	215.058	328.775	454.148	20.168	52.251	-
Passivos financeiros não circulantes (*)	215.058	326.851	448.998	19.551	52.251	-
Total ativos líquidos não circulantes	46.567	(49.784)	63.725	55.893	58.003	6
Ativos circulantes	55.859	7.392	14.721	5.236	9.354	42.358
Numerário e equivalentes ao numerário	39.403	1.635	3.461	18	47	5.240
Passivos circulantes	77.647	25.779	19.618	5.156	7.474	13.492
Passivos financeiros circulantes (*)	12.123	12.258	14.996	2.559	4.829	-
Total ativos líquidos circulantes	(21.788)	(18.387)	(4.897)	80	1.880	28.866
Ativos líquidos	24.779	(68.171)	58.828	55.973	59.883	28.872
Porcentagem de participação	50%	55%	55,7%	50%	33%	50%
Participação em ativos líquidos	12.390	(37.494)	32.767	27.987	19.961	14.436
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	-
Valor contábil da participação (**)	9.901	-	43.770	28.201	18.221	15.825
Informação da conta de resultados						
Receitas ordinárias	14.602	29.146	59.889	10.875	14.365	63.845
Depreciação e amortização	(4.404)	(12.016)	(25.012)	(3.027)	(4.020)	-
Receitas por juros	-	-	-	351	897	-
Despesas por juros	(5.243)	(19.516)	(33.236)	(2.307)	(7.078)	-
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos	(1.353)	(648)	(1.792)	(1.180)	-	(4.189)
Resultado do exercício das atividades contínuas	(2.752)	(12.049)	(16.199)	1.380	(136)	20.877
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos das atividades interrompidas	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício das atividades interrompidas	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	(2.752)	(12.049)	(16.199)	1.380	(136)	20.877
Outro resultado global	(2.455)	4.236	9.216	-	-	-
Resultado global total	(5.207)	(7.813)	(6.983)	1.380	(136)	20.877
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-	-

INFORMAÇÃO FINANCEIRA RESUMIDA

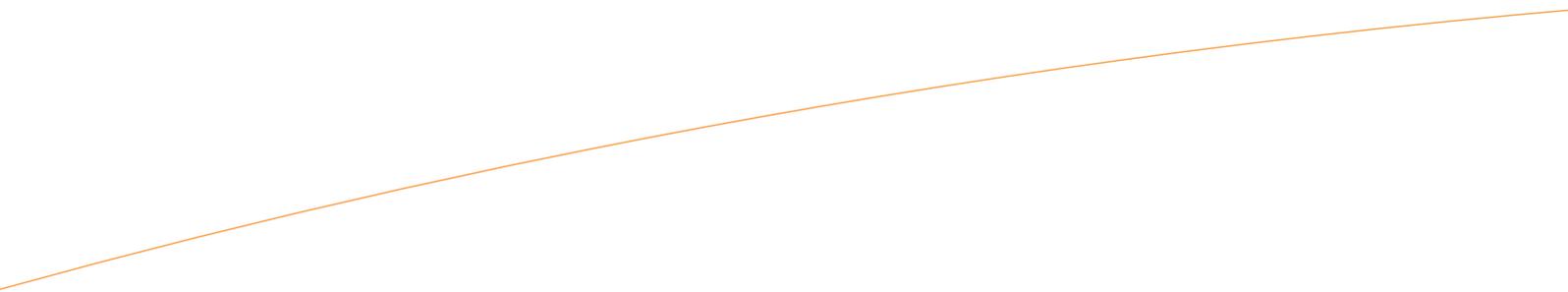
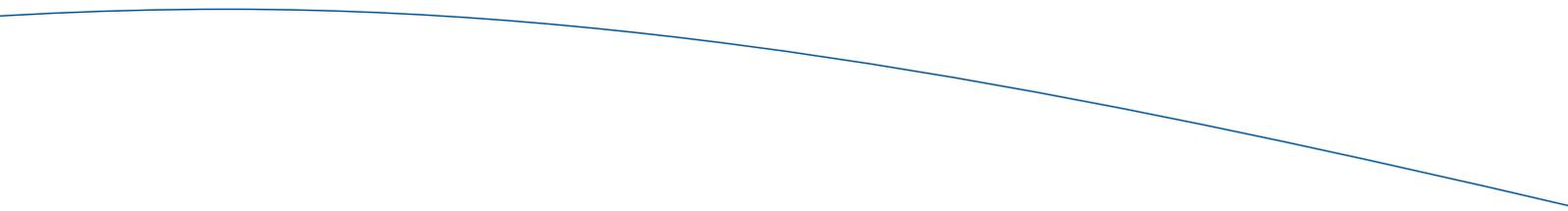
das sociedades consolidadas em equivalência patrimonial

31 de dezembro de 2014

Milhares de euros	Gasoducto de Morelos, S.A. Promotora de Inversión de C.V.	Dioxipe Solar, S.L.	Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	Brilhante Transmissora de Energia, S.A.	Jauru Transmissora de Energia, S.A.
Informação da demonstração da situação financeira					
Ativos não circulantes	192.627	291.097	542.082	104.629	153.054
Passivos não circulantes	162.803	337.698	681.094	30.223	58.417
Passivos financeiros não circulantes (*)	162.803	336.226	677.283	30.223	58.417
Total ativos líquidos não circulantes	29.824	(46.601)	(139.012)	74.406	94.637
Ativos circulantes	40.274	11.674	53.764	6.795	10.176
Numerário e equivalentes ao numerário	24.452	7.574	36.762	467	94
Passivos circulantes	48.794	25.457	59.955	6.601	24.116
Passivos financeiros circulantes (*)	-	11.636	20.010	3.431	6.132
Total ativos líquidos circulantes	(8.520)	(13.783)	(6.191)	194	(13.940)
Ativos líquidos	21.304	(60.384)	(145.203)	74.600	80.697
Porcentagem de participação	50%	55%	55,7%	50%	33%
Participação em ativos líquidos	10.652	(33.211)	(80.878)	37.300	26.899
Fundo de comércio	-	-	-	-	-
Valor contábil da participação (**)	10.652	-	-	37.209	21.541
Informação da conta de resultados					
Receitas ordinárias	-	27.941	59.584	11.892	16.752
Depreciação e amortização	-	(11.996)	(24.992)	(3.520)	(4.676)
Receitas por juros	374	-	4	222	578
Despesas por juros	(1.677)	(19.843)	(38.889)	(2.587)	(7.029)
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos	(1.334)	(2.092)	(7.080)	(433)	(179)
Resultado do exercício das atividades contínuas	(4.119)	(14.143)	(26.042)	1.589	326
Despesa (receita) por imposto sobre os ganhos das atividades interrompidas	-	-	-	-	-
Resultado do exercício das atividades interrompidas	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	(4.119)	(14.143)	(26.042)	1.589	326
Outro resultado global	(4.759)	(13.938)	(28.485)	-	-
Resultado global total	(8.878)	(28.081)	(54.527)	1.589	326
Dividendos recebidos	-	-	-	-	-

(*) Exclui contas de credores comerciais e outras contas a pagar, bem como as provisões.

(**) A diferença com a participação em ativos líquidos/reconciliação corresponde à homogeneização de critérios com as normas internacionais e as políticas de grupo.



RELATÓRIO
DE GESTÃO
2015



RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

Correspondente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

1. INTRODUÇÃO

No exercício de 2015, a Ecnor conseguiu aumentar **12,2%** seu resultado líquido, até chegar a **€65.700.000 euros**, face aos €58.500.000 com os que encerrou 2014.

Esses bons dados foram conseguidos num ambiente econômico marcado pelo fraco crescimento experimentado pela economia mundial, especialmente em alguns dos países onde o Grupo opera, e pela incipiente recuperação em que se encontra a economia espanhola, em qualquer caso afetada pela reforma energética do Governo sobre aquelas companhias que, como a Ecnor, confiaram na estabilidade do quadro regulatório para empreender um intenso esforço investidor como promotor de projetos de energias renováveis.

Neste contexto, a Ecnor continua seu processo de internacionalização, mantendo ao mesmo tempo sua posição de liderança no mercado nacional, no qual continua sendo uma empresa de referência nos setores em que opera. Assim é observado na composição de seu volume de negócios em 31 de dezembro, avaliado em **€1.881.100.000**, dos quais **54,7%** têm sua origem no exterior, bem como ao analisar o comportamento da carteira de contratos pendentes de execução, cujo crescimento global (**+3,5%**, até se situar em **€2.502.000.000** em relação a dezembro de 2014) está baseado num importante progresso dos novos projetos internacionais: **+5,9%**.

No que diz respeito às vendas, os **€1.881.100.000** acima referidos foram atingidos em 31 de dezembro, e representam um **aumento de 9,1%** face aos 1.723.700.000 do exercício de 2014.

Em vista dos valores da carteira de contratos pendentes de execução, a Ecnor prevê para o exercício de 2016 a superação dos valores de resultados e do volume de negócios obtidos em 2015.

A visão geral do Grupo neste exercício não ficaria completa se não fossem mencionados vários fatos significativos que representaram um impulso decisivo para as linhas estratégicas de desenvolvimento do Grupo Ecnor para os próximos anos. A Ecnor, através da sua divisão tecnológica, a Ecnor Deimos, acordou no dia 22 de junho do ano passado uma parceria estratégica com a companhia canadense UrtheCast para projetos conjuntos no setor aeroespacial. A operação incluiu a venda à UrtheCast dos dois satélites de observação da Terra que a Ecnor possui, Deimos-1 e Deimos-2, bem como outra série de acordos acessórios que, após a assinatura efetiva da parceria no dia 15 de julho do ano passado, ascenderam a um valor conjunto final de €76.400.000.

Do mesmo modo, e aproveitando a melhora dos mercados financeiros decorrente da atual situação das taxas de juros baixas, a Ecnor assinou um contrato de novação para alterar algumas condições do financiamento sindicado acordado em julho de 2014 com 19 instituições financeiras, tanto nacionais quanto internacionais, por um valor de €600.000.000. Esta novação significou ampliar o prazo de vencimento em um ano, até julho de 2020, e uma melhoria substancial das condições das margens originalmente acordadas para este financiamento. Além disso, incluía manter o limite em €600.000.000, divididos em duas partes: uma parte empréstimo de €300.000.000, e uma parte linha de crédito revolving pelo mesmo valor.

Ao longo do exercício de 2015 foi assinado um acordo com os bancos financiadores dos project financing das duas usinas termossolares situadas em Alcázar de San Juan (Ciudad Real), das quais o Grupo Ecnor participa, com o propósito de adaptar seu financiamento à nova realidade da indústria renovável na Espanha, afetada pela alteração regulatória. As novas condições de financiamento incluem uma ampliação do prazo de repagamento do empréstimo, bem como uma redução no diferencial de juros.

2. MODELO DE NEGÓCIO E CONTEXTO

2.1. Modelo de negócio-

A Ecnor é uma corporação espanhola de caráter global, que está presente em 53 países e com dois grandes negócios que se complementam e enriquecem mutuamente:

- **Infraestruturas:** execução de projetos de engenharia, construção e serviços, com atividade especial nos setores de eletricidade, geração de energia, telecomunicações e sistemas, instalações, gás, construção, manutenção, meio ambiente e água, ferrovias e espaço.
- **Patrimonial:** operação de serviços através do investimento em ativos de geração de energia, fundamentalmente eólica e termossolar, sistemas de transporte de energia e outros ativos estratégicos.

2.2. Contexto econômico-

2.2.1. Economia global

Segundo o Fundo Monetário Internacional, em 2015 a atividade econômica se manteve atenuada e, conforme as suas estimativas, cresceu a um ritmo de 3,1% face ao 3,4% conseguido em 2014. As economias de mercados emergentes, que em grande medida contribuem para o crescimento mundial, sofreram uma desaceleração pelo quinto ano consecutivo. Por sua vez, as economias desenvolvidas continuaram mostrando leves sinais de recuperação. Este cenário está condicionado por três fatores críticos: a desaceleração e o reequilíbrio gradual da atividade econômica na China, que se está afastando do investimento e da manufatura e se está aproximando ao consumo e aos serviços; a queda dos preços da energia e de outras matérias-primas e, por último, o endurecimento paulatino da política monetária nos Estados Unidos num contexto de recuperação econômica enquanto outras economias avançadas continuam com uma política econômica mais relaxada.

Na área do euro, a recuperação econômica continuou nos últimos meses do ano impulsionada pela expansão da demanda interna, num contexto exterior menos favorável que freou o avanço das exportações e do investimento empresarial. A orientação acomodaticia da política monetária, os baixos preços da energia –que aumentam a renda real disponível nos lares e os lucros empresariais – e o tom um pouco mais expansivo da política fiscal – compensaram a crescente debilidade da demanda das economias emergentes e a moderação do comércio mundial. De fato, o exercício de previsões do Eurosystema estima para o conjunto da zona euro uma taxa de avanço do PIB de 1,5% para 2015, face a um crescimento do ano anterior de 0,9%.

2.2.2. Principais mercados estratégicos da Elecnor

2.2.2.1. Espanha

A evolução da atividade no último trimestre do ano foi levemente mais favorável do que foi antecipado em setembro, o que levou a uma revisão ascendente (de uma décima) da taxa prevista de crescimento médio anual do PIB em 2015, até 3,2% (segundo o Boletim Econômico, dezembro de 2015, do Banco de España).

Para o exercício de 2016 se espera uma continuação do comportamento dinâmico da atividade, embora o seu ritmo de avanço seria um pouco inferior ao observado em trimestres recentes. Mais especificamente, o Governo estima que o crescimento médio anual do PIB em 2016 poderia chegar a 2,8%, enquanto o FMI o rebaixa até 2,7%.

O ritmo de retrocesso interanual do IPC foi atenuado nos últimos meses, de -0,9% de setembro a -0,3% de novembro e a 0% do encerramento do ano. Essa trajetória vem sendo determinada, principalmente, pelo efeito da evolução do preço do petróleo sobre o componente energético do indicador.

Bens de capital: No encerramento do terceiro trimestre de 2015, último dado conhecido, o investimento em bens de capital tinha crescido 10,6% em relação aos primeiros 9 meses de 2014, face ao ritmo de 9,9% ocorrido no segundo trimestre.

Infraestruturas: Segundo dos dados do Ministério de Fomento, durante o exercício de 2015 foram licitadas obras públicas no valor de € 10.237.000.000, o que representa, aproximadamente, 21,3% menos que no exercício de 2014.

Do total licitado, 70% correspondia a engenharia civil, 28% a edificação não residencial e 2% a edificação residencial.

Energia: Segundo o relatório do sistema elétrico 2015 de REE, o aspeto mais significativo do balanço do sistema elétrico espanhol em 2015 foi o crescimento da demanda em relação ao ano anterior, após quatro anos consecutivos de queda. No que diz respeito à geração, o mais destacado foi a queda das energias renováveis como resultado da baixa produção hidráulica, principalmente.

O parque gerador de energia elétrica na Espanha aumentou levemente (0,4% a mais do que no final de 2014), com uma potência instalada de 108.299 MW.

A potência instalada peninsular mantém uma estrutura similar à de 2014, havendo variações apenas na hidráulica, que representou 20,2% do total peninsular face a 19,5% em 2014, e no gás combustível, que desaparece da estrutura de potência. Quanto à cobertura da demanda, o mais destacado foi a subida do carvão que, com uma contribuição de 20,3% da demanda (16,5% em 2014), se situa em segundo lugar, e a eólica passa a ocupar o terceiro posto.

As energias renováveis mantêm um papel de destaque no conjunto da geração elétrica, mas caem em aproximadamente cinco pontos em relação ao ano anterior, condicionadas pela variabilidade das produções hidráulica e eólica, que este ano registraram quedas de 28,2% e de 5,3%, respectivamente. Não obstante, cabe salientar que a eólica foi a tecnologia que mais contribuiu para a produção total de eletricidade peninsular nos meses de fevereiro e maio.



2.2.2.2. América Latina

A **América Latina**, cujos países mais avançados agiram como mercados alternativos para as empresas espanholas nos momentos mais duros da crise, é a região do mundo que apresenta as piores perspectivas de crescimento no curto prazo. O Banco Mundial (BM) estima que 2015 finalizou com uma contração de 0,9% em toda a região. Para 2016 esse organismo prevê um crescimento zero, e o FMI é ainda mais pessimista e fala de -0,3%.

Brasil: os baixos preços das matérias-primas, a inflação alta, os grandes desequilíbrios fiscais e a crise política marcaram o ritmo da economia durante o último ano, com uma queda do PIB estimada em 3,7%, segundo o BM. O FMI calcula que a economia brasileira cairá mais 3,5% em 2016 e se recuperará até atingir 0,0% em 2017.

No plano energético, a Associação Nacional de Energia Eólica (ABEEólica) espera que o Brasil chegue a 9 GW de capacidade de energia eólica instalada no final de 2015. Atualmente, há 202 parques eólicos em funcionamento e mais 378 em fase de construção. Apesar desse cenário, estima-se que em 2015 o investimento em energia limpa terá caído 10%.

No que diz respeito ao investimento em infraestruturas, no encerramento do primeiro semestre de 2015, último dado conhecido, foi reduzido em 46%, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

México: A economia mexicana se expandiu a uma taxa estimada de 2,5% em 2015, segundo o BM. Para 2016 e 2017, o FMI prevê uma certa aceleração desse índice, com porcentagens de 2,6 e de 2,9%, respectivamente.

Em matéria energética, os investimentos em projetos de produção de energia limpa no México bateram um recorde em 2015, até atingir um total de US\$3.900.000.000, segundo um relatório da 'Bloomberg New Energy Finance'. Isso representa um aumento de 4% em relação aos valores de 2014.

No relatório se mostra que os investimentos incluíram um aumento na capacidade de geração de 64 gigawatts em fontes eólicas e de 57 gigawatts em instalações solares, o que constitui um aumento global no campo das renováveis de 30% em comparação com o encerramento de 2014.

Quanto a infraestruturas, até pouco tempo o México tinha o nível relativo mais baixo de investimento entre 16 países da América Latina e do Caribe, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os capitais públicos e privados que nos últimos anos foram aplicados no México para a construção de estradas, infraestrutura elétrica, de água e saneamento, entre outras obras, escassamente se aproximam a 1,5% do PIB, quase a metade de 2,8% da média regional.

Para enfrentar essa situação, o presidente Enrique Peña Nieto implementou o Programa Nacional de Infraestrutura 2014-2018 (PNI), uma iniciativa para avançar na construção, modernização e conservação da infraestrutura do país. O ambicioso plano inclui 743 programas de investimento e projetos, com um investimento previsto de 7.700.000.000 de pesos (aproximadamente US\$ 415.000.000.000) em 7 setores cruciais: comunicações e transportes, energia, hidráulico, saúde, turismo e desenvolvimento urbano e de residência.

Chile: Segundo o FMI, este país acabou o ano de 2015 com um crescimento de 2,1%, duas décimas menos do que era esperado. Esse organismo acredita que em 2016 a mesma porcentagem de aumento será repetida.

Em matéria energética, a potência instalada operativa renovável no Chile no final de 2015 foi de 2.633 MW (incluindo os projetos em fase de teste), enquanto a potência em construção atingia 2.815 MW. Mais 18.065 MW já têm a preceptiva aprovação ambiental, estando pendentes de consegui-la 5.814 MW adicionais. As principais energias na potência operativa são a eólica, com 904 MW; a fotovoltaica, com 848 MW, e a mini-hidráulica e biomassa, ambas com 417 MW cada uma. No entanto, a potência solar é claramente majoritária entre as instalações em construção, com 2.195 MW.

Venezuela: encerrou 2015 com uma queda do PIB de 5,7%. A inflação, por outro lado, sofreu uma subida de 34,6% no quarto trimestre do ano passado, o que eleva a 180,9% a variação de preços acumulada durante os doze meses de 2015. Essa situação é consequência, em grande medida, dos efeitos da deterioração dos preços do petróleo, que afetou significativamente os dados macroeconômicos do país.

Peru: em 2015 cresceu numa porcentagem estimada pelo próprio Governo do país de 2,8%. Para 2016, espera-se uma intensificação do crescimento, até chegar a 3,4%.

Em matéria energética, no Peru as energias renováveis representam atualmente apenas 3,5% da produção de energia elétrica do país. Em infraestruturas, o Organismo Supervisor do Investimento em Infraestrutura de Transporte de Uso Público (Ositran) estima que durante o ano de 2015 o investimento realizado pelas 31 concessões que o regulador supervisiona aumentou 20,6%, até situar-se em US\$873.000.000, face aos 723.000.000 de 2014.



2.2.2.3. América do Norte

Estados Unidos da América: A atividade econômica nos Estados Unidos perdeu um pouco de impulso na segunda metade do ano de 2015, após um sólido repique no primeiro semestre. Na finalização do exercício, o PIB aumentou 2,4%, do mesmo modo que em 2014. A desaceleração do trecho final de 2015 teve como causa, em grande medida, o crescimento inferior ao esperado na despesa dos consumidores, que representa quase dois terços da atividade econômica dos EUA, e que aumentou a uma taxa de 2,2% em comparação com os 3% prévios. Apesar disso, a despesa doméstica continua sendo o motor da recuperação, favorecido pelo aumento do emprego, dos salários nominais e da renda real disponível, num contexto de queda de preços do petróleo e da inflação, bem como pelas condições creditícias favoráveis e pela melhoria do balanço doméstico.

Canadá: Segundo o FMI, a diminuição dos investimentos do setor petrolífero, como consequência da acentuada queda dos preços do petróleo bruto, foi também um fator primordial na desaceleração do Canadá, cuja atividade econômica sofreu uma leve contração durante os dois primeiros trimestres de 2015, para acabar o exercício com uma taxa positiva em torno de 1%. Segundo o FMI, o PIB canadense poderia aumentar 1,7% em 2016 e 2,1% em 2017.

2.2.2.4. África

Estima-se que o crescimento médio anual da África subsaariana terá sido de 4,2% em 2015, uma porcentagem inferior à taxa de 4,6% obtida em 2014. Esta queda decorre, principalmente, da perda de impulso de dois grandes produtores e exportadores de petróleo, Angola e Nigéria, e também da África do Sul.

Apesar da desaceleração das principais economias africanas, espera-se que o PIB da região se recupere e atinja índices de 4,6% e de 5% em 2016 e 2017, respectivamente. Esses avanços estarão motivados pela demanda interna, apoiada pelos atuais investimentos em infraestrutura e pelo consumo privado, que, por sua vez, são impulsionados pelos preços mais baixos do petróleo. Também está prognosticado que a demanda externa apoie o crescimento devido às melhores perspectivas nas economias com receitas elevadas.

Quanto aos principais mercados da Elecnor na África, segundo os dados do Banco Mundial o PIB de **Angola** terminou 2015 com um aumento de 3,0%, quando em 2014 encerrou com 3,9%. Para 2016, o próprio governo angolano tem prevista uma recuperação de 3 décimas, até 3,3%. No âmbito do Magreb, na **Argélia** havia uma alerta sobre a ameaça que significa para o país a abrupta queda dos preços do petróleo e do gás, que representa, no total, 97% das exportações, 30% do PIB e 60% das receitas nacionais.

2.2.2.5. Austrália

Entre 2008 e 2014, a Austrália manteve taxas de crescimento relativamente altas, com uma média de 2,6%. Este dinamismo teve como principal origem o comportamento do setor mineiro durante a última década, que passou de representar 2% do PIB a 8% e que contribuiu para o crescimento de até 13% da renda per capita. De fato, a Austrália foi um dos poucos países desenvolvidos que nem sequer entrou em recessão técnica durante o estouro da crise financeira internacional.

No entanto, atualmente a economia australiana está em transição, em parte pela queda do preço das matérias-primas. Este ajuste se traduz numa queda da taxa de crescimento de até aproximadamente 2% interanual registrado no segundo trimestre de 2015, último dado conhecido, bem como na diminuição da renda per capita, num crescimento mínimo dos salários e numa taxa de desemprego acima de 6% face ao 5% registrado durante os anos de bonança.

Diante desse panorama, o Banco Central Australiano decidiu cortar as taxas de juros duas vezes em 2015 até 2%, a taxa mais baixa das últimas duas décadas, e sua moeda foi desvalorizada ao redor de 25% em relação ao dólar estadunidense para tornar a impulsionar a economia.



3. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS VALORES DO EXERCÍCIO

3.1. Dados consolidados-

Grupo Elecnor

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhares de euros

	2015	2014	Varição
Dados sobre resultados			
Resultado operacional	124.433	134.838	-8%
EBITDA	224.310	228.846	-2%
Resultado antes de impostos	128.760	115.954	+11%
Resultado do exercício	90.333	71.004	+27%
Resultado atribuível Juros Minoritários	24.671	12.462	+98%
Resultado atribuível Sociedade Controladora	65.662	58.542	+12%
Patrimônio líquido			
Patrimônio líquido	740.371	809.736	-9%
Volume de negócio			
Vendas	1.881.143	1.723.728	+9%
nacional	851.500	794.539	+7%
internacional	1.029.643	929.189	+11%

3.1.1. Lucro líquido

O lucro consolidado líquido do exercício foi de €65.700.000, o que representa um **aumento de 12,2%** em relação ao obtido em 2014. Os principais fatores que incidem na evolução favorável do resultado consolidado de 2015 em relação ao conseguido no exercício passado são:

- A contribuição positiva de boa parte das sociedades do Grupo que operam nos mercados exteriores.
- O resultado induzido pela exportação dos dois satélites de observação da Terra do Grupo, Deimos-1 e Deimos-2, como parte da aliança estratégica acordada no mês de junho do ano passado com o Grupo canadense UrtheCast.
- O bom comportamento do mercado nacional em termos tanto de volume de negócio quanto de rentabilidade do mesmo.
- Os bons dados de produção de energia dos parques eólicos que o Grupo gere na Espanha ajudado pelos preços conseguidos no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL).

Esse crescimento no BDI foi conseguido apesar de o Grupo se atribuir apenas 51% do resultado gerado pelo seu negócio de redes de transmissão no Brasil e no Chile, bem como pelo seu negócio eólico canadense após os acordos assinados na segunda parte do exercício de 2014 para a entrada de sócios estratégicos nestes negócios, ao passo que no ano anterior se atribuía 100% dos mesmos. Isso foi possível apesar dos custos de implantação nos países onde o Grupo começou suas operações nos últimos exercícios, especialmente nos Estados Unidos. Estima-se que ambos os fatores, alianças estratégicas com sócios e custos de implantação em mercados prioritários, gerem resultados positivos no médio prazo.

Concomitantemente, o Grupo continuou aprofundando nas políticas de contenção e controle das despesas nas quais, de forma recorrente e especialmente no mercado atual, todas as sociedades do Grupo vêm trabalhando. Desse modo, conseguiu atenuar os efeitos dos fatores descritos acima. Neste contexto, o Grupo fez um grande esforço para adaptar os recursos utilizados na atividade ao atual cenário econômico. Quanto à sociedade controladora do Grupo, a Elecnor, S.A., em 2015 experimentou um retrocesso de 7,5% em seu lucro depois de impostos, até se situar em €36.400.000. Este efeito se deve a que no exercício passado a Elecnor, S.A. procedeu a reverter a provisão que mantinha sobre a sua participada, a Celeo Concesiones en Inversiones. No entanto este fato não foi compensado com o aumento de dividendos que a matriz recebeu neste exercício (€18.500.000 face aos €9.300.000 de 2014), bem como com execução de diversos projetos através das sociedades localizadas no exterior com o fim de otimizar as estruturas do Grupo.

3.1.2. EBITDA

Em termos de EBITDA consolidado, o Grupo Elecnor chegou a €224.300.000. Este dato, que significa praticamente manter o nível do EBITDA obtido em 2014, foi possível apesar dos efeitos negativos que, sobre a conta de resultados consolidada, teve a evolução desfavorável das moedas de alguns dos principais países onde o Grupo opera. Para a superação desse fator contribuíram os mesmos motivos que explicam a evolução do resultado consolidado.

Este montante está afetado pela aplicação da CINIIF 12 relativa a Contratos de Concessão de Serviços às linhas de transmissão operadas pelo Grupo no Brasil. Com base nessa interpretação, são reconhecidas como receitas de exploração apenas aquelas relativas aos serviços de manutenção e exploração das citadas linhas de transmissão. Se essa norma não fosse aplicável, o EBITDA teria sido de €49.200.000 superior aos 224.300.000 acima referidos.

3.1.3. Vendas

O volume de vendas consolidado do exercício de 2015 ascendeu a €1.881.000.000, o que representa um avanço de 9,1% em relação ao registrado em 2014. Esse dado se deve:

- Ao bom comportamento das sociedades do Grupo que operam nos mercados exteriores, especialmente na Austrália, devido à execução de um importante projeto fotovoltaico para a Moree Solar Farm; à execução de um dos trechos do Gasoduto Sul Peruano, bem como ao volume conseguido pela sociedade escocesa IOA e pela sociedade estadunidense Hawkeye.
- Ao volume de negócios da sucursal da Elecnor na Jordânia, consequência do projeto de construção de um parque eólico.
- Aos bons dados de produção de energia dos parques eólicos na Espanha ajudados pelos preços conseguidos no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL).
- À evolução favorável do negócio tradicional de infraestruturas do Grupo no mercado nacional.

Quanto à distribuição do volume de negócios por áreas geográficas, o mercado internacional representa 54,7% do total, e o nacional 45,3%. Estes dados garantem a aposta do Grupo Elecnor na internacionalização como motor de crescimento para os próximos exercícios, tudo isso sem descuidar da conservação do mercado nacional.

3.1.4. Carteira

No encerramento de 2015, a carteira de contratos pendente de executar se elevava a €2.502.000.000. Por mercados, a carteira de origem internacional se situou em 2.095.000.000 (84% do total), enquanto a contabilizada no mercado nacional é de €407.000.000, isto é, 16% da carteira total.

3.2. Vendas 2015 por atividades-

Grupo Elecnor

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhares de Euros

Áreas Geográficas	2015	2014	Varição
Nacional	851.500	794.539	+7%
Internacional	1.029.643	929.189	+11%
	1.881.143	1.723.728	+9%

Atividades	2015	2014	Varição
Eletricidade	540.512	640.583	-16%
Instalações	127.779	117.301	9%
Gás	121.361	104.272	16%
Geração de Energia	471.281	325.130	45%
Ferrovias	43.025	31.789	35%
Construção, meio ambiente e água	160.924	142.236	13%
Infraestruturas de Telecomunicações	201.407	185.203	9%
Sistemas de Telecomunicações	49.948	38.866	29%
Manutenção	164.906	138.348	19%
	1.881.143	1.723.728	+9%

Mais um ano a atividade principal, em termos de volume de negócios, foi a **Eletricidade**, com € 540.000.000, embora seguida de perto pela **Geração de Energia** após o significativo crescimento desta atividade durante este exercício, devido à execução de grandes projetos de fábricas desenvolvidos no mercado internacional.

É preciso ressaltar que as atividades de **Sistemas de Telecomunicações, Manutenção e Ferrovias**, entre outras, apresentaram importantes níveis de crescimento em relação ao exercício passado.

4. INFORMAÇÃO BURSÁTIL

	2015	2014
Preço da ação na data de encerramento (€)	8,23	8,50
Volume total títulos (milhões)	5,7	5,7
Total efetivo negociado (milhões €)	50,2	60,0
Número de ações (milhões)	87,0	87,0
Capitalização bursátil (milhões €)	716,0	739,5
PER	10,9	12,6
Rentabilidade por dividendos	2,9%	2,1%

Os títulos da Elecnor fecharam com um preço de **8,23 euros por ação**, o que representa uma queda de 3,2%, claramente inferior ao do Ibex-35, que foi de 7,1%. O volume efetivamente negociado ascendeu a € 50.200.000. A capitalização bursátil, por sua vez, situou-se em € 716.000.000, enquanto o PER ficava em 10,9.

No que diz respeito à rentabilidade por dividendos, esta chegou a **2,9%**, em comparação com os 2,1% de 2014.

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DO CAPITAL

Como parte fundamental de sua estratégia, a Elecnor mantém uma política de prudência financeira. A estrutura de capital é determinada pelo compromisso de solvência e pelo objetivo de maximizar a rentabilidade do acionista.

6. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Elecnor está exposta a determinados riscos financeiros, que gere através do agrupamento de sistemas de identificação, medição, limitação de concentração e supervisão. O gerenciamento e a limitação dos riscos financeiros são efetuados coordenadamente entre a Diretoria Corporativa e as diversas Unidades de Negócio e Filiais que compõem o Grupo. As operações ligadas à gestão dos riscos financeiros são aprovadas ao mais alto nível de decisão e conforme as normas, políticas e procedimentos estabelecidos.

O primeiro risco a ser atenuado é o Risco de Mercado, fundamentalmente pelo Risco de Taxa de Câmbio, que é consequência das operações que o Grupo efetua nos mercados internacionais no decorrer dos seus negócios. Uma parte das receitas e custos de aprovisionamentos está denominada em moedas diferentes do euro. Por esse motivo, poderia existir o risco de as flutuações nas taxas de câmbio destas moedas em relação ao euro afetarem os lucros do Grupo. Com o objetivo de gerir e minimizar este risco, a Elecnor utiliza estratégias de cobertura, dado que o objetivo é gerar lucros apenas através do desenvolvimento das atividades ordinárias que ela desempenha, e não através da especulação sobre as flutuações na taxa de câmbio. Os instrumentos utilizados para conseguir essa cobertura são, basicamente, o endividamento indexado na moeda de cobrança do contrato, seguros de câmbio e operações de permuta financeira, através das quais a Elecnor e a Instituição Financeira trocam as correntes de um empréstimo expresso em euros pelas correntes de outro empréstimo expresso em outra moeda, bem como a utilização de "cesta de moedas" para cobrir financiamentos mistos indexados em diferentes moedas.

As variações nas taxas de juros alteram o justo valor daqueles ativos e passivos nos quais incide uma taxa de juros fixa, bem como os fluxos futuros dos ativos e passivos indexados a uma taxa de juros variável. A Elecnor dispõe de financiamento externo para a realização das suas operações, fundamentalmente no que respeita à promoção, construção e exploração dos parques eólicos, projetos termosolares e concessões de infraestruturas elétricas, e que são realizadas sob a modalidade de "Project Financing". Este tipo de contratação exige que sejam fechados contratualmente os Riscos de Juros através da contratação de instrumentos de cobertura de taxas. Tanto para os financiamentos de Project Finance, como para os financiamentos corporativos, o endividamento é contratado nominalmente a uma taxa variável, sendo utilizados, se for o caso, instrumentos de cobertura para minimizar o risco de juros do financiamento. Os instrumentos de cobertura, que se destinam, especificamente, a instrumentos de dívida financeira e que têm, no máximo, os mesmos valores nominais e as mesmas datas de vencimento que os elementos cobertos, são, basicamente, swaps de taxas de juros (IRS), cuja finalidade é ter um custo de juros fixo para os financiamentos inicialmente contratados a taxas de juros variáveis. De qualquer modo, as coberturas de taxa de juros são contratadas com um critério de eficiência contábil.

Do mesmo modo, o Grupo está exposto ao risco de que os seus fluxos de caixa e resultados sejam afetados, entre outras questões, pela evolução do preço da energia. Nesse sentido, para gerir e minimizar este risco, o Grupo utiliza, pontualmente, estratégias de cobertura. Por outro lado, o Risco de Liquidez é atenuado aplicando a política de manter tesouraria e instrumentos altamente líquidos e não especulativos no curto prazo, como a aquisição temporária de Letras do Tesouro Nacional com pacto de recompra não opcional e depósitos em dólares a muito curto prazo, através de instituições de crédito importantes para poder cumprir seus compromissos futuros, bem como a contratação de facilidades creditícias por um limite e prazo suficientes para suportar as necessidades previstas.

O principal Risco de Crédito é atribuível às contas a cobrar por operações comerciais, na medida em que uma contraparte ou um cliente não responder às suas obrigações contratuais. Para mitigação deste risco, opera-se com clientes com um apropriado histórico de crédito; além disso, dada a atividade e os setores nos quais opera, a Elecnor conta com clientes de alta qualidade creditícia. No entanto, em vendas internacionais a clientes não recorrentes, são utilizados mecanismos como, os adiantamentos, a carta de crédito irrevogável e a cobertura de apólices de seguros para garantir a cobrança. Adicionalmente, é efetuada uma análise da solidez financeira do cliente e são incluídas no contrato condições específicas, que visam garantir a cobrança do valor.

No caso dos parques eólicos, a energia gerada, de acordo com o quadro regulatório elétrico em vigor, é vendida no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), cobrando as receitas do operador do mercado OMIE, com um sistema de garantia de pagamentos e da Comissão Nacional dos Mercados e da Concorrência (CNMC), entidade reguladora dos mercados energéticos da Espanha, dependente do Ministério da Indústria. Por sua vez, as empresas Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, Ltda., Ventos da Lagoa, S.A. e Ventos do Litoral Energia, S.A. e Ventos dos Índios Energia, S.A. (Brasil) assinaram contratos de venda da energia elétrica que gerarão por um período de 20 anos com as companhias de distribuição elétrica brasileiras correspondentes, do mesmo modo que as sociedades brasileiras concessionárias de infraestruturas elétricas mantêm acordos de distribuição de energia com clientes altamente qualificados, o que, junto com as restrições impostas pelo próprio sistema de transmissão, afastam a possibilidade de insolvências.

Por sua vez, quanto às linhas de transmissão, mais especificamente as que prestam seus serviços no Brasil em regime de concessão, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) tem a responsabilidade de coordenar as cobranças e pagamentos do sistema, e indica mensalmente à Concessionária as sociedades que deverão pagar-lhe: geradoras, grandes consumidoras e transmissoras conectadas ao sistema. Essas sociedades depositam, previamente à sua conexão ao sistema, uma garantia que será executada em caso de não pagamento, sendo imediatamente desconectadas do sistema, e a obrigação de pagamento é, neste momento, distribuída entre o resto de usuários do sistema. Deste modo, a concessionária tem a cobrança garantida pelo sistema elétrico nacional.

No que respeita às linhas de transmissão do Chile, estas pertencem ao sistema de transmissão troncal, onde o Centro de Despacho Económico de Carga do sistema correspondente, o CDEC-SIC (Sistema Interconectado Central) ou o CDEC-SING (Sistema Interconectado del Norte Grande), é o responsável pela coordenação do fluxo de pagamentos dos geradores aos transmissores. A garantia de cobrança do sistema de transmissão troncal se sustenta num protocolo pelo qual o CDEC, em caso de eventuais faltas de pagamento, desconecta do sistema o gerador descumpridor, e a obrigação de pagamento é distribuída entre o resto de geradores usuários do sistema.

Em uma conjuntura econômica como a atual, este último é marcado como risco preponderante sobre os demais riscos financeiros. Perante esta situação, a Elecnor continua tomando todas as medidas que vem sendo adotadas para mitigar o mesmo e para realizar análises periódicas da sua exposição ao risco creditício, assumindo as correções valorativas por depreciação.

Quanto ao Risco Regulatório e, particularmente, àquele que diz respeito às energias renováveis, a Elecnor faz um acompanhamento pormenorizado que visa registrar adequadamente seu impacto nas contas de resultados.

7. MEIO AMBIENTE

Ciente do impacto ambiental que suas atividades possam acarretar, a Elecnor definiu e aplicou os mecanismos e medidas corretoras mais eficazes para minimizar o alcance do mesmo.

Além disso, a Elecnor assumiu como parte intrínseca dos seus negócios determinadas atividades que contribuem para a proteção do meio natural e dos seus recursos. Constam, dentre elas, a geração de energias renováveis, o tratamento e reciclagem da água e a eficiência energética em cada uma das suas ações.

Em termos globais, a estratégia de Gestão Ambiental, como parte constitutiva do seu Sistema Integrado de Gestão, se rege pelos seguintes princípios de atuação:

- A busca permanente do equilíbrio entre a rentabilidade econômica e a proteção do Meio Ambiente, propiciando enfoques para que ambos os conceitos se reforcem mutuamente.
- Considerar o aspecto ambiental nas decisões quanto a investimento em novos projetos e atividades que o Grupo esteja estudando fazer.
- A sensibilização dos funcionários mediante as pertinentes ações de formação, bem como a implantação de protocolos de atuação ágeis para minimizar os possíveis danos em caso de ocorrerem incidentes.
- Promover também o envolvimento dos demais grupos de interesse (acionistas, clientes, fornecedores e a sociedade em geral) na procura conjunta de soluções úteis para o desafio da preservação do meio ambiente e dos recursos energéticos.
- Melhorar a gestão ambiental e energética, quantificando e verificando as emissões de gases do efeito estufa de suas atividades, o que significa um ponto de referência na hora de desenhar estratégias de negócio que incluam objetivos que visem a redução de emissões GEE, contribuindo, deste modo, para lutar contra a alteração climática.

8. RECURSOS HUMANOS

Quadro de funcionários Grupo Elecnor

Em 31 de dezembro de cada ano	2015	2014	Varição
Nacional	7.535	7.077	6%
Internacional	5.205	5.402	-3%
	12.740	12.479	2%

As pessoas constituem o principal ativo de Elecnor, que baseia sua estratégia geral em valores como o talento, a transparência e o trabalho em equipe em condições de máxima segurança possível. Por isso, a prevenção de riscos no trabalho é um denominador comum em todas as atividades que são realizadas no Grupo. O compromisso com a prevenção faz parte da sua cultura. É um compromisso que vai além das

normas legais e das exigências dos clientes, com objetivos exigentes e muito claros: zero acidentes e zero tolerância quanto à falta de cumprimento das medidas preventivas estabelecidas pela empresa.

No encerramento do exercício de 2015, o quadro de funcionários do Grupo havia aumentado em 261 pessoas (+2,1%), até ficar situado em 12.740 funcionários. O principal fator que explica o aumento de pessoal no mercado interior se encontra na atividade de Infraestruturas de Telecomunicações e Manutenção, e se deve aos contratos assinados na última parte do exercício passado. Por sua vez, a queda do número de pessoas no mercado exterior é consequência da conclusão de projetos de construção de linhas de transmissão no Brasil e no Chile.

9. PD&I

Ao longo de 2015 foram introduzidas importantes mudanças no Sistema de Gestão de PD&I corporativo com o intuito de incentivar a geração de projetos, otimizar o retorno do investimento, alinhar a PD&I com o desenvolvimento de novos negócios e proporcionar um maior valor acrescentado aos serviços prestados pelo Grupo Ecnor. As mudanças estiveram focadas, principalmente, na melhoria das ferramentas corporativas e em consolidar a cultura de inovação do Grupo. Importa destacar as seguintes ações:

- O lançamento de um novo modelo de convocação: INNOVA. No que respeita às convocações prévias dá uma ênfase maior à exploração de resultados, proporciona um financiamento melhor, concede mais flexibilidade aos participantes e, pela primeira vez, são introduzidos prémios económicos para as pessoas que fizerem os melhores projetos.
- Realização de workshops de criatividade coordenados pela Unidade de Gestão de PD&I nas principais organizações do Grupo, focados principalmente na detecção de necessidades e melhoria de processos.
- Mantêm-se os certificados para os sistemas de gerenciamento de PD&I da Ecnor, S.A. e da Audeca, e se está trabalhando na sua adaptação à nova Norma UNE 166.002:2014.
- Atualização das linhas estratégicas de PD&I para alinhá-las com a geração de novos negócios.

10. FATOS SIGNIFICATIVOS POSTERIORES AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não houve acontecimentos entre o encerramento de exercício de 2015 e a preparação destas demonstrações contábeis que pudessem significar uma alteração importante na imagem fiel das demonstrações financeiras, tanto da Ecnor, S.A. quando das sociedades controladas que integram seu Grupo.

11. PERSPECTIVAS DO EXERCÍCIO DE 2016

11.1. Contexto econômico

Segundo o relatório "Perspectivas da economia mundial" publicado no dia 19 de janeiro passado pelo Fundo Monetário Internacional se prevê que as economias avançadas continuarão recuperando-se de forma moderada e desigual, e que as brechas de seus produtos continuem reduzindo-se paulatinamente. A desaceleração e o reequilíbrio da economia chinesa, a queda dos preços das matérias-primas e as tensões a que algumas das principais economias emergentes se encontram submetidas continuarão obstaculizando as perspectivas de crescimento em 2016 e 2017. O crescimento projetado para os próximos dois anos mostra um prognóstico de melhoria gradual das taxas de crescimento dos países que estão experimentando tensões econômicas (especialmente Brasil, Rússia e alguns países do Oriente Médio), embora existam riscos sobre estas hipóteses. Segundo as projeções manejadas por este organismo, o crescimento mundial será de 3,4% em 2016 e de 3,6% em 2017, face a 3,1% previsto para 2015.

O crescimento nas economias avançadas aumentaria 0,2 pontos percentuais em 2016 e se manteria sem alterações em 2017. Está previsto que o crescimento no Japão também se consolide em 2016 devido ao apoio fiscal, à queda dos preços do petróleo, às condições financeiras acomodáticas e ao aumento das receitas.

Na Eurozona o fortalecimento do consumo privado, estimulado pelo barateamento do petróleo e por umas condições financeiras favoráveis, está compensando o enfraquecimento das exportações líquidas.

O crescimento das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento aumentará, segundo os prognósticos, de 4% em 2015 a 4,3% em 2016 e 4,7% em 2017.

11.2. Grupo Elecnor

No exercício de 2016, partindo da hipótese de que se mantém um quadro regulatório estável tanto para as energias renováveis quanto em matéria fiscal na Espanha, está previsto que o Grupo Elecnor continue rumo ao crescimento, recuperado em 2013 após as sucessivas reformas em matéria de geração de energia renovável na Espanha que tiveram um impacto importante nas demonstrações financeiras do Grupo. Este exercício de 2015 foi encerrado com uma Dívida Financeira Líquida Corporativa de €280.000.000, face aos quase 350 do exercício passado, e com um coeficiente de Dívida Financeira Líquida/EBITDA do Grupo Restrito de 2,20, muito abaixo dos limites estabelecidos pelos acordos financeiros. Este fato, pelo contrário, faz com que os resultados gerados por esses negócios sejam atribuídos parcialmente a esses sócios e, portanto, que afetem o resultado líquido atribuído ao Grupo Elecnor.

A Elecnor mantém sua aposta no crescimento nos mercados internacionais, baseado nos projetos que tem em carteira nos mesmos, mas que exigem um período de amadurecimento plurianual. Por sua vez, e com a prudência a que obriga a atual situação de incerteza política, a recuperação do mercado nacional parece confirmar-se, o que deveria contribuir para cumprir os objetivos de crescimento estabelecidos. Diante desse cenário, o Grupo prossegue com a melhoria contínua de suas estruturas gerais e produtivas, adequando-as ao volume de atividade dos diferentes negócios desenvolvidos na Espanha e no exterior, o que aumentará a rentabilidade, produtividade e competitividade dos referidos âmbitos.

Com tudo isso, e apoiados na sólida carteira de projetos pendentes de executar explicado no ponto 3.1.5., o Grupo Elecnor encara o exercício de 2016 com o propósito de obter valores, tanto de volume de negócio quanto de resultados, superiores aos efetivamente conseguidos ao longo do exercício de 2015.

12. CAPITAL SOCIAL E AQUISIÇÃO DE AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Elecnor, S.A., era composto por 87 milhões de ações ordinárias de 0,10 euros de valor nominal cada uma delas, totalmente subscritas e integralizadas.

As ações da Elecnor, S.A. têm cotação na modalidade SIBE (Sistema de Interconexão Bursátil) do mercado contínuo, que é onde se concentra a negociação das ações das empresas mais representativas da economia espanhola e com maior volume de contratação.

A Elecnor, S.A. mantinha 2.471.032 ações próprias em 31 de dezembro de 2014. Ao longo do exercício de 2015, adquiriu um total de 246.633 títulos, tendo alienado 234.555. Desse modo, em 31 de dezembro de 2015, mantinha um total de 2.483.110 ações próprias. Tudo isso significa ter passado de uma percentagem de carteira própria de 2,84% no início do ano para 2,85% no final de 2015.

13. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

No que respeita à informação relativa às operações com partes relacionadas, reportamo-nos ao discriminado nas notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas 31 de dezembro de 2015, conforme estabelecido no artigo 15 do Real Decreto 1362/2007.

14. RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A falta de cumprimento das obrigações legais e a partir do modelo circularizado pela CNMV, o Conselho de Administração da Elecnor, S.A. elaborou um Relatório Anual de Governança Corporativa correspondente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Esse documento está disponível no site da Comissão Nacional do Mercado de Valores.



INFORMAÇÃO
ECONÔMICA DA
ELECNR, S.A.
2015



DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Milhares de euros)

ATIVO	2015	2014
ATIVO NÃO CIRCULANTE	983.217	964.316
Ativo intangível	2.176	2.550
Concessões administrativas	45	46
Fundo de comércio	1.031	1.031
Software	928	924
Outros ativos intangíveis	172	549
Imobilizado	44.842	36.733
Terreno e edificações,	16.392	10.184
Instalações e outro imobilizado	28.450	26.549
Participações em empresas relacionadas	908.064	902.326
Instrumentos de capital	872.622	879.869
Créditos a empresas relacionadas	35.442	22.457
Investimentos temporários a longo prazo	2.057	2.342
Créditos a terceiros	18	24
Derivados	222	361
Outros ativos financeiros	1.817	1.957
Impostos diferidos ativos	26.078	20.365
ATIVO CIRCULANTE	818.720	823.330
Ativos não circulantes mantidos para a venda	3.766	1.779
Estoque	13.909	20.725
Matérias-primas e outros aprovisionamentos	4.565	687
Produtos acabados de ciclo curto	1.361	-
Adiantamento a fornecedores	7.983	20.038
Devedores comerciais e outras contas a receber	657.308	689.217
Cientes para vendas e serviços	591.774	612.155
Cientes, empresas do grupo e associadas	42.217	59.911
Devedores diversos	5.549	1.721
Pessoal	62	85
Ativos por imposto corrente	6.335	1.315
Outros valores a receber de administrações públicas	11.371	14.030
Investimentos em empresas do grupo e associadas	30.294	13.393
Créditos a empresas	28.447	10.123
Outros ativos financeiros	1.847	3.270
Investimentos financeiros de curto prazo	2.752	640
Créditos a empresas	8	30
Valores representativos de dívida	-	22
Outros ativos financeiros	2.744	588
Acréscimos de curto prazo	462	938
Caixa e equivalentes de caixa	110.229	96.638
Caixa	110.141	45.150
Outros equivalentes de caixa	88	51.488
TOTAL ATIVO	1.801.937	1.787.646

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO

	2015	2014
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	527.658	533.668
<i>CAPITAL Y RESERVAS</i>		
Capital Social	8.700	8.700
Capital subscrito	8.700	8.700
Reservas	518.869	520.564
Reserva Legal y estatutário	1.743	1.743
Outras reservas	517.126	518.821
Ações próprias	(22.341)	(22.264)
Lucro do exercício	36.432	39.408
Dividendo por conta do exercício	(4.350)	(4.193)
<i>AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</i>		
Operações de cobertura	(9.652)	(8.547)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	312.384	311.356
Dívidas de longo prazo	306.695	305.544
Dívidas de instituições de crédito	291.113	290.203
Credores por arrendamento financeiro	6.037	6.426
Derivados	9.545	8.915
Dívidas de empresas do grupo e associadas	2.000	2.000
Impostos diferidos passivos	3.689	3.812
PASSIVO CIRCULANTE	961.895	942.622
Provisões de curto prazo	27.371	18.476
Dívidas de curto prazo	117.425	109.142
Obrigações ou outros títulos	99.419	98.800
Dívidas com instituições de crédito	8.829	1.872
Credores por arrendamento financeiro	368	377
Derivados	3.536	2.831
Outras dívidas financeiras	5.273	5.262
Dívidas de empresas do grupo e associadas	16.109	5.495
Credores comerciais e outras contas a pagar	800.990	809.509
Fornecedores	307.719	303.546
Fornecedores, empresas do grupo e associadas	4.864	8.978
Vários credores	30.648	36.138
Pessoal	16.802	8.686
Passivos por impostos correntes	2.533	-
Otras dívidas com administrações públicas	30.263	30.543
Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado	408.161	421.618
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO	1.801.937	1.787.646

CONTAS DE RESULTADOS

Correspondentes aos exercícios em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Milhares de euros)

	2015	2014
OPERAÇÕES CONTINUADAS		
Valor líquido do volume de negócio	1.075.406	972.560
Vendas	1.075.406	972.560
Variação do estoque de produtos acabados	(739)	-
Trabalho realizado pela entidade e capitalizados	543	1.360
Aprovisionamentos	(571.346)	(478.094)
Compras de matérias-primas e outros aprovisionamentos	(319.902)	(238.498)
Trabalho realizado por outras entidades	(251.444)	(239.596)
Outras receitas operacionais	6.825	8.578
Receitas acessórias	5.736	7.766
Subvenções oficiais ao resultado	1.089	812
Despesas com pessoal	(314.511)	(294.100)
Salários e ordenados	(237.814)	(231.092)
Despesas sociais	(76.697)	(63.008)
Outras despesas operacionais	(179.154)	(172.137)
Serviços de terceiros	(144.778)	(147.550)
Tributos	(6.745)	(6.230)
Perdas por deterioro e variação de provisões por operações comerciais	(25.721)	(16.174)
Outras despesas operacionais	(1.910)	(2.183)
Depreciação do activo imobilizado	(5.703)	(7.618)
Deterioro e ganhos na transferencia de imobilizado	(100)	(128)
Resultados nas transferencias e outros	(100)	(128)
LUCRO OPERACIONAL	11.221	30.421
Receitas financeiras	22.010	15.714
De participações em instrumentos financeiros		
- Em empresas do grupo e associadas	18.670	9.262
De títulos e valores mobiliários e outros instrumentos financeiros		
- Em empresas do grupo e associadas	2.654	2.769
- Em terceiros	686	3.683
Despesas financeiras	(14.173)	(24.405)
Por dívidas com empresas do grupo e associadas	(367)	(289)
Por dívidas com terceiros	(13.806)	(24.116)
Diferenças de câmbio	4.287	(5.877)
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros	14.973	40.119
Deterioro e prejuízos	(5.565)	47.747
Resultado por alienação e outras	20.538	(7.628)
LUCRO FINANCEIRO	27.097	25.551
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	38.318	55.972
Impostos sobre lucros	(1.886)	(16.564)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	36.432	39.408
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	36.432	39.408



© 2016 Elecnor

Direção e Edição:
Subdireção de Comunicação

Concepção e diagramação:
JLC diseño gráfico

Fotografia:
Arquivo Gráfico Elecnor

Impressão:
Graymo

Elecnor, S.A.
Paseo de la Castellana, 95
Edif. Torre Europa
28046 Madrid
Espanha
www.elecnor.com

